



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
PSICOLOGIA

VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR TRÊS GERAÇÕES

Lígia da Fonseca Bernardes

Goiânia

2011



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
PSICOLOGIA

VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR TRÊS GERAÇÕES

Lígia da Fonseca Bernardes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Processos Psicossociais

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa

Goiânia

2011

B522v Bernardes, Lígia da Fonseca.
Violência física intrafamiliar contra crianças : os sentidos atribuídos por três gerações / Lígia da Fonseca Bernardes. – 2011.
174 f. : il., mapas color.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, 2011.
Orientadora: Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa.

1. Criança – violência física intrafamiliar. 2. Violência doméstica. 3. Criança – maus tratos. I. Título.

CDU: 159.922.7(043.3)
179.2
392.3



**PUC
GOIÁS**

COMISSÃO DE REGISTRO DE TÍTULOS DE GRADUAÇÃO
E TÍTULOS DE POS-GRADUAÇÃO

Endereço: Rua Santa Helena, 100
Cidade: Goiânia, Goiás
CEP: 74060-000
Fone: (61) 3224-1000
E-mail: regis@pucgoias.edu.br

ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO DE BOLSISTA DE PESQUISA DE NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISAS DA PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

Dados do(a) BOLSISTA: ANDRÉA FERREIRA

Número: 0003/155/155/1500

Título de Habilitação: Graduação em Direito / Graduação em Direito / Graduação em Direito

Data de emissão: 02/01/2015

Composição: relatório; justificativa; parecer; observações; pontos para atendimento; e comentários do(a) orientador(a).

Prof. Dr. Sérgio Marcondes Gomes de Sousa (orientador) Assinado por Sérgio M. Gomes de Sousa
 Assinatura do(a) orientador(a) Assinatura do(a) orientador(a)
 Assinatura do(a) orientador(a)

Prof. Dr. Benedito de Jesus Lima (orientador) Assinado por Benedito de Jesus Lima
 Assinatura do(a) orientador(a) Assinatura do(a) orientador(a)
 Assinatura do(a) orientador(a)

Prof. Dr. Fernando Henrique Moraes (orientador) Assinado por Fernando Henrique Moraes
 Assinatura do(a) orientador(a) Assinatura do(a) orientador(a)
 Assinatura do(a) orientador(a)

Prof. Dr. Pedro Henrique de Souza (orientador) Assinado por Pedro Henrique de Souza
 Assinatura do(a) orientador(a) Assinatura do(a) orientador(a)
 Assinatura do(a) orientador(a)

Controlada; Assinada:
Deja de Fátima Fernandes
 Diretora Geral
 PUC Goiás
 Rua Santa Helena, 100 - Setor Sudoeste
 CEP: 74060-000 - Goiânia, GO

Para uso da Coordenação/Secretaria do RSP:
 Assinatura do(a) responsável Assinatura do(a) responsável
 Data: 02/01/2015

AGRADECIMENTOS

À minha amada família, pois cada um à sua maneira me demonstrou apoio para a realização do mestrado e esteve ao meu lado nesses anos!

Ao meu amado esposo, Fernando, que sempre esteve ao meu lado, me dando forças e acreditando em mim. Que tantas vezes me auxiliou com suas leituras críticas e discussões teóricas, escutando atenciosa e carinhosamente minhas dificuldades e reflexões. Que cuidou de nossas tarefas sem meu auxílio para que eu pudesse finalizar o mestrado. Que foi compreensivo em minhas ausências. Que ao longo desses anos tem mostrado seu companheirismo e o amor que tem por mim.

Ao meu pai, Tiago, que acreditou em minha capacidade e me apoiou constantemente nesta formação profissional.

À minha mãe, Mara Ligia, que com seus especiais cuidados para comigo, tantas vezes compartilhou minhas responsabilidades de modo que eu tivesse mais tempo para me dedicar aos estudos.

Ao meu irmão, Tiago Filho, que com sua perspicácia tecnológica, muitas vezes me auxiliou em algumas atividades técnicas que não eram de meu conhecimento.

À minha mais nova irmã, Mariah, que com seus poucos anos de vida me traz alegria revigorante e que com o seu olhar curioso e carinhoso faz emergir em mim sentimentos de mais puro amor.

Aos meus amados avós, tios e primos, que me incentivaram neste processo.

Aos meus sogros, que me acolheram com amor e sempre tiveram interesse e atenção para comigo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa, que com sua postura profissional e humana admirável me forneceu apoio, incentivo e conduziu com paciência, compreensão, carinho, sabedoria e generosidade este processo de construção do conhecimento.

À Profa. Dra. Rosângela Francischini, que gentilmente aceitou participar da banca de defesa, dando sua contribuição para o aprimoramento deste trabalho.

À Profa. Dra. Lenise Santana Borges, que contribuiu valorosamente na banca de qualificação e aceitou, mais uma vez atenciosamente, compor a banca de defesa, enriquecendo este trabalho.

Aos colegas Ivoni, Mara, Nívia, Rogério, Thais, Valéria e Vinícius, pois cada um de forma particular minimizou a solidão deste processo.

À Raquel Maracaípe de Carvalho, em especial, pois sempre compartilhou comigo, de forma acolhedora, os momentos difíceis nesses anos de mestrado e esteve disponível para me auxiliar, solidariamente, no recebimento das informações.

A Fernando Pereira Lima, que colaborou, generosamente e com profissionalismo, no recebimento das informações.

Aos colegas de trabalho da pesquisa *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças*, que colaboraram para a minha formação nas discussões em grupo e, em especial, às professoras Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza, Ivana Oriente e Vannuzia Leal Andrade Peres, que muito contribuíram para a minha formação com suas discussões teóricas.

Aos colegas de trabalho da pesquisa *Monitoramento e análise da implantação e funcionamento do serviço Help Line/Disque 100, na atenção a crianças, adolescentes e autores de violência sexual*, que compreenderam minha prioridade em relação ao mestrado.

À Suzana Oellers, que além de revisar este trabalho com grande competência, me incentivou e, com sua alegria contagiante, me fez dar boas gargalhadas, amenizando este processo exaustivo.

Em especial, às famílias que aceitaram atenciosamente participar desta pesquisa, nos receberam gentilmente em suas casas e sem as quais este trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Neste estudo, buscou-se apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças atribuídos por três gerações de famílias de classe popular. Este trabalho constitui um recorte da pesquisa intitulada *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças*, realizada com famílias cujos filhos frequentam, ou frequentavam na época da pesquisa, a Escola de Circo, em Goiânia (GO), um dos programas de extensão do Instituto Dom Fernando (IDF) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). A presente pesquisa enquadra-se no tipo qualitativo e todo o seu processo foi pautado nos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica de Vigotski, fundamentados na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Participaram como sujeitos duas famílias, entrevistando-se membros de três gerações: avó, mãe e criança(s). Ressalva-se que em uma família foram entrevistadas duas crianças, totalizando sete sujeitos. A partir dos núcleos de significação dos sujeitos, apreenderam-se os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças para cada um deles. De forma geral, a violência física contra crianças foi e continua sendo um dos principais, se não o principal, método utilizado na educação/criação dos filhos das três gerações participantes. Identificou-se, porém, que embora seja um fenômeno naturalizado e banalizado pelas avós, mães e crianças entrevistadas, contraditoriamente, todos estes sujeitos expressaram sofrimento e/ou afirmaram seu pesar ao vivenciar tal violência. Concluiu-se que cada geração entende a violência física contra crianças de forma singular: para as avós, ela é legitimada, embora rejeitem a que deixa marcas físicas no corpo ou aquela que consideram mais grave; já as mães vivem uma reflexão sobre o seu uso na educação/criação dos filhos, embora encontrem dificuldade em interromper a aplicação deste método; por fim, as crianças relatam sofrimento ao serem vítimas, mas têm dificuldade em imaginar outros modelos de educação/criação.

Palavras-chave: Família. Famílias de classes populares. Psicologia sócio-histórica. Sentidos. Violência física intrafamiliar contra crianças.

ABSTRACT

INTRAFAMILIAL PHYSICAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: THE SENSES ATTRIBUTED BY THREE GENERATIONS

This study aimed to apprehend the senses of intrafamilial physical violence against children attributed by three generations of popular class families. This work is part of the research named *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças*, which dealt with families whose children participate, or participated at the time of the research, in Escola de Circo, in Goiânia (GO), one of the extension programs of the Instituto Dom Fernando (IDF) at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). The present research is qualitative and all the process was based on the theoretical and methodological principles of Vigotski's social-historical psychology, focusing on the historical and dialectical materialism perspective. Two families participated and members of three generations were interviewed: grandmother, mother, and child(ren). It is important to point out that one of the families participated with two children, totaling seven individuals. According to the core meanings of the participants, it was possible to apprehend the senses of intrafamilial physical violence against children attributed by each one of them. In a general perspective, physical violence against children was and continues being one of the main, if not the main, method used in the education of this three generations under study. Although it is a naturalized and banalized phenomenon for the interviewed grandmothers, mothers, and children, contradictorily, all these subjects expressed their suffering and/or affirmed their sorrow for having experienced such violence. In conclusion, each generation understands physical violence against children in a peculiar way: for the grandmothers, it is legitimated, although they reject the one that leaves physical marks in the body or the type they consider more severe; the mothers live a reflection about its use in their children's education, although they find it difficult to interrupt the usage of this method of education; and finally, the children reported suffering when they are the victims, but it is difficult for them to imagine other models of education.

Key words: Family. Popular class families. Social-historical psychology. Senses. Intrafamilial physical violence against children.

LISTA DE ABREVIATURAS

CECRIA	– Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CEP	– Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	– Conselho Nacional de Saúde
DICCA	– Delegacia de Investigação de Crimes contra a Criança e o Adolescente
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
IDF	– Instituto Dom Fernando
LACRI	– Laboratório de Estudos da Criança
NIAF	– Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família
Petrobras	– Petróleo Brasileiro S.A.
PROEX	– Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil
PUC-Goiás	– Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SDH	– Secretaria de Direitos Humanos
USP	– Universidade de São Paulo
VIVA	– Vigilância de Violências e Acidentes

LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Gráfico 1.	Sexo das vítimas registradas pelo Disque Denúncia 100, em porcentagem, por tipo de violência, entre maio de 2003 e maio de 2010.	16
Gráfico 2.	Porcentagem de registros por macrocategoria de violência nas denúncias categorizadas e registradas pelo Disque Denúncia 100, entre maio de 2003 e maio de 2010.	17
Gráfico 3.	Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e outras por faixa etária, em municípios selecionados, 2006-2007.	17
Quadro 1.	As famílias participantes e seus respectivos membros.	23
Quadro 2.	Unidade da Federação de origem das famílias participantes da pesquisa matriz.	49
Quadro 3.	Rendimento mensal das famílias participantes da pesquisa matriz.	51
Gráfico 4.	Pessoa que mais contribui para a renda familiar nas famílias participantes da pesquisa matriz.	51
Quadro 4.	Origem do rendimento das famílias participantes da pesquisa matriz.	52
Gráfico 5.	Quantidade de membros nas famílias participantes da pesquisa matriz.	53
Quadro 5.	Genetograma das famílias participantes da pesquisa matriz.	56
Mapa 1.	Região leste do município de Goiânia (GO).	173
Mapa 2.	Distrito Censitário Pedroso, no município de Goiânia (GO).	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FAMÍLIAS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS E VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAMILIAR CONTRA CRIANÇAS	30
1.1 Famílias na contemporaneidade	30
1.2 Famílias de classes populares	35
1.3 Violência física intrafamiliar contra crianças	40
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS	47
2.1 Moradia	47
2.2 Renda familiar	50
2.3 Configuração familiar	53
2.4 Histórias de vida das famílias pesquisadas	57
2.4.1 Família Ortiz	57
2.4.2 Família Pereira	60
2.5 Paralelo entre as famílias pesquisadas	63
3 OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS ATRIBUÍDOS POR TRÊS GERAÇÕES	66
3.1 Família Ortiz	66
3.1.1 Primeira geração: Amélia Ortiz	66
3.1.2 Segunda geração: Joana Ortiz	77
3.1.3 Terceira geração: Lorena Ortiz	87
3.2 Família Pereira	94
3.2.1 Primeira geração: Rosa Pereira	95
3.2.2 Segunda geração: Adriana Pereira	101
3.2.3 Terceira geração: Patrícia Pereira	111
3.2.4 Terceira geração: Renato Pereira	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	138
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	139
APÊNDICE B – Questionário sociofamiliar (avós e pais)	145
APÊNDICE C – Roteiro da entrevista semiestruturada com os avós	146

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semiestruturada com os pais	148
APÊNDICE E – Complementação de frases para os avós	150
APÊNDICE F – Complementação de frases para os pais	151
APÊNDICE G – Conjunto de pranchas para mãe e filha	152
APÊNDICE H – Conjunto de pranchas para mãe e filho	158
APÊNDICE I Complementação de frases para as crianças	164
ANEXOS	165
ANEXO A – Ficha de inscrição na Escola de Circo	166
ANEXO B – Declaração de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás	172
ANEXO C – Mapa da região leste de Goiânia (GO)	173
ANEXO D – Mapa do Distrito Censitário Pedroso, Goiânia (GO)	174

INTRODUÇÃO

No presente estudo, tem-se o intuito de apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças atribuídos por três gerações de famílias de classes populares. Trata-se de um recorte da pesquisa matriz¹ denominada *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças* (SOUZA et al., 2010), realizada com famílias cujos filhos frequentam ou frequentavam a Escola de Circo quando do início da pesquisa. A Escola de Circo é um dos programas de extensão do Instituto Dom Fernando (IDF), especializado na temática de infância, adolescência, juventude e família, e está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Tal pesquisa visou, para além da investigação, realizar uma intervenção psicossocial com as crianças participantes e suas respectivas famílias, com o fito de promover a saúde pela prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças e potencializar nestas famílias mecanismos de proteção às suas crianças, configurando-se, portanto, em uma pesquisa-ação. Para o alcance de tal objetivo, foram feitas visitas domiciliares mensais, totalizando cerca de oito visitas a cada família participante, durante as quais, realizaram-se dois grupos temáticos com elas.

O estudo do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes é um tema recorrente nas pesquisas e orientações realizadas pela Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa no curso de Mestrado em Psicologia da PUC-Goiás. Por meio do desenvolvimento de estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família (NIAF), da PUC-Goiás, do qual a docente faz parte, juntamente com uma equipe multidisciplinar, pesquisadores têm contribuído para o aprofundamento sobre temas correlacionados a infância, adolescência e família.

Dessa maneira, o presente estudo faz parte de uma história já construída e bem estabelecida nessa instituição, também por meio das orientações realizadas pela referida professora/orientadora, fundamentando-se no referencial

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida desde o primeiro semestre de 2006, tendo sido concluída no primeiro semestre de 2010. Inicialmente, o estudo, coordenado pela Profa. Me. Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza, não contava com o apoio de qualquer tipo de financiamento. Contudo, no primeiro semestre de 2009, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) destinou-lhe um financiamento que possibilitou a contratação de pesquisadores e estagiários, os quais eram, anteriormente, voluntários.

teórico/metodológico da psicologia sócio-histórica. Adicionalmente, podem ser mencionados relevantes trabalhos realizados sob sua orientação no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da PUC-Goiás, que versam sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, como os de: a) Oriente (2004), que buscou a apreensão dos significados e sentidos do abandono produzidos por crianças em situação de abrigo na cidade de Goiânia (GO); b) Costa (2004), que tentou compreender os significados e os sentidos atribuídos à violência física intrafamiliar por crianças vítimas desta prática e que tiveram seus agressores denunciados na Delegacia de Investigação de Crimes contra a Criança e o Adolescente (DICCA) de Goiânia; c) Melo (2008), que se propôs a realizar a análise psicossocial de um adolescente autor de violência sexual que se encontrava, no momento da pesquisa, em privação de liberdade; d) Esber (2008), que objetivou analisar a subjetividade de três autores de violência sexual contra crianças e adolescentes que se encontravam em privação de liberdade na Agência Goiana do Sistema Prisional.

Estamos passando por um período histórico que propicia alguns questionamentos críticos não usuais em outros momentos, como acerca da violência intrafamiliar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, configurando violência de gênero e de gerações, que foi se constituindo socialmente pela lei do mais forte contra os mais frágeis e, portanto, suscetíveis à vitimização pela violência. Assim sendo, neste estudo, a violência física contra crianças não é entendida como um fenômeno isolado, mas como expressão de toda uma violência social, estruturada e perpetrada pelas desigualdades sociais e pelas relações intersubjetivas.

O interesse pelo tema da violência física intrafamiliar contra crianças emergiu desde a minha experiência no estágio de formação realizado na área de Psicologia Social/Comunitária, no programa Escola de Circo. Durante a realização do estágio, verificou-se que, das 14 famílias visitadas pelas estagiárias de psicologia (incluindo-me entre elas) no primeiro semestre de 2006, 85,7% relataram fatos que evidenciavam a existência de violência intrafamiliar contra crianças (ORIONTE, 2006). A maior parte dos relatos apontava para a repetição da violência que os pais também sofreram em sua infância. Com a finalidade de obter o título de graduação em psicologia, optei pelo tema para a elaboração de meu artigo, abordando a violência doméstica contra crianças e seu círculo vicioso (BERNARDES, 2007).

No início de minha carreira profissional, tive a oportunidade de trabalhar na pesquisa matriz já referida. Durante os trabalhos de pesquisa, foram realizadas visitas domiciliares às famílias com a intenção de discutir a educação dos filhos e prevenir a violência física contra eles. No decorrer de várias visitas, algumas falas me marcaram, pois os pais e os avós das crianças relacionavam a educação que receberam, muitas vezes com relatos de violência física, com a educação que estavam oferecendo a seus filhos e netos, também com o emprego de violência física. Ao mencionar tais práticas de educação, tanto dos pais e avós quanto das crianças, houve relatos de sentimentos contraditórios, porquanto, em certos momentos, os participantes demonstravam sofrimento, dor, raiva, enquanto em outros, notava-se o conformismo, a defesa deste tipo de educação e a naturalização da violência física.

A partir dos estudos de Ariès (2006), apreende-se o fenômeno da violência física intrafamiliar contra crianças na história da família desde a Idade Média até a contemporaneidade. Embora o estudo desse autor tenha sido realizado a partir da Idade Média, já era constatada a defesa do castigo físico para crianças em séculos anteriores por meio de provérbios bíblicos, o que também contribuiu para a naturalização desta prática (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004). Na tentativa de desmistificar o fenômeno da violência física, revelando suas raízes sociais e não naturais, busca-se contribuir para este campo do conhecimento almejando que as crianças sejam respeitadas como sujeitos e tenham uma vida digna, como lhes é de direito e defendido pela Declaração dos Direitos da Criança desde 1959 (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 1959) e ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) desde 1990 (BRASIL, 1990).

O ECA determina a proteção integral de crianças e adolescentes, estando entre os princípios fundamentais desta lei a garantia de direitos básicos, como convivência familiar e comunitária, direito a educação, lazer e saúde, entre outros, compreendendo-os como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. Outro interesse do ECA é o compartilhamento da responsabilidade entre a família, a comunidade e o Estado para cumprimento do dever de proteção a crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

De acordo com Rizzini, Barker e Cassaniga (2000), o ECA é um instrumento que facilita a mudança de paradigma, possibilitando a conscientização popular e o

aprimoramento das políticas públicas de modo a se considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Ademais, permite a identificação de fenômenos que possam prejudicar o desenvolvimento integral desses indivíduos e, desta forma, remodelar a intervenção, não apenas quando o problema surge, mas promovendo trabalhos de prevenção visando o bem-estar de toda a sociedade.

Mesmo com o amparo legal do ECA e os avanços que ele proporcionou no que se refere à proteção de crianças e adolescentes, verifica-se que o fenômeno da violência contra estes sujeitos ainda ocorre em grandes proporções. Contudo, enfrenta-se uma fragilidade nos registros dessa violência, principalmente em âmbito nacional. Os números disponíveis permitem visualizar apenas a ponta do iceberg, pois a violência contra crianças e adolescentes é muito maior do que aqueles casos que chegam a ser registrados, ou seja, há subnotificação destas ocorrências.

O Disque 100, ou Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, um serviço coordenado e executado pela SDH em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), por meio de discagem direta e gratuita, recebe, encaminha a órgãos competentes e monitora denúncias de violência contra crianças e adolescentes em todo o Brasil, proporcionando uma aproximação da realidade vivida por eles.

No período entre maio de 2003 e maio de 2010, o Disque Denúncia realizou mais de 2 milhões de atendimentos, entre os quais, 125 mil eram concernentes a denúncias de violência contra crianças e adolescentes, as que foram devidamente encaminhadas. Considera-se que em uma denúncia pode-se registrar mais de um tipo de violência sofrida por uma ou mais vítimas, envolvendo um ou mais suspeitos. Das 218.535 vítimas registradas e que informaram o sexo, constatou-se que 62% eram do sexo feminino (BRASIL, 2010b). No Gráfico 1, verifica-se a distribuição das vítimas, em porcentagem, em relação ao sexo e ao tipo de violência sofrida.

A partir desses números, compreende-se que crianças e adolescentes do sexo feminino são as principais vítimas de violência, especialmente no que se refere à violência sexual, a qual tem a maior disparidade entre os números de denúncias por sexo, caracterizando-se, também, como um tipo de violência que envolve questões de gênero.

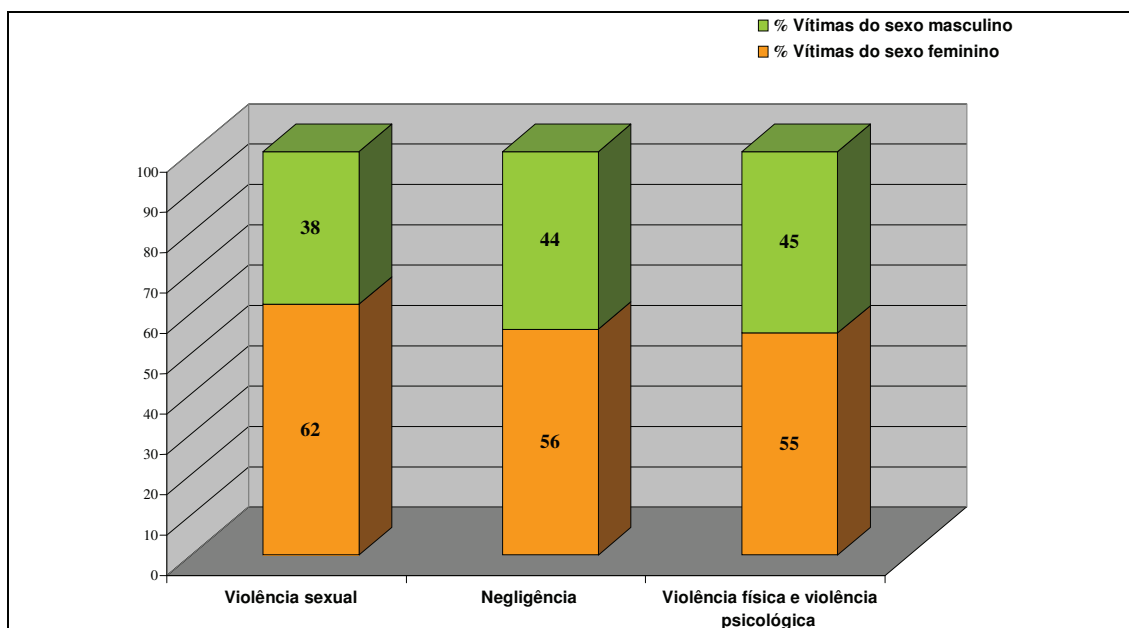


Gráfico 1. Sexo das vítimas registradas pelo Disque Denúncia 100, em porcentagem, por tipo de violência, entre maio de 2003 e maio de 2010.

Fonte: Brasil (2010).

Ainda com os dados do Disque 100, no mesmo período de maio de 2003 a maio de 2010, verifica-se que os casos de violência denunciada foram categorizados em três macrogrupos, que receberam praticamente os mesmos números de registros, sendo um terço de situações de negligência, um terço de situações de violência física e psicológica e um terço de situações de violência sexual (Gráfico 2).

Outro programa que fornece dados sobre a violência contra crianças e adolescentes e que tem abrangência nacional é o VIVA Contínuo, um dos dois componentes do programa denominado Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), do Ministério da Saúde, implantado em 2006. O VIVA Contínuo “tem como objetivo descrever o perfil dos atendimentos por violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) em unidades de referência definidas pelas secretarias municipais e estaduais de saúde, além de articular e integrar a *Rede de Atenção e de Proteção Social às Vítimas de Violências* [...]” (BRASIL, 2009, p. 20).

De acordo com os dados obtidos pelo VIVA Contínuo, no período entre agosto de 2006 e julho de 2007, em 161 serviços de 27 municípios em 20 Unidades da Federação, foram registrados 9.038 casos de violência, sendo quase a metade deles (4.304 ou 47,7%) de violência contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2009).

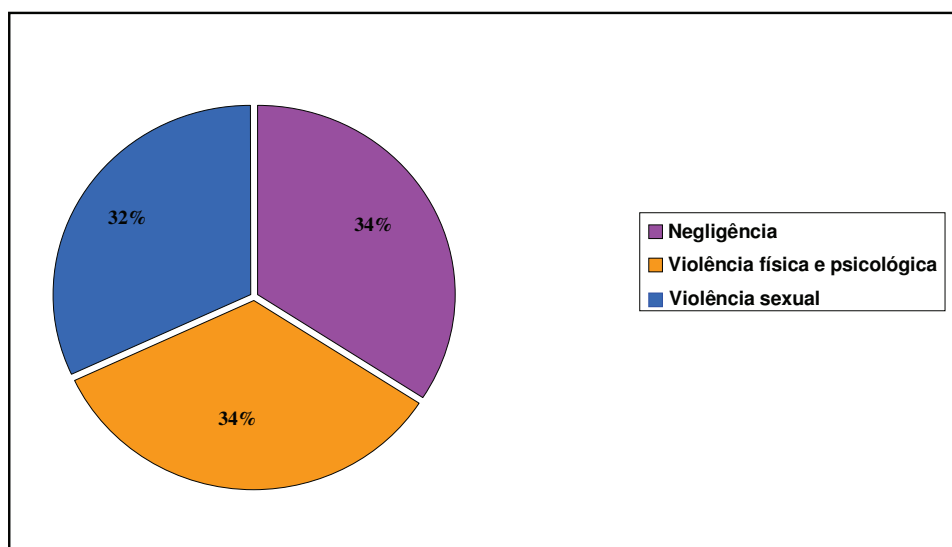


Gráfico 2. Porcentagem de registros por macrocategoria de violência nas denúncias categorizadas e registradas pelo Disque Denúncia 100, entre maio de 2003 e maio de 2010.

Fonte: Brasil (2010).

Como mostrado no Gráfico 3, a maioria das vítimas está na faixa etária entre 0 e 9 anos, as quais, por sua maior dependência e menor possibilidade de defesa, acabam sendo presas fáceis dos adultos. Também se pode constatar que o local de maior incidência de violência foi a residência, com 59,9% do total de casos atendidos ($n = 9.038$), e que houve predominância das agressões físicas, com 54,9% (BRASIL, 2009).

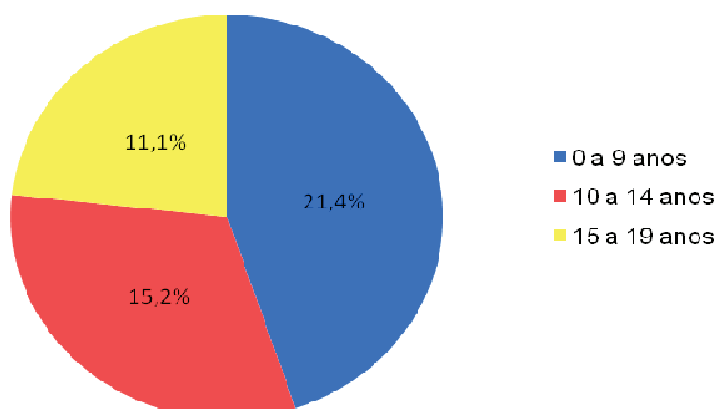


Gráfico 3. Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e outras por faixa etária, em municípios selecionados, 2006-2007.

Fonte: Brasil (2009).

Tais dados reforçam o fato de que as crianças estão frequentemente expostas à violência e que os maiores índices ocorrem em seu próprio lar, causados por pessoas que deveriam protegê-las. Segundo o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), só no ano de 2007 foram registradas 11.714 denúncias de violência doméstica contra crianças em municípios de 16 estados brasileiros (LACRI, 2007). Peres e Sousa (2002) argumentaram que a criança constrói suas primeiras relações sociais dentro da família, pois esta é, na contemporaneidade, o principal mediador entre a criança e a sociedade e, por isto, assume fundamental importância em sua constituição subjetiva.

Para Monteiro (1998), a violência familiar contra crianças é uma prática que ocorre no Brasil desde a sua colonização e, apesar de ter sofrido modificações ao longo da história, é um processo constituinte da educação e da cultura brasileiras. Oriente (2004) complementou tal ideia ao expor que, ao longo da história, tanto no Brasil quanto na Europa, a violência intrafamiliar contra crianças sempre existiu; não obstante, atualmente, ela se apresenta de forma mais velada, o que, muitas vezes, dificulta o seu enfrentamento.

Porém, entre as pesquisas nacionais (COSTA, 2004; SILVA; SILVA, 2005; SILVA; VECINA, 2002; SOUSA, 2001), existe um consenso de que a violência física intrafamiliar contra crianças está entre as mais denunciadas ou notificadas. De acordo com levantamento realizado pelo LACRI (2007), a violência física doméstica é a segunda mais notificada, tendo atingido em 2007 25,1% dos casos, ficando a negligência em primeiro lugar, com 46,3%. Ressalta-se que esses números se referem apenas às ocorrências notificadas, uma vez que muitos casos de violência contra crianças não chegam aos serviços que poderiam registrá-los e, portanto, incluí-los nas estatísticas nacionais ou até mesmo locais.

Corroborando os dados nacionais, Sousa (2001) constatou em sua pesquisa, na cidade de Goiânia, que a violência física se destacou, com 67% dos registros nos Conselhos Tutelares. Em pesquisa na qual levantou as ocorrências registradas no período de junho de 2001 a dezembro de 2002, na DICCA, também em Goiânia, Costa (2004) verificou que 50,3% das notificações foram de violência física intrafamiliar contra crianças e os autores da violência foram a mãe em 28,3% dos

casos, o pai em 19,1% das situações e a madrasta ou o padrasto em 15,1% das ocorrências.

Reafirmando a constatação de Costa (2004), a violência física contra crianças pode não estar sozinha, em geral ocorrendo concomitantemente com outros tipos de violência intrafamiliar, como negligência e violência psicológica e sexual, podendo até mesmo chegar à violência fatal. Esse fato foi detectado pelo LACRI (2007) em pesquisa executada entre os anos de 2000 e 2007, durante a qual foram notificados 532 casos de falecimento de crianças decorrentes de violência doméstica.

Assim, no presente trabalho, busca-se focar o fenômeno da violência física intrafamiliar contra crianças sob uma ótica crítica e desnaturalizante, com a intenção de apreender sua complexidade por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica formulada por Vigotski.

Ao elaborar sua teoria, Vigotski fundamentou-se nos pressupostos do materialismo histórico dialético de Marx e Engels. De acordo com o método defendido por Marx (1978) e, posteriormente, reafirmado por Vigotski (2004), a realidade não pode ser compreendida apenas pela sua descrição, por aquilo que é imediato, pois esta não revela nada além do que é aparente, do que é, quase sempre, falso. A realidade não é transparente, mas opaca e, para apreendê-la, faz-se necessário revelá-la por meio de uma análise crítica. Assim, ao discorrer sobre o método que utilizava, Vigotski (2007, p. 69) afirmou tratar-se de

(1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa, e não descritiva; (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura.

Vigotski (2004) esclareceu que teoria e método não são dissociáveis, mas, pelo contrário, estão entrelaçados. Em outras palavras, a dicotomia entre teoria e método não é possível sob essa perspectiva. Por isso, o pesquisador que adotar o método do materialismo histórico e dialético, ao elaborar seu problema de pesquisa, irá organizá-lo de forma a atender suas premissas teórico-metodológicas.

Com seu método dialético, Vigotski (2004) propôs investigar a relação entre o singular-sujeito/coletivo-social. Zanella e outros (2007) explicaram que Vigotski defendeu a mútua e contínua constituição entre o sujeito e o social, entre o singular

e o coletivo. Para ele, não existe a tradicional separação entre sujeito e sociedade, pois, afinal, a singularidade de um sujeito é constituída nas suas relações sociais. Por consequência, quando se estuda um problema, não se deve compreendê-lo isoladamente, sem levar em consideração sua historicidade.

A realidade, na teoria vigotskiana, é entendida, portanto, como algo complexo, composto por fenômenos que estão em contínuo movimento. Daí decorre que as perspectivas histórica e dialética são imprescindíveis a qualquer pesquisa orientada por seus pressupostos teórico-metodológicos “pois se compreende a historicidade dos processos como movimentos dialéticos, marcados por oposições, concordâncias, simetrias e assimetrias, enfim, tensões que se objetivam em sínteses inexoravelmente provisórias” (ZANELLA et al., 2007, p. 29).

Para Vigotski (2001, p. 486), um problema não pode ser mais bem estudado senão pela linguagem, uma vez que é por meio dela que o sujeito se expressa e exprime sua historicidade, ou seja, uma palavra representa toda a história construída pelo homem, porquanto ela é “um microcosmo da consciência humana”.

Ainda conforme Vigotski (2001), a palavra é uma representação da realidade na consciência ao mesmo tempo em que a objetiva. Para se materializar na palavra, na linguagem, o pensamento passa por um complexo processo de decomposição, uma vez que um pensamento é integral, um todo, sempre mais completo do que unidades de palavras e, por consequência, necessita de uma elaboração para se consolidar em linguagem. Com o intuito de expressar tamanha complexidade de tal processo, Vigotski (2001, p. 478) comparou o pensamento a “uma nuvem parada, que descarrega uma chuva de palavras”. Fundamentalmente, a eleição da palavra para exprimir tal pensamento é mediada pelo significado da palavra e pelo sentido que lhe é atribuído pelo sujeito. Portanto, por meio dos significados e sentidos, torna-se possível apreender a subjetividade² do sujeito.

Orientando-se pelos estudos de Paulham, um renomado linguista russo, Vigotski (2001, p. 465) definiu os sentidos e os significados³ da seguinte forma:

² Vigotski não chegou a explicitar a categoria subjetividade, mas as suas próprias análises e os avanços seguintes a partir de seus pressupostos teórico-metodológicos por meio de autores contemporâneos possibilitam a utilização desta categoria (MOLON, 2003).

³ É importante esclarecer que os sentidos e os significados não são compreendidos separadamente, porquanto, embora cada qual tenha suas singularidades, um não existe sem o outro, pois um está contido no outro. Como consequência disso, para apreender o conceito de sentido, objetivo deste trabalho, deve-se compreendê-lo também por meio do significado.

O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos.

Nesse contexto, para Vigotski (2001), o significado se constitui por meio da história e do social. Ao ser significada, a realidade é conceituada e reconhecida em uma dimensão ideológica e coletiva, o que nos permite socializar nossas experiências, desde que, “sem significado, a palavra não é palavra, mas som vazio” (VIGOTSKI, 2001, p. 10). O significado é mais constante no decorrer da história e transmitido entre gerações por meio da linguagem. Assim, ao nascer, o homem se depara com significados já estabelecidos pela cultura e que são transmitidos a ele; entretanto, estes não estão estagnados, uma vez que na relação dialética com o sentido, os significados sofrem modificações.

Os sentidos, por sua vez, são produzidos por meio das mediações do sujeito em seu contexto sociocultural, o que o torna um sujeito singular. Como explicaram Aguiar e Ozella (2006, p. 227), o modo como o sujeito compreende o mundo e atua sobre ele “é a unidade de todos os processos cognitivos, afetivos e biológicos”.

Como anteriormente explicitado, o sentido é totalmente flexível, podendo tanto continuar o mesmo com uma mudança de palavra como existir sem ela, o que nos leva a compreender que o sentido está relacionado mais à frase do que à palavra, mais ao parágrafo do que à frase, mais ao contexto do que ao parágrafo. Consequentemente, o sentido é determinado “por toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por uma determinada palavra” (VIGOTSKI, 2001, p. 466). O sentido é o que mais se aproxima da complexa subjetividade de um sujeito, mesmo que nenhuma palavra possa expressá-lo por completo, esgotando-o. Mas, claro, podemos nos aproximar dele ao considerar o homem como um sujeito social, afetivo, cognitivo e biológico.

De acordo com Vigotski (2001), atrás de uma fala sempre há pensamentos ocultos, funções volitivo-afetivas. Portanto, na busca por apreender os sentidos e os significados dos sujeitos de pesquisa, deve-se estar sempre atento àquilo que é dito no não dito, ou melhor, deve-se ir além daquilo que o sujeito falou, pois as falas

devem ser apreendidas, também, pelo subtexto, pelo sentido que se desprende da palavra mas está implícito no conteúdo expresso (VIGOTSKI, 2001).

Com base nessa discussão, pretende-se apreender a subjetividade dos sujeitos para a compreensão do problema proposto neste estudo. Entende-se que tais subjetividades são constituídas nas mediações sociais, as quais estão carregadas de significados e sentidos transmitidos e reconstruídos por várias gerações.

Diante disso, com o objetivo de apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças, optou-se por trabalhar com famílias que têm entre seus membros as três gerações, ou seja, a primeira geração é aqui representada pelas avós, a segunda pelas mães e a terceira pelos filhos.⁴

Inicialmente, foram selecionados e, posteriormente, convidados a participar da pesquisa, membros de cinco famílias, os quais aceitaram o convite. Contudo, neste estudo, trabalhou-se apenas com duas famílias, selecionando-se aquelas que forneceram mais riqueza e diversidade de informações.

Tais famílias foram selecionadas a partir de um grupo que já havia participado da pesquisa matriz, todas moradoras da região leste de Goiânia, que tinham filhos frequentando a Escola de Circo durante o período em que houve o levantamento de sujeitos para aquele estudo. Embora no decorrer de ambas as pesquisas algumas dessas crianças tenham deixado de frequentar o referido programa, isto não acarretou nenhum prejuízo à sua participação nos estudos.

À vista disso, foram utilizados os seguintes critérios de seleção das famílias para o presente estudo:

a. Que houvesse pelo menos uma criança com idade entre 7 e 11 anos. A delimitação dessa faixa etária se justifica pelas seguintes razões: Vigotski (2007) afirmou que, após os 7 anos de idade, a criança possui um pensamento mais elaborado, socializado, permitindo a melhor apreensão da fala; o ECA (BRASIL, 1990) considera que o período da infância vai até os 12 anos incompletos;

b. Que o(a) responsável pela criança tivesse convívio cotidiano com ela;

⁴ Os sujeitos da primeira e da segunda gerações são do sexo feminino, enquanto na terceira, há sujeitos de ambos os sexos.

c. Que o(a) responsável pela criança relatasse ter praticado atos de violência física contra ela no decorrer da educação/criação;

d. Que a criança tivesse convívio com um avô ou avó, não necessariamente habitando na mesma casa que esta pessoa.

A pesquisadora obteve as informações para seleção das famílias por meio da ficha de inscrição da criança na Escola de Circo (Anexo A) e, algumas vezes, quando a ficha não fornecia os dados necessários, estes foram obtidos perguntando-se às outras pesquisadoras que estavam acompanhando, por meio de visitas domiciliares, aquela família.

Tomando como base os critérios acima descritos, participaram deste estudo sete sujeitos pertencentes a duas famílias distintas, os quais são aqui identificados por meio de nomes e sobrenomes fictícios com o intuito de preservar sua identidade, de acordo com os critérios éticos da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. As famílias participantes e seus respectivos membros.

Papel social	Família Ortiz	Idade (anos)	Família Pereira	Idade (anos)
Avó	Amélia	66	Rosa	50
Mãe	Joana	39	Adriana	30
Filha	Lorena	9	Patrícia	11
Filho	–	–	Renato	8

O fato de os sujeitos da primeira e da segunda gerações serem do sexo feminino se deve a uma relativa coincidência⁵, pois no que diz respeito aos avôs, em uma família ele já era falecido e na outra, separado da mulher. Já com relação à segunda geração, esta foi automaticamente feminina, pois não foi encontrada nenhuma família que obedecesse aos critérios estabelecidos para a seleção e que tivesse um responsável pela criança que fosse do sexo masculino.

⁵ A palavra “relativa” é aqui utilizada por conta do fenômeno social das famílias monoparentais femininas, que alcança grandes proporções nas classes populares, nas quais a mulher é a figura principal da família sem um companheiro coabitando (PERES; SOUSA, 2002).

Faz-se importante esclarecer que foram acatados todos os procedimentos éticos referentes à pesquisa com seres humanos preconizados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) na Resolução nº 196/1996 (BRASIL, 1996). Por se tratar de um subprojeto da pesquisa matriz, que já havia recebido o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-Goiás (Anexo B), não foi necessária a obtenção de nova autorização para este estudo. À vista disso, foram requisitadas apenas as autorizações dos sujeitos participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

Ao buscar um procedimento de pesquisa que melhor proporcionasse a apreensão da subjetividade dos sujeitos, encontrou-se na pesquisa qualitativa tal possibilidade. De acordo com os argumentos de Minayo (1994), o procedimento qualitativo possibilita a compreensão do universo das ações, das relações e dos significados dos homens.

Na pesquisa qualitativa, Minayo (2000) advertiu que o trabalho de campo se mostra essencial, porquanto busca uma interação intersubjetiva com os sujeitos pesquisados, resultando em um processo amplo de construção do conhecimento. Sempre que realiza um trabalho de campo, o pesquisador demonstra sua posição científica, suas referências teóricas, uma vez que deve contestar a neutralidade e a objetividade científicas.

Na pesquisa empírica desenvolvida neste trabalho, foram realizadas uma ou duas entrevistas semiestruturadas com cada sujeito, utilizando recursos distintos, apresentados mais à frente. Em cada família, as entrevistas foram realizadas separadas e simultaneamente com cada sujeito: a avó, a mãe e a criança. Para que isso se tornasse possível, dois outros psicólogos, que trabalhavam na pesquisa matriz e já eram conhecidos por algumas famílias, deram sua colaboração. No caso de famílias que participaram com mais de uma criança, o procedimento foi realizado com uma delas de cada vez. Em uma família, foi preciso retornar para obter certos esclarecimentos, o que foi entendido como uma segunda entrevista. Além das entrevistas, para todas as famílias e visitas, foi utilizado o recurso do diário de campo, em que foram anotadas informações consideradas relevantes para a apreensão da subjetividade dos sujeitos, como impressões do entrevistador sobre o entrevistado, observações acerca das relações familiares, condições físicas e higiênicas da casa, entre outras.

O primeiro contato com as famílias aconteceu por telefone. A pesquisadora se apresentou e lhes forneceu uma breve explicação sobre a pesquisa. Com o interesse da família, marcou-se uma primeira visita com o objetivo de estabelecer um *rapport*, ou seja, desenvolver confiança mútua apresentando pessoalmente a pesquisadora e seus dois colaboradores, explicando detalhadamente o estudo e convidando a família a dele participar. Foi explicado que a participação da família na pesquisa só era possível se todos – um representante de cada geração – aceitassem o convite, sendo possível a inclusão de mais de uma criança. Havendo a afirmativa dos membros, leu-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e todos assinaram. No caso das crianças, foram colhidas tanto as suas assinaturas quanto as de seus responsáveis.

Na segunda visita, foi realizada a entrevista com todos os sujeitos participantes da família, que foi gravada em fita cassete e em gravadores digitais com a autorização dos sujeitos, concedida anteriormente. Uma segunda entrevista foi combinada com a avó da família Pereira para esclarecimentos acerca de algumas questões, sendo desnecessário contatar as crianças. Foram realizadas com os adultos as seguintes atividades:

a. Um questionário sociofamiliar (Apêndice B) para complementar e atualizar as informações das fichas de inscrição das crianças na Escola de Circo. Esse questionário foi respondido na primeira ou na segunda visita à família, dependendo de como esta se mostrava receptiva e com disponibilidade de tempo para respondê-lo no primeiro dia;

b. Entrevistas semiestruturadas com roteiros previamente elaborados (Apêndices C e D)⁶, realizadas na segunda visita domiciliar. De acordo com Minayo (2000), entrevistas desse tipo são as que combinam perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, tendo o entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto sem haver respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Sousa (2001) argumentou que a entrevista é um instrumento que permite ao entrevistador e ao entrevistado o estabelecimento de uma relação próxima, ao

⁶ Ambos os instrumentos empregados com os adultos, a entrevista semiestruturada e a complementação de frases, embora tenham o mesmo conteúdo, foram escritos de formas diferentes para serem utilizados com os avós e com os pais, em decorrência das diferenças entre a educação/criação que os avós destinavam a seus filhos no passado e a educação/criação que os pais utilizam no presente.

mesmo tempo em que facilita ao primeiro a apreensão das dimensões da subjetividade do sujeito pesquisado. As entrevistas realizadas durante esta investigação, nas residências das famílias, colaboraram bastante para a compreensão do contexto destas e, com isto, ampliaram a apreensão da subjetividade dos sujeitos. Por isso, a ida ao lócus, ao lugar no qual o problema da pesquisa se encontrava, por intermédio das chamadas visitas domiciliares, provou ter valor inestimável para esta pesquisa;

c. No mesmo dia em que foi realizada a entrevista semiestruturada, logo após o seu término, utilizou-se o instrumento denominado complementação de frases (Apêndices E e F), com o objetivo de auxiliar a expressão das subjetividades das falas dos sujeitos. Esse instrumento foi adaptado por González Rey (1997) a partir do original de Rotter e Rafferty, que o criaram em 1950. O pesquisador inicia uma frase e o sujeito a completa oralmente, de forma a expressar sua subjetividade.

Quando se referiram aos pressupostos metodológicos de Vigotski, González Rey (1999) e Zanella e outros (2007) afirmaram que o instrumento de pesquisa tem de ser adaptado ao sujeito e não o contrário. Por essa razão, as crianças que participaram como sujeitos desta pesquisa foram respeitadas em suas especificidades de pessoas em desenvolvimento. Assim, foram adotados instrumentos adequados para melhor apreender a subjetividade das crianças, de forma que elas se sentissem à vontade.

Vigotski (2005) esclareceu que os jogos e as brincadeiras infantis são inspirados na realidade da criança, isto é, no seu brincar, ela reproduz aquilo que ouve, vê e sente em seu cotidiano. Contudo, o autor advertiu que essa reprodução não é passiva, porquanto no exercício da ludicidade existe um processo de elaboração entre a experiência vivida e a criada, sendo construídas novas realidades de acordo com as necessidades da própria criança. Daí decorre que a criação imaginativa de desenhos, histórias, imitações, entre outras opções, não é mera coincidência com a realidade ou fantasia surreal, mas sim resultado de experiências vividas e que passam por um processo de elaboração subjetiva da criança ao serem expressas.

Compreendendo-se que é nesse campo da apreensão subjetiva que se pretende abarcar os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças neste trabalho, buscou-se utilizar instrumentos lúdicos indicados por Sousa (2008) que

melhor possibilitassem alcançar este intento, incluindo as próprias crianças como vítimas desta violência. Assim, as informações fornecidas pelas crianças foram obtidas por meio dos seguintes instrumentos, usados em um mesmo dia, durante a segunda visita:

a. Relatos orais após cada desenho que a criança realizou com situações sugeridas pela pesquisadora: na primeira situação, pediu-se que ela desenhasse uma criança que apanha da família e, então, que falasse sobre o desenho; na segunda, pediu-se que ela desenhasse uma criança que não apanha da família e, da mesma forma, que ela discorresse acerca do desenho. Esse instrumento foi rejeitado, em parte, por uma criança, que preferiu não desenhar, fazendo apenas os relatos orais, o que foi respeitado pela pesquisadora.

b. Relatos orais a partir de seis pranchas⁷ (Apêndices G e H), que formam uma história de violência física contra crianças. A pesquisadora apresentou à criança uma prancha de cada vez, solicitando que relatasse a história que via naquele desenho, procedendo desta forma até completar quatro pranchas. A seguir, pediu a ela que escolhesse entre duas opções de prancha para contar o final da história. As pranchas foram elaboradas pela artista plástica e também psicóloga Maria Voula Toubas e já utilizadas em outra pesquisa, coordenada pela orientadora deste estudo (SOUSA, 2001)⁸, bem como em outra dissertação de mestrado (COSTA, 2004).

c. Complementação de frases (Apêndice I).

Após a obtenção das informações, primeiramente, as gravações foram transcritas na íntegra. Tendo por base Aguiar e Ozella (2006), após várias leituras flutuantes do material resultante das transcrições e das anotações feitas no diário de campo, os pré-indicadores foram organizados em quadros para possibilitar a formação dos futuros núcleos de significação. Esses pré-indicadores foram sistematizados a partir das falas dos sujeitos, isto é, pela frequência e intensidade das emoções e pelas contradições e ambivalências.

⁷ Existem quatro conjuntos de seis pranchas, todos com o mesmo conteúdo, mas com variações nos papéis sociais do pai ou mãe e do sexo da criança. Foram escolhidas as pranchas de acordo com o sexo da criança em questão e com o seu responsável.

⁸ Embora nesta publicação seja feita menção à pesquisa em que as pranchas foram utilizadas, não consta a parte do trabalho em que estas foram empregadas.

Na análise, buscou-se apreender, a partir das falas dos sujeitos das três gerações, os conteúdos constituintes dos núcleos de significação da violência física contra crianças. Tais núcleos visam transmitir todo o movimento de construção desses sentidos, de como eles foram se constituindo na subjetividade de cada sujeito e de sua histórica geração. Em outras palavras, os núcleos explicitam as similaridades e as contradições, revelando o movimento do sujeito diante do fenômeno que se pretende compreender (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Na concepção de Vigotski (2004), para que a análise de um fenômeno não se torne reducionista e fragmentada, deve ter por base as unidades e não os elementos, uma vez que, ao se decompor o fenômeno em elementos, não se pode atingir sua totalidade. Logo, para apreender o fenômeno em estudo nesta pesquisa, levou-se em consideração o contexto social, histórico, político e econômico, atentando para a realidade sócio-histórica dos sujeitos, e se estabeleceu um diálogo com estudos que oferecessem o embasamento teórico para a pesquisa.

Com a intenção de se aproximar ao máximo do objeto de estudo e de apresentá-lo a partir do que foi apreendido na análise das informações do problema a que se propôs refletir, este trabalho se divide em três partes.

Na primeira delas, cujo título é *Famílias em processos contemporâneos e violência física intrafamiliar contra crianças*, por meio de referencial teórico, tecem-se considerações sobre aspectos sócio-históricos da família contemporânea. O estudo é realizado com famílias de classe popular e são apresentadas considerações sobre a violência física intrafamiliar contra crianças encontradas na literatura internacional, nacional e local.

A partir da construção da segunda parte, denominada *Contextualização das famílias pesquisadas*, tem-se o intuito de explicitar o perfil das famílias moradoras da região leste de Goiânia, em especial das famílias que possuem crianças frequentadoras do programa Escola de Circo e que participaram da pesquisa matriz, quanto a seus aspectos socioeconômicos, como: moradia, renda e configurações familiares. Também é apresentada a história de vida de cada família participante deste estudo, com o objetivo de apreender suas vivências e trajetórias de vida e possibilitar uma profunda análise do fenômeno em estudo.

Na terceira parte, intitulada *Os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças atribuídos por três gerações*, desenvolvida a partir do material empírico obtido de cada uma das três gerações da família Ortiz e da família Pereira, elaboram-se os núcleos de significação que explicitam os sentidos produzidos sobre a violência física intrafamiliar contra crianças.

1 FAMÍLIAS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS E VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAMILIAR CONTRA CRIANÇAS

Entende-se que a violência física intrafamiliar contra crianças é, antes de tudo, um fenômeno social que possui suas particularidades na sociedade contemporânea. Portanto, nesta parte do trabalho, busca-se compreender tais particularidades por meio de discussões teóricas que possibilitem a aproximação da essência do fenômeno em questão.

1.1 Famílias na contemporaneidade

A família vem sendo alvo, ao longo do tempo, e mais especificamente na contemporaneidade, de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Não obstante, como afirmaram Reis (2006) e Sawaia (2003), não há um consenso entre estas, pois em algumas ela é enaltecida, concebida como a reguladora da moral, da solidariedade e do amor incondicional entre pais e filhos e, em contrapartida, há outras que a compreendem como repressora e violenta com suas crianças, como uma instituição que contribui com a consolidação do capitalismo. Enfim, existem posições antagônicas que mais demonstram compreensões epistemológicas divergentes do que a apreensão do seu objeto de estudo.

Ao estudar criticamente a família moderna, da qual trata este trabalho, Adorno e Horkheimer (1985) defenderam a tese de que ela é mediatizada socialmente e que, destarte, estabelece dialeticamente com a sociedade a reprodução das relações de poder, em que a submissão à autoridade, que no caso da família é representada pela figura paterna, é um dos pilares para a manutenção do sistema econômico capitalista. Desse modo, é possível apreender a universalidade social em que ela está inserida e que se reproduz nas relações familiares.

Poster (1979) asseverou que a família é uma instância primordial para se apreender as relações sociais desiguais entre geração⁹ e gênero. Tais relações têm

⁹ Geração é compreendida neste trabalho a partir do estudo realizado pela francesa Attias-Donfut (1988), em que sintetiza quatro principais definições, entre as quais se encontra a definição que aqui se utiliza, a *genealógica*. Desse modo, entende-se geração como uma relação de filiação, geralmente de parentesco, de posições ocupadas na família ou, também, como grupo de pessoas de diversas faixas etárias que ocupam o mesmo status de filiação.

suas raízes na família, já que este é o primeiro lócus de socialização da criança, no qual se iniciam as primeiras imposições de hierarquias entre seus membros. Nas próprias palavras de Poster (1979, p. 161–162),

A família é o espaço social onde as gerações se defrontam mútua e diretamente [...]. Idade e sexo estão presentes, é claro, como indicadores sociais em todas as instituições. Entretanto, a família contém-nos, gera-os e realiza-os num grau extraordinariamente profundo.

Na família, mesmo em suas relações autoritárias, é possível se distanciar da realidade hostil e manter outros tipos de relações intrafamiliares, pois o cuidado e a busca do desenvolvimento e da felicidade do outro estão presentes nela, instituição em que se resguarda uma melhor qualidade da relação humana (HORKHEIMER, 1990). Ao compartilhar de tais concepções, Sawaia (2003) afirmou que devem ser adotadas medidas socioeducativas para que ela possa ser o principal lócus de protagonismo social, pois sua característica fundamental é a afetividade. Além disso, é a única instância que “promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana” (SAWAIA, 2003, p. 43).

Peres e Sousa (2002) preconizaram que a constituição da subjetividade da criança inicia-se no grupo familiar, pois é nele que ela irá, ou não, encontrar apoio para o seu desenvolvimento emocional. Assim sendo, vários estudiosos defendem a ideia de que a família é a principal responsável pelo processo de socialização da criança na sociedade (CARVALHO; ALMEIDA, 2003; PERES; SOUSA, 2002; REIS, 2006; SAWAIA, 2003).

A família é, portanto, compreendida como uma construção das relações humanas permeada pela história, em que busca atender às necessidades sociais ao mesmo tempo em que as cria (REIS, 2006). Por conseguinte, não existe um modelo e um conceito estável de família, pois esta passa por contínuas transformações, sempre produzindo novas necessidades e construindo estratégias de sobrevivência. Peres e Sousa (2002) apontaram que as famílias se modificam no decorrer da história em um processo dialético. Esse movimento contínuo de (re)construção da família implica tensão estabelecida entre a conservação e a mudança, entre o tradicional e o novo.

No processo de modernização vivido no ocidente, a família passou, e ainda passa, por transformações que a configuram na atualidade. Ariès (2006) esclareceu

que a família europeia da Idade Média não era sensível a profundos sentimentos entre pais e filhos, limitando-se à transmissão de costumes, bens e nome. O sentimento de família, isto é, o estreitamento dos laços afetivos entre os familiares, é um sentimento novo, construído com a modernidade.

A família moderna ideal, de acordo com Fonseca (1995), possui três principais características: a) a concepção do amor romântico e a livre escolha do cônjuge em oposição ao casamento “arranjado” na família medieval por interesses familiares, como afirmou Ariès (2006); b) a separação entre a vida pública e a privada, sendo o lar valorizado como uma forma de proteção contra as pressões do mundo público, pois, como Ariès (2006) revelou, na família da Idade Média não existia essa distinção entre público e privado, entre mundo do trabalho, mundo doméstico e das relações sociais, porquanto, naquela época, a rua era uma extensão da casa; c) o rearranjo familiar, no qual as crianças passaram a ser o centro da família e à mãe foi destinado o importante papel de socializadora dos filhos. Diferentemente da família moderna, na Idade Média, não havia restrições às crianças com relação ao seu convívio com os adultos, porquanto a distinção entre lugares próprios ou impróprios para elas era inexistente. Ademais, nessa relação adulto-criança eram transmitidos os conhecimentos necessários à sua vida, o que comumente não incluía a educação formal.

Nota-se que a divisão entre gerações não era comum na Idade Média como o é na contemporaneidade. Moreira (2001) e Coutinho (2006) afirmaram que, a partir da modernidade, se fez certa divisão das pessoas por idades em instituições como escolas, asilos, entre outras, de modo que cada geração possui seu lugar bem definido, no qual estabelece maior convivência com pessoas pertencentes à sua própria geração. Entrementes, na família, essa segregação é minimizada, pois tem em sua constituição pessoas pertencentes a gerações semelhantes e diferentes, assim possibilitando o diálogo entre elas.

Tais relações familiares entre as diferentes gerações passam, atualmente, por mudanças jamais concebidas em outros momentos históricos, uma vez que o fenômeno contemporâneo da afirmação da individualidade é tão valorizado em nossa sociedade capitalista. A busca por projetos individuais promove o esvaziamento da tradição, de tal maneira que papéis como os de pais/mães, maridos/esposas, filhos/filhas, que anteriormente eram preestabelecidos, na

contemporaneidade encontram-se mais ou menos em aberto, sujeitos a negociações. Ainda que a família possa experimentar relações igualitárias, é marcada socialmente por hierarquias carregadas de autoridade entre as gerações no que diz respeito à socialização das crianças e adolescentes e entre os gêneros. Logo, essa hierarquia baseada na autoridade tradicional é posta em cheque com a emergência da afirmação da individualidade, o que muda substancialmente as relações entre pais e filhos, entre marido e mulher. Como explicou Sarti (2003a, p. 44),

Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos. Os sujeitos não estão mais subsumidos no todo. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, hoje são objetos de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz dessas negociações. E a sociedade, através de movimentos sociais (feministas, gays, etc.) ou de intervenção terapêutica de diversos tipos, formula os mais variados projetos ideológicos de como se deve agir na esfera da família e da sexualidade, propondo novas formas de divisão do trabalho doméstico e de cooperação financeira, questionando a autoridade masculina e dos pais. Revela-se assim o fato de que vivemos num tempo que nunca foi tão repleto de alternativas e, ao mesmo tempo, tão normativo; simultaneamente emancipador e constrangedor.

Esse processo de mudança profunda na família foi impulsionado a partir da década de 1960, quando a pílula anticoncepcional foi difundida mundialmente e a mulher foi concedida a separação entre a sexualidade e a reprodução. Isso lhe forneceu condições concretas para que aumentasse seu campo de escolhas e não ficasse apenas à mercê do seu destino, que se resumia à maternidade. Esse fenômeno, em conjunto com a entrada da mulher no mercado de trabalho, possibilitou o desenvolvimento de vários papéis sociais em um processo contínuo de complexificação de sua subjetividade (SARTI, 2003b). Tais mudanças fizeram com que a família idealizada, isto é, a família nuclear, na qual o pai é o provedor e a mãe, dona de casa, perdesse espaço para novas formas de configuração familiar.

A união dos casais, hetero ou homossexuais, ganhou outro sentido quando o ideal da união “eterna”, do amor romântico passou a ser vivido, frequentemente, como passageiro e, muitas vezes, ocorrido na informalidade. O aumento considerável do número de divórcios e separações tem ocasionado na vida dos filhos a convivência com maior número de redes familiares (RIZZINI, 2001). Amiéde, em famílias reconstituídas, isto é, que estabeleceram outras uniões conjugais no

passado, os pais reúnem filhos provenientes de outras relações, o que rompe com a ideia de família formada por pessoas que possuem laços consanguíneos.

A família ainda é concebida como a principal instância de educação e criação dos filhos; contudo, as seguidas intervenções do Estado e da ciência, que muitas vezes reputam a família como incompetente, bem como a complexidade da vida contemporânea acabam por depreciar os “saberes” familiares passados de geração a geração, ocasionando na família um profundo sentimento de desamparo, de perda da referência (MONTEIRO; CARDOSO, 2001).

Como afirmou Rizzini (2001), todas essas mudanças podem gerar um sentimento de crise, mas não se pode afirmar que tal sensação seja algo inédito na história, pois toda mudança social, política e econômica exige que as famílias se reorganizem e lidem com o novo, com o desconhecido. Na tentativa de atender às necessidades sociais, muitas vezes transparece a sensação de viver um caos. No entanto, essa “crise” na família, que muitos estudiosos do assunto retomam, inclusive cogitando haver o desaparecimento desta instância socializadora, está profundamente relacionada às transformações contemporâneas, em que um dos princípios centenários e fundamentais, a autoridade paterna, torna-se enfraquecida no mundo ocidental (QUEIROZ, 2008).

Em sua pesquisa com jovens recém-ingressados em uma universidade da cidade de Goiânia, Queiroz (2008) revelou que, diferentemente de estudos e pesquisas que afirmam o arrefecimento da instância familiar, para os participantes do estudo, a família era sentida como um lócus afetivo e uma referência para a formação de suas individualidades.

Até o momento, neste trabalho, a discussão sobre a família está orientada de uma forma mais ampla. No próximo subitem, são tratadas as famílias de classe popular, que não se reduzem às de baixa renda, mas que constituem sua singularidade simbólica a partir de uma construção histórica e social no que diz respeito a ideais de família e das condições materiais que lhes são atribuídas neste dado momento histórico.

1.2 Famílias de classes populares

Como afirmou Sarti (2007), as famílias de classes populares não são o antônimo da classe dominante e estas não possuem cultura independente uma da outra, isto é, não são duas polaridades que não se relacionam; são, na verdade, unidades de uma mesma categoria que existe na contemporaneidade, o capitalismo. Todavia, cada qual tem suas particularidades.

Não é possível assegurar que famílias pobres sejam mais acometidas pelo sofrimento do que outras. No entanto, pode-se afirmar que, em decorrência das privações vivenciadas cotidianamente e do que lhes está ao alcance por meio do poder público, como saúde, escola, programas sociais, creches, em sua maioria serviços precários, elas encontram-se mais suscetíveis ao sofrimento, pois vivem em condição de vulnerabilidade social (RIZZINI, 2001).

A condição de vulnerabilidade dessas famílias nada mais é do que o reflexo das desigualdades que se fazem presentes nas classes populares brasileiras. Por isso, neste trabalho, adota-se um paradigma que não pretende personificar o problema da pobreza, ou seja, não tenta responsabilizar o indivíduo por sua condição, mas que o compreende como uma trama complexa de constituição, havendo uma linha tênue entre a construção de um processo histórico e o envolvimento de sujeitos com relativa autonomia e atores de suas histórias (PERES; SOUSA, 2002). Portanto, este estudo se contrapõe a outros, que tratam as famílias de classes populares como incapazes e incompetentes para zelar pela educação/criação de seus filhos.

Bazon (2000) e Sarti (2007) esclareceram que, apesar das variadas configurações familiares existentes nas classes populares, o seu ideal ainda permanece no modelo nuclear burguês, constituído por casal e filhos, em que o homem é o provedor e a mulher, dona de casa. Porém, com as especificidades vivenciadas por essas famílias, esse modelo, reiteradas vezes tem de ser adaptado à realidade em que vivem pelas condições concretas que enfrentam.

Em uma tentativa de manter o modelo tradicional, buscando um novo provedor ou alguém com quem possam compartilhar as responsabilidades da casa e

as despesas, a troca de companheiro, denominada “monogamia seriada”, é uma prática comum entre mulheres de classes populares, o que resulta, muitas vezes, em mães com filhos de pais diferentes (BILAC, 1995). Sobre esse mesmo fenômeno, Sarti (2003b) acrescentou que, em decorrência da vulnerabilidade da família e da reprodução dos papéis de gênero, o papel do homem como provedor/trabalhador fica fragilizado diante do instável mercado de trabalho, sobre o qual ele não possui controle. A mulher, por sua vez, também se sente vulnerável, pois sua chance de “ter alguma coisa” por meio do casamento é frustrada e, a união, por conseguinte, fica enfraquecida.

Na contemporaneidade, as mulheres tornam-se, cada vez mais, chefes de família (RIZZINI, 2001). Amazonas e outros (2003) chegaram a essa mesma constatação em sua pesquisa na cidade de Recife (PE), em que as mulheres – mães, avós, tias, entre outras – têm o papel principal na família em 60% dos casos. Já os homens apareceram como figuras fragilizadas por desemprego, envolvimento com polícia e uso de drogas.

O crescimento de famílias monoparentais femininas é um fenômeno que vem se acentuando nacionalmente, pois, de acordo com o IBGE (2008), em 1997, 16,5% das famílias brasileiras tinham esta configuração, ao passo que em 2007, totalizavam 17,4%.

Os números são ainda maiores quando se verifica o resultado obtido pelo IBGE (2009), durante a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, ao questionar os entrevistados acerca da pessoa de referência¹⁰ da família. Entre 60,934 milhões de famílias em todo o Brasil, 35,2% possuem uma figura feminina como referência. O estado de Goiás ultrapassa o número nacional, com 36% das famílias chefiadas por mulheres, enquanto o número de homens como referência caiu de 1,277 milhão de famílias em 2008 (n = 1,946 milhão) para 1,245 milhão em 2009 (n = 1,945 milhão).

Entretanto, as famílias da classe popular chefiadas por mulheres não são um fenômeno tão recente na sociedade brasileira (FONSECA 1995; MACÊDO, 2007). Como afirmou Macêdo (2007), esse fenômeno foi ocultado e, por vezes, ignorado,

¹⁰ De acordo com o IBGE (2009), pessoa de referência é a “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros”. Portanto, não necessariamente as famílias que têm mulheres como referência são monoparentais.

por não corresponder ao ideal de família burguesa – a nuclear. Todavia, nos últimos 30 anos, tornou-se mais visível por se expandir para as classes médias brasileiras, universo em que a ideologia da família tradicional é arraigada, gerando, desta forma, um “desconforto” social e dando visibilidade ao tema.

Voltando às estatísticas nacionais, no censo de 2000, o IBGE (2002) apurou que a cada quatro famílias brasileiras, uma tinha uma figura feminina como pessoa de referência e a metade destas mulheres sustentava suas famílias com rendimento que não ultrapassava 1,8 salário mínimo¹¹ ao mês. No mesmo censo, constatou-se que 60% das crianças de 0 a 6 anos viviam em famílias chefiadas por mulheres e sobreviviam com renda média de até dois salários mínimos. No estado de Goiás, esse número subia para 60,7% das crianças, representando uma grande quantidade de crianças e famílias em precárias condições de vida.

Mais recentemente, foi constatado pelo IBGE (2010) que 46,6% das famílias chefiadas por mulheres que não possuem cônjuge vivem com renda de até meio salário mínimo per capita. Adicionalmente, há o agravante de todos os seus filhos serem menores de 16 anos, ou seja, crianças e adolescentes em plena fase de desenvolvimento que vivem em precárias condições de vida.

Sem a intenção de generalizar e culpabilizar essas famílias monoparentais femininas como “as mais pobres entre as pobres”, parafraseando Macêdo (2007, p. 161), as pesquisas mostram que elas estão incluídas nesses números alarmantes, os quais revelam a violência da desigualdade social, em uma compreensão oposta à estigmatização da mulher como incapaz de cuidar de sua família.

Entre os inúmeros tipos de violência, as mulheres enfrentam a de gênero, o mercado de trabalho é mais restrito e sua mão de obra é menos valorizada do que a dos homens, além de serem responsabilizadas socialmente pelos cuidados domésticos, o que as leva a vivenciar uma dupla jornada de trabalho. A falta de tempo e as dificuldades financeiras para sua qualificação profissional, além da necessidade imediata de autossobrevivência e de prover a família, dificultam a possibilidade de obter melhores condições de trabalho. Em consequência, variadas vezes, elas se veem forçadas a se sujeitar a precárias condições de trabalho e, assim, permanecer no ciclo da pobreza (MACÊDO, 2007).

¹¹ Considerou-se o salário mínimo daquele ano, que era de R\$ 151,00.

No que diz respeito à educação/criação de filhos nas classes populares, como muitas mulheres têm dupla jornada de trabalho para ajudar no sustento ou são as únicas mantenedoras do lar, desde pequenas, as crianças são educadas para cuidar de si e dos irmãos. Portanto, logo perdem suas regalias de não ter responsabilidades com as tarefas domésticas (BAZON, 2000). Assim sendo, Rizzini (2001) destacou que as crianças, principalmente as meninas, enfrentam árduo trabalho doméstico, quando não saem para trabalhar fora de modo a ajudar na renda familiar.

Faz-se importante salientar que a taxa de ocupação dos filhos, isto é, de crianças e adolescentes que trabalham para ajudar no sustento da família, é maior nos arranjos familiares em que a chefia é exercida por mulheres (44,4%) em comparação com as famílias chefiadas por homens (40,3%) (IBGE, 2008). Nesse cenário, a pobreza vivenciada por essas famílias é estendida, principalmente, às crianças, pois elas experienciam limitações no acesso a bens e serviços, os quais têm extrema importância para seu melhor desenvolvimento biopsicossocial e, em decorrência disto, provavelmente, darão continuidade ao ciclo de pobreza.

Sousa (1994) realizou um estudo referente ao trabalho infantil em famílias de classes populares em um bairro periférico de Goiânia. A pesquisadora verificou que entre 350 crianças daquele bairro, 36,6% trabalhavam fora de casa; no entanto, o serviço doméstico foi ainda mais frequente, pois 78% delas assumiam ou eram obrigadas a assumir regularmente as responsabilidades com as tarefas domésticas.

Outra saída encontrada pelas famílias, no que diz respeito aos cuidados das crianças, são as ajudas solidárias de vizinhos e familiares. Enquanto os adultos saem para trabalhar, a sua base de apoio entra em ação, assumindo a responsabilidade dos cuidados com as crianças (AMAZONAS et al., 2003; BAZON, 2000). Isso porque pouco se pode contar com os serviços públicos oferecidos, como creches, escolas de período integral e outros programas sociais intercalados com o período escolar, devido à sua má distribuição e, muitas vezes, à sua baixa eficiência. Por isso, torna-se muito comum entre as famílias de classes populares o retorno das mulheres, após a separação do companheiro, à casa da família de origem, pois lá também encontram o auxílio financeiro e os cuidados para seus filhos (AMAZONAS et al., 2003). Conforme afirmou Sarti (1994), essa característica se intensifica quando a mãe, que é a matriarca, fica viúva ou se separa do companheiro e não

possui uma nova união. Ela exerce na família um papel de aglutinadora, ou seja, torna-se o ponto de referência para os outros membros da família.

Com o aumento da expectativa de vida, os avós vêm modificando seus papéis. Em decorrência das dificuldades financeiras dos filhos e da necessidade de cuidados para as crianças, eles se tornam importantes auxiliares, tanto economicamente quanto no papel de cuidadores dos netos (VITALE, 2003). Sem contar que, não raro, embora sem possuir a guarda da criança, a avó é a maior responsável pela educação dos netos, ou melhor, toma os netos por filhos e as crianças chamam a avó de mãe e a mãe biológica pelo primeiro nome (SARTI, 2007).

A convivência entre as gerações nas famílias de classes populares é possivelmente potencializada em comparação com as classes média e alta, pois o acionamento de sua rede de solidariedade como estratégia para o auxílio nos cuidados de suas crianças, contando com avós, outros parentes e vizinhos, colabora para o convívio entre as diferentes gerações ali existentes.

Para as classes populares, a família é uma importante base de apoio. Sarti (2007, p. 85) afirmou que, para essas pessoas, ela é a referência, uma vez que representam “aqueles com quem se pode contar”. Portanto, para as pessoas das classes populares, a família:

[...] não se constitui como **um núcleo**, mas como **uma rede**, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda os indivíduos em dois sentidos: ao dificultar sua individualidade e ao viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (SARTI, 1994, p. 49, grifos da autora).

Entende-se que, mesmo que as famílias construam uma rede de apoio entre si, tal recurso ainda é precário e insuficiente, porquanto esta rede engloba pessoas de famílias pertencentes à mesma classe popular, as quais, provavelmente, passam por dificuldades semelhantes e podem ser impotentes diante das estruturas sociais bastante limitadas a esta classe.

Em sua pesquisa, em várias cidades do estado de Goiás, com mães de adolescentes que se encontravam em medida socioeducativa de privação de liberdade, Rocha (2010) verificou que, diante da situação de sofrimento das mães participantes, estas entendiam que a família era insuficiente na educação/criação

dos filhos, ainda que não se eximissem de tal responsabilidade, e reivindicavam o auxílio do Estado na educação dos filhos. Entre suas reivindicações, estavam desde a proteção de crianças e adolescentes por meio de policiamento nas ruas, passando por lazer, até programas socioeducativos que se alternassem com o horário escolar de modo a diminuir seu tempo ocioso. Essas e outras condições históricas e sociais estão presentes no fenômeno da violência física intrafamiliar contra crianças, assunto tratado a seguir.

1.3 Violência física intrafamiliar contra crianças

Inúmeros estudos revelaram que a família é um espaço privilegiado para a ocorrência da violência contra crianças, pois a violência exercida pelos pais sobre os filhos é mantida em sigilo devido à autoridade dos adultos sobre as crianças, os quais exigem que elas estabeleçam um pacto de silêncio (COSTA, 2004; GUERRA, 1998; SILVA, 2002; SILVA; SILVA, 2005; SOUSA, 2001). As crianças são vítimas de espancamentos, maus-tratos, falta de cuidados e abandono, entre outras tantas ações prejudiciais a seu desenvolvimento.

A violência estabelecida nas relações familiares se configura de duas formas: a doméstica e a intrafamiliar. A violência doméstica se refere àquela que ocorre no espaço doméstico e é perpetrada por pessoas que têm convívio domiciliar esporádico com a vítima, no presente caso, com a criança, mas que não possuem função parental, como empregados, agregados, entre outros. Já a violência intrafamiliar se refere àquela que ocorre nas relações familiares, seja no espaço doméstico ou não, como se pode entender a partir da seguinte definição:

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2002b, p. 15).

Entre as formas de violência intrafamiliar contra crianças, estão a psicológica¹², a negligência¹³, a sexual¹⁴ e a violência física, as quais vêm acumulando, gradativamente, estudos engajados na tentativa de romper com essa realidade. No entanto, diferentemente de negligência e violência sexual contra crianças, práticas condenadas socialmente, a violência física ainda é culturalmente aceita como inerente à educação dos filhos. Diante desse cenário, muitas vezes, o que causa espanto na maioria das famílias não é o castigo corporal aplicado, mas sim a ausência dele na educação.

Um assunto que está causando muita polêmica no Brasil, justamente por esse estranhamento dos pais acerca de educação sem disciplinamento físico, é o Projeto de Lei nº 2.654, denominado “Lei da Palmada”, apresentado no Congresso Nacional em 2003, o qual pretende abolir qualquer tipo de uso de castigo físico na educação de crianças (BRASIL, 2003). Tal projeto visa alterar o Código Civil (BRASIL, 2002a), estabelecendo o direito de crianças e adolescentes de não serem submetidos a quaisquer formas de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, com a justificativa de seu disciplinamento.

Já o ECA proíbe toda forma de violência contra crianças, mas não explicita quais são esses tipos de violência, deixando uma lacuna para a interpretação (BRASIL, 1990). Portanto, o projeto mencionado foi elaborado para garantir que o direito de crianças e adolescentes de não serem vítimas de violência física seja, de fato, cumprido. Nessa tentativa, o Brasil se aproxima de países como Alemanha, Áustria, Croácia, Finlândia, Israel, Noruega, Dinamarca, Chipre, Letônia, Islândia e

¹² A violência psicológica “[...] é toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. É toda ação que coloque em risco ou cause dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Este tipo de violência também pode ser chamado de violência moral” (BRASIL, 2006, p. 5).

¹³ A negligência “[...] é a omissão; deixar de prover as necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa” (BRASIL, 2006, p. 5).

¹⁴ A violência sexual “é qualquer conduta que constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force um matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Tal prática é considerada crime mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro (a), esposo (a), ou seja, é toda ação na qual uma pessoa, podendo envolver situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, contra a vontade, por meio de força física, influência psicológica, uso de armas ou drogas” (BRASIL, 2008, p. 14).

Suécia, em que essa experiência já se concretizou, o que demonstra que a educação sem violência física é possível (DURRANT, 2008).

Com base nos resultados obtidos em pesquisa organizada e publicada pelo Datafolha Instituto de Pesquisas (2010), pode-se ter uma estimativa da aprovação e desaprovação da “Lei da Palmada” e ter uma ideia de como a violência física aplicada a crianças se encontra naturalizada e banalizada. Foram entrevistados 10.905 brasileiros de todas as regiões do país e, entre eles, 54% desaprovaram o projeto de lei, enquanto 36% foram favoráveis a que qualquer tipo de violência física cometida contra crianças seja condenada. O maior índice de desaprovação (59%) foi registrado nas Regiões Norte e Centro-Oeste. As mulheres foram as que mais desaprovaram a lei (55%) e entre as pessoas entrevistadas que tinham filhos, esta rejeição chegou a 56%, podendo-se depreender que, possivelmente, são muitas as crianças que estão expostas a este tipo de violência na família. Porém, acima de tudo, esse projeto de lei leva à compreensão de que a violência física vem sendo questionada no Brasil e, mais do que isto, um novo paradigma vem ganhando força, uma vez que as crianças e os adolescentes estão, gradativamente, sendo reconhecidos como sujeitos de direito.

Em virtude dos estudos sobre a violência física contra crianças serem recentes e em pequena quantidade no Brasil e, ainda, pela própria complexidade do fenômeno, o conceito de violência física intrafamiliar ainda não é consenso entre os estudiosos do assunto. Contudo, a partir de vários autores e instituições que vêm contribuindo com a elaboração de conceitos para essa área do conhecimento, entre os quais podem ser destacados Guerra (1985)¹⁵, Assis, Deslandes e Marques (1994)¹⁶ e ABRAPIA (1997)¹⁷, em uma tentativa de síntese, Sousa (2001, p. 21) cunhou a seguinte definição de violência física, que fundamenta o presente trabalho:

[...] qualquer ação, única ou repetida, não-acidental (ou intencional), perpetrada por agentes circunscritos à família ou ao convívio diário e direto

¹⁵ “Violência física (excluída a negligência) foi aqui entendida como o emprego da força física contra a criança de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta” (GUERRA, 1985, p. 16).

¹⁶ Violência física é “qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou adolescente vitimizado), que provoque dano físico à criança ou adolescente. O dano provocado pelo ato físico pode variar de lesão leve a conseqüências extremas, como a morte” (ASSIS; DESLANDES; MARQUES, 1994, p. 13).

¹⁷ Violência física é caracterizada pelo “uso da força física de forma intencional, não-acidental, ou os atos de omissão intencionais, não-acidentais, praticados por parte dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou este adolescente, deixando ou não marcas evidentes” (ABRAPIA, 1997, p. 10).

com a criança, seja adulto (pai e mãe legítimos ou adotivos, padrasto ou madrasta), ou outra criança/adolescente (mais velho ou não) e que deixe ou não marcas físicas nela, motivada por fatores conscientes (ferir, danificar ou destruir a criança) e/ou inconscientes.

Essa definição permite compreender que a violência física intrafamiliar contra crianças não necessariamente deixa marcas físicas, levando em consideração não a quantidade desta prática, mas a sua qualidade; revela que não só o adulto comete a violência, pois, em se tratando de violência de relações desiguais e que, em parte, é aceita socialmente, outras crianças ou adolescentes circunscritos à família internalizam tal atitude e cometem este mesmo tipo de ato. É um fenômeno que tem suas raízes nas relações humanas em determinado período histórico e, por conseguinte, também é de ordem subjetiva. Ao compreender essa violência a partir de uma ótica subjetiva, revela-se, também, sua ordem inconsciente.

Francischini (2003) acrescentou que a violência física intrafamiliar contra crianças é caracterizada por relações pertencentes ao modelo hierárquico-autoritário, em que os membros que possuem uma posição de poder, tanto de gênero quanto de geração, se colocam no direito de exercê-lo por meio da violência contra o “mais fraco”, tratando as crianças como propriedade sua, como objeto. É interessante salientar que a perspectiva do certo e do errado, do que agrada e desagradar é sempre a do adulto/educador.

A violência física intrafamiliar contra crianças não é um fenômeno específico do Brasil, porquanto estudos conduzidos em outros países também mostram resultados semelhantes. Assim, em pesquisa realizada em Quebec, no Canadá, com mil adultos (maiores de 18 anos) Gagné e outros (2007) constataram que 66,4% deles sofreram violência física quando crianças e mais de uma em cada dez pessoas recordam frequentemente a violência sofrida. Entre os entrevistados, 62,4% concordaram com a seguinte afirmação: “não é mesmo muito agradável, mas os pais têm o dever de dar um tapa em seus filhos SE for necessário”¹⁸ (GAGNÉ et al., 2007, p. 1292, tradução nossa), enquanto 42,2% concordaram que “algumas crianças precisam serem estapeadas, de tal modo que aprendam a se comportar (isto é, aprendam bom comportamento)”¹⁹ (GAGNÉ et al., 2007, p. 1292, tradução nossa). Tais afirmações demonstram como a violência física é naturalizada na forma

¹⁸ “It’s not really pleasant, but parents have a duty to slap their children IF it’s necessary.”

¹⁹ “Some children need to be slapped so they will learn to behave themselves (i.e., learn good behavior).”

de prática educativa e que, mesmo que os indivíduos saibam, por experiência própria, quão desagradável é sofrer tal violência, continuam submetendo crianças a castigos físicos intencionalmente, o que parece fazer parte da educação/criação.

Assim como foi constatado em Quebec que pais que sofreram violência física quando crianças defenderam esta forma de “educar/criar” os filhos, no Brasil pode-se afirmar que ocorre o mesmo ao comparar os números de pais que confirmaram ter sofrido violência física intrafamiliar na infância (76%) e verificar que a maioria deles contesta o projeto de lei que pretende abolir o uso da violência física “moderada” na educação dos filhos. Silva, Moreira e Sousa (2010) chamaram a atenção para a violência reproduzida no decorrer das gerações, desta forma revelando a inversão de poderes, isto é, uma criança vítima pode tornar-se um pai autor de violência contra seus filhos.

Costa (2004) averiguou que, quando pedido às crianças vítimas de violência física intrafamiliar que se projetem como pais no futuro, estas relataram que usariam dessa mesma violência na educação de seus filhos, o que se caracteriza como o ciclo da violência. Além disso, a cultura do bater para “corrigir as incapacidades” da criança acaba por gerar sentimentos de raiva e legitima a violência como uma forma de resolução de problemas, o que reforça esse ciclo da violência, como constatado por Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004) em seu estudo com crianças vitimizadas fisicamente por familiares. As autoras relataram a ocorrência de sentimentos de tristeza, mágoa, humilhação e revanche em relação ao autor de violência física intrafamiliar.

Em pesquisa realizada em Curitiba (PR), com 472 crianças e adolescentes, Weber, Viezzer e Brandenburg (2004) obtiveram resultados semelhantes aos de Sousa (2001) e Costa (2004), realizados em Goiânia. Os pesquisadores constataram que a mãe biológica é quem mais comete violência física contra seus filhos, aparecendo em segundo lugar o pai como principal autor. Isso rompe com o mito de que a madrasta e o padrasto, por não terem vínculo consanguíneo com a criança, são os que mais cometem violência contra ela. Todavia, o que os estudos apontam é justamente o contrário, pois quanto maior é o vínculo com a criança, maior se torna a probabilidade de ela ser vítima de violência física intrafamiliar (SOUSA, 2001).

De acordo com Sousa (2001), algumas hipóteses podem ser levantadas com relação ao maior número de mães vitimizadoras, tais como: o convívio diário e prolongado com os filhos; a sobrecarga do trabalho fora e os cuidados com a casa e os filhos; a mãe como vítima da violência física do marido, usando os filhos como “válvula de escape” de suas tensões; e a violência física sofrida pela mãe quando criança, prática que foi internalizada como padrão de educação/criação dos filhos.

Nessas mesmas pesquisas, não foram detectadas diferenças significativas quanto à idade das crianças vítimas de violência física intrafamiliar, o que permite pensar que elas são presas fáceis no decorrer de todo o seu desenvolvimento. No entanto, existe uma diferença expressiva quanto ao sexo. Assim, Weber, Viezzer e Brandenburg (2004) verificaram que 58,8% das meninas de três escolas de Curitiba, uma particular, uma municipal e uma estadual, relataram ter sofrido uma forma mais branda de violência, como tapas; por outro lado, os meninos dessas mesmas escolas foram as vítimas mais comuns da “surra”, um tipo de violência mais severa, totalizando 57,2%. Esses dados não se distanciam dos levantados por Sousa (2001) e por Costa (2004), que demonstraram que os meninos são os que mais sofrem violência física intrafamiliar, enquanto as meninas são as maiores vítimas de violência sexual, revelando que a violência perpassa pelos papéis de gênero.

Guerra (1998) deixou bem claro que a violência física intrafamiliar contra crianças não é um fenômeno específico das classes populares, estando presente em todas as classes, sem distinção. Não obstante, nas classes populares, esta prática encontra maior expressão, pois para as pessoas pertencentes a ela, a denúncia às instâncias maiores é uma forma de fazer valer seus direitos e proteção, enquanto nas classes mais abastadas, são encontradas outras formas, assim ocorrendo o ocultamento desta prática em classes privilegiadas.

Em um estudo conduzido em Goiânia, a partir de entrevistas com pais que relataram “não ter tido infância”, Sousa (2001) concluiu que, em virtude das privações que estes passaram quando crianças e das necessidades materiais e afetivas não satisfeitas, ao educar seus filhos, eles desconhecem os limites entre as exigências para o aprendizado das crianças e a flexibilidade para compreender o que é possível e impossível de ser realizado por elas. Além disso, não compreendem as necessidades que as crianças apresentam para seu desenvolvimento e, conseqüentemente, cobram atitudes além da maturidade delas.

Nesse contexto, a violência física comparece como a forma de disciplinamento daquelas crianças que não cumpriram as expectativas dos pais.

Adorno (1988 apud GUERRA, 1998) argumentou que a violência em geral e, mais especificamente, a violência física intrafamiliar contra crianças expressa o modelo vigente em nossa sociedade das relações desiguais. Por isso, a violência física, além de pertencer ao âmbito das desigualdades entre as classes, também se expressa nas relações entre as gerações, em que a relação adulto–criança é caracterizada pela relação sujeito–objeto, na qual o adulto anula na criança todo e qualquer direito à liberdade de desejos e emoções, prevalecendo suas próprias vontades.

A violência física contra crianças se dá na conversão das diferenças biológicas/físicas dos adultos e das crianças em relações desiguais, em relações intergeracionais assimétricas, nas quais esta hierarquização é naturalizada e cristalizada em relações de poder de um sobre o outro (AZEVEDO; GUERRA, 1989). Além disso, a criança vive em um contexto construído por adultos e para adultos, ou seja, adultocêntrico, em que a violência física é praticada como justificativa de disciplinamento da criança para a sua adequação a esta sociedade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

A compreensão do contexto em que as famílias pesquisadas residem, na região leste de Goiânia, faz-se importante uma vez que esta teve sua história construída por pessoas que, em sua maioria, fazem parte das classes populares brasileiras. Portanto, conhecer como se constituem e como vivem essas famílias possibilita uma aproximação com a sua realidade como uma expressão social de que há uma universalidade da sua condição de classe que se faz presente nelas, nas suas relações familiares e nas suas produções de sentidos.

A partir das fichas de matrícula de 50 crianças frequentadoras da Escola de Circo e que participaram, juntamente com suas famílias, da pesquisa matriz *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças*, Prado (2008) realizou o levantamento do perfil socioeconômico destas famílias, entre as quais se encontram as duas que participaram do presente estudo.

2.1 Moradia

De acordo com o IBGE (2002), a região leste de Goiânia (Anexo C) é denominada Distrito Censitário Pedroso (Anexo D), sendo composto pelos seguintes bairros: Chácara São Silvestre, Colônia Santa Marta, Jardim Conquista, Jardim das Aroeiras, Jardim Dom Fernando I, Jardim Dom Fernando II, Loteamento Grande Retiro, Residencial Hawaí, Residencial Mar del Prata, Vila Concórdia, Vila Matilde e Vila Pedroso. No censo realizado em 2000, foi constatado que esses bairros eram habitados por um total de 22.141 pessoas, distribuídas em 5.915 domicílios (IBGE, 2002).

Entre as 50 famílias que participaram da pesquisa matriz, 50% residiam no Jardim Dom Fernando I, onde a Escola de Circo se localiza, 20% na Vila Concórdia, 10% no Jardim Dom Fernando II, 8% no Jardim Conquista, nenhuma residia nos bairros Chácara São Silvestre, Colônia Santa Marta, Residencial Hawaí e Residencial Mar del Prata e 12% estavam distribuídas nos demais bairros (PRADO, 2008).

O local em que se situa o bairro Jardim Dom Fernando I – que tem o maior número de famílias participantes da pesquisa matriz e de crianças frequentadoras da Escola de Circo – localiza-se em terreno que pertenceu à Igreja Católica, mas que teve cerca de seis alqueires invadidos por posseiros após a morte do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando. Na ocasião, se espalhou um boato que a terra, que estava sendo utilizada para cultivo de arroz, seria doada a famílias de baixa renda e, em 23 de janeiro de 1987, começaram as primeiras invasões de famílias goianas e de imigrantes nordestinos. Naquele local, montaram seus barracos de lona e permaneceram ilegalmente até 5 de março do mesmo ano, quando o primeiro lote foi registrado. A arquidiocese, sensibilizada pelas precárias condições de vida das famílias, iniciou o cadastramento para, então, doar o terreno (NASCIMENTO, 2006).

Essa mesma luta popular pela obtenção da casa própria ocorreu no Jardim Conquista meses depois. Esse bairro, em que 1.200 famílias se apossaram do terreno, se localiza próximo ao Jardim Dom Fernando I. A Igreja Católica esteve presente, por meio da Comissão de Justiça e Paz, para tentar conter o despejo violento organizado pela polícia (NASCIMENTO, 2006).

Nascimento (2006) relatou que, em outubro de 1987, o governo de Goiás distribuiu 306 lotes a famílias de baixa renda, formando o Jardim Dom Fernando II. Assim, em meio à luta popular em busca de melhoria de vida, marcada pela violência e por precárias condições de vida, esses bairros foram sendo habitados.

Com relação ao processo migratório, Prado (2008) verificou que 88% das famílias participantes da pesquisa matriz eram provenientes do estado de Goiás, sendo 80% naturais de Goiânia e 8% de cidades do interior do estado²⁰. No Quadro 2, são apresentados dados que elucidam a imigração de famílias de outros estados para Goiás.

De acordo com as informações contidas nas fichas de matrícula das crianças frequentadoras da Escola de Circo participantes da pesquisa matriz, 70% das famílias responderam que moravam em domicílio próprio, 14% em casas alugadas, 12% estavam em domicílios emprestados ou cedidos e outros tipos somaram 4% (PRADO, 2008). Esses indicadores estão em leve discordância com os dados

²⁰ Faz-se a ressalva de que esses dados foram obtidos a partir da ficha de inscrição das crianças e como, na maioria das vezes, quem faz a inscrição são suas mães, elas passam as informações da família que constituíram, desconsiderando sua família de origem. Portanto, essas informações podem não abranger a primeira geração deste estudo.

nacionais obtidos pelo IBGE (2007), segundo os quais, 73,3% das famílias brasileiras moram em casa própria, 16,2% em domicílios alugados e 9,8% habitam em domicílios cedidos. Isso revela um número de famílias residentes em casas cedidas no Distrito Censitário Pedroso significativamente maior em comparação com os dados nacionais, denotando que muitas delas têm dificuldade de acesso ao mercado imobiliário e estão excluídas de programas habitacionais.

Quadro 2. Unidade da Federação de origem das famílias participantes da pesquisa matriz.

Unidade da Federação	Frequência	
	(n)	(%)
Goiás	44	88
Maranhão	2	4
Tocantins	2	4
Distrito Federal	1	2
Minas Gerais	1	2
Total	50	100

Fonte: Prado (2008).

Prado (2008) identificou quatro tipos de domicílios das famílias participantes: casa de alvenaria (72%), barracão (26%), quarto (2%) e cômodo (2%). Também constatou uma característica relevante no levantamento realizado, pois 62% das famílias participantes da pesquisa matriz informaram que no lote em que moravam existia mais de uma residência. O significativo número de ocorrências de mais de um domicílio em um mesmo lote também foi verificado por Sousa (1994) no Parque Santa Cruz, bairro periférico de Goiânia, em que 41,1% dos 384 lotes registrados na pesquisa tinham duas ou mais residências. Fonseca (2005, p. 53) esclareceu que as famílias de classes populares “pensam em termos não de casa, mas sim em pátio”. Isso quer dizer que, em um lote, sempre há espaço para a construção de uma ou mais meias-águas/peças para a moradia de parentes, filhos recém-casados, familiares necessitando de ajuda ou mesmo inquilinos, como forma de obter mais um auxílio financeiro. O pátio pode estar sempre em recomposição, bem como as

famílias, no sentido de que a ajuda entre os moradores é contínua, em uma tentativa de suprir as necessidades uns dos outros.

Foi identificado por Prado (2008) que em 62% das residências das famílias pesquisadas, moradores da região leste de Goiânia, havia apenas uma unidade familiar habitando, o que significa que 38% delas eram habitadas por duas ou mais famílias, entre as quais, 18% das famílias dividiam com outra uma mesma residência, 10% eram habitadas por três famílias e 10% eram compartilhadas por quatro ou mais famílias.

Comparando-se esses dados a um levantamento realizado em todas as regiões de Goiânia, no qual 86,95% de 1.272 pessoas responderam que apenas uma família residia naquele domicílio (PARO; MACHADO; OLIVEIRA, 2001), constata-se que o compartilhamento de uma mesma residência é significativamente maior naquelas famílias vinculadas à Escola de Circo. Uma hipótese a ser levantada para explicar essa diferença é que na região leste do município, onde se situa a Escola de Circo, as famílias são, em sua maioria, da classe popular, o que difere da pesquisa realizada por Paro, Machado e Oliveira (2001), que abarcou todas as regiões da cidade de Goiânia, englobando famílias pertencentes a diversas classes sociais. Como é sabido, e o que reforça ainda mais a diferença entre as classes sociais, é que o compartilhamento de habitação entre duas ou mais famílias é uma característica comum nas classes populares como forma desses sujeitos se auxiliarem economicamente, dividindo as responsabilidades cotidianas, embora esta convivência não seja isenta de conflitos (SARTI, 2007).

2.2 Renda familiar

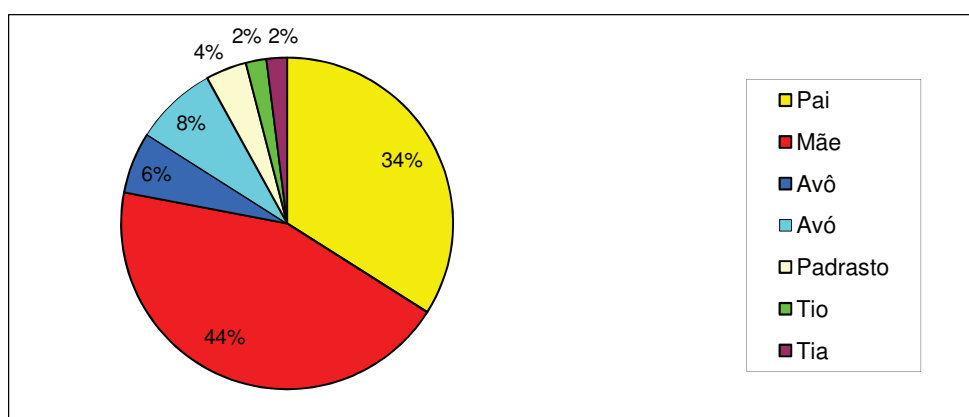
Com relação à renda familiar mensal, Prado (2008) constatou que a maioria das famílias participantes da pesquisa matriz (42%) auferia renda de um até dois salários mínimos, como mostrado no Quadro 3.

Nas famílias pesquisadas, as mães predominaram (44%) como as pessoas que mais contribuíam com a renda familiar, conforme se pode verificar no Gráfico 4.

Quadro 3. Rendimento mensal das famílias participantes da pesquisa matriz.

Renda mensal (salário mínimo)	Frequência	
	(n)	(%)
Até meio	4	8
Mais de meio até um	7	14
Mais de um até dois	21	42
Mais de dois até três	13	26
Acima de três	5	10
Total	50	100

Fonte: Prado (2008).

**Gráfico 4.** Pessoa que mais contribui para a renda familiar nas famílias participantes da pesquisa matriz.

Fonte: Prado (2008).

Os dados apresentados no Gráfico 4 estão em consenso com aqueles registrados pelo IBGE (2007) no que diz respeito ao aumento da entrada feminina no mercado de trabalho, porquanto, em 15 anos, de 1992 a 2007, a participação das mulheres com trabalho remunerado aumentou de 43,4% para 46,7%. O oposto ocorreu com os homens, cuja participação no mercado de trabalho decresceu de 72,4% em 1992 para 67,8% em 2007. Embora a diferença entre a conquista do

trabalho de homens e de mulheres ainda seja significativa, vem diminuindo com o passar dos anos.

Prado (2008) atestou que, para as famílias participantes da pesquisa, a origem da renda familiar era variada, como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4. Origem do rendimento das famílias participantes da pesquisa matriz.

Origem	Frequência	
	(n)	(%)
Salário	16	32
Autônomo	15	30
Salário e programas sociais	3	6
Pensão	3	6
Pensão, programas sociais e autônomo	2	4
Aposentadoria	2	4
Autônomo e programas sociais	2	4
Seguro desemprego e programas sociais	1	2
Aposentadoria e programas sociais	1	2
Programas sociais	1	2
Outros	4	8
Total	50	100

Fonte: Prado (2008).

Mesmo que o rendimento da maioria das famílias fosse proveniente apenas do salário ou do trabalho autônomo, que juntos somaram 62%, é significativo o número de famílias sobrevivendo com o auxílio de benefícios sociais, como programas de transferência de renda, aposentadorias e pensões. Para algumas famílias, essa constituía a única origem de renda.

2.3 Configuração familiar

Verifica-se uma tendência nacional de redução no número de membros das famílias. De acordo com dados do IBGE (2008), embora isso ocorra com mais frequência em famílias de maior rendimento mensal per capita, as famílias de menor rendimento mensal também vêm seguindo tal tendência. O número médio nacional de membros nas famílias é de 3,1 pessoas. Em conformidade com essa nova realidade, Prado (2008) registrou decréscimo no número médio de familiares mesmo nas famílias de baixa renda participantes da pesquisa matriz, como se pode verificar no Gráfico 5.

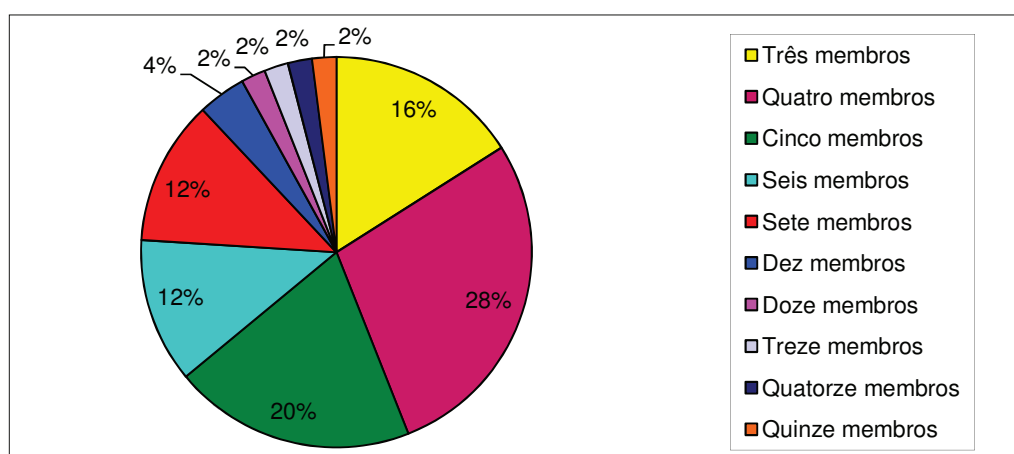


Gráfico 5. Quantidade de membros nas famílias participantes da pesquisa matriz.

Fonte: Prado (2008).

A maior parte das famílias pesquisadas (28%) informou ser composta por quatro pessoas coabitando em uma residência, enquanto cada uma daquelas constituídas por 12, 13, 14 e 15 pessoas coabitando representou 2% do total das participantes. Tais resultados estão em conformidade com os dados levantados pelo IBGE (2002), de acordo com os quais, no Distrito Censitário Pedroso somaram 14,9% as famílias formadas por dois moradores, 21,4% por três, 25,2% por quatro e 15,7% por cinco. Dessas famílias, a maioria (58%) possuía dois adultos, o que dá indícios de serem do tipo nuclear. A presença de famílias com configurações que, possivelmente, sejam diferentes da nuclear, ocorreu naquelas constituídas por um

adulto, denominadas monoparentais, que somaram 8%, as que possuíam em sua configuração três adultos, com 14%, ou mais de três adultos, que totalizaram 20%.

A diminuição da fecundidade também foi constatada, pois o número de crianças nas famílias é decrescente, como já discutido anteriormente neste trabalho. Muitas vezes, os métodos contraceptivos possibilitam às mulheres o planejamento familiar. Assim, quanto ao número de crianças como membro, entre as famílias pesquisadas, 36% tinham uma, 30% duas, 26% três e apenas 8% tinham mais de três.

Tal tendência decrescente também ocorreu em relação ao número de adolescentes em sua constituição. Das famílias pesquisadas, 36% tinham a presença de um adolescente, 8% dois, 4% três e 4% acima de três. Deve-se salientar, porém, que 48% das famílias não tinham a presença de adolescentes, podendo-se explicar a menor frequência de membros desta faixa etária em relação à de crianças pela redução da taxa de natalidade e, ademais, pelo fato de as famílias terem sido selecionadas em decorrência da presença de uma criança frequentadora da Escola de Circo. Portanto, as famílias que possuíam apenas filhos adolescentes foram excluídas. Em adição a isso, tal característica se deve, também, às famílias selecionadas estarem constituídas há menos tempo.

O IBGE (2008) divulgou que, do total de famílias brasileiras, 50,5% possuem filhos menores de 16 anos e, em adição a isto, registrou aumento de famílias monoparentais com filhos nesta faixa etária entre 1997 (19,2%) e 2007 (21,8%). A partir da idade dos filhos, pode-se identificar o estágio do ciclo de vida das famílias e as suas necessidades para a sobrevivência. Assim sendo, em se tratando de famílias monoparentais, nas quais, provavelmente, o adulto responsável está empregado, a família necessita de creches e/ou escolas, ou seja, uma rede para o auxílio na educação e cuidados com os filhos, que ainda são seus dependentes.

Em relação à composição familiar, com base em Peres e Sousa (2002), Corrêa (2008) registrou a existência de 12 modelos familiares a partir das 50 fichas de inscrição das crianças da Escola de Circo participantes da presente pesquisa:

1) Nuclear simples – casal com apenas uma união, que tem ou já teve filhos. Um total de nove famílias se apresentou com casal + filhos;

2) Nuclear reconstituída – casal em que um ou ambos já tiveram mais de uma união conjugal. Um total de 13 famílias se apresentou com casal recasado + filhos da segunda união; casal recasado + filhos de uniões passadas; casal recasado + filhos de uniões passadas + filhos da segunda união;

3) Nuclear reconstituída extensa com avós cuidando de netos – casal de avós em que um ou ambos já tiveram mais de uma união conjugal, cuidam e educam os netos, com agregados adultos. Duas famílias se apresentaram com avó divorciada + filha casada, com esposo e neto + filho solteiro com netos + companheiro atual;

4) Nuclear reconstituída com avó cuidando de netos – casal de avós em que um ou ambos já tiveram mais de uma união conjugal e a avó cuida e educa os netos. Em uma família havia a avó materna + filha divorciada com netos + companheiro atual;

5) Avó cuidando de netos – a avó cuida e educa os netos. Cinco famílias assim se apresentaram: avó + filha divorciada com netos; avó + filha solteira com neto + neto; avó + netos; avó + filhas solteiras com netos + filho solteiro; avó + filho solteiro + netos; avó + filhas divorciadas com netos + filho solteiro + filha solteira;

6) Nuclear com avós cuidando de netos – casal de avós com apenas uma união, que cuidam e educam os netos. Sete famílias se apresentaram com avós + filha solteira com netos; avós + filhas solteiras com netos + filha; avós + neto;

7) Nuclear extensa – casal com apenas uma união, que tem ou já teve filhos, com agregados adultos. Havia uma família com pai + mãe + filhos + um agregado adulto, o tio paterno das crianças;

8) Nuclear extensa com avós cuidando de netos – casal de avós com apenas uma união, que tem ou já teve filhos, com agregados adultos, em que os avós cuidam e educam os netos. Duas famílias eram compostas por avós + filhos solteiros + filho solteiro com neto + filha casada, com esposo e netos;

9) Nuclear extensa com avó cuidando de netos – a avó cuida e educa os netos, com agregados adultos. Uma família se apresentou com avó + filha casada, com esposo e netos + filha solteira com netos + filha solteira + netos;

10) Monoparental feminina simples – figura feminina que não tem companheiro coabitando. Seis famílias eram compostas por mãe divorciada + filhos; mãe solteira + filhos; mãe viúva + filhos;

11) Monoparental feminina extensa – figura feminina que não tem companheiro coabitando, com adultos agregados. Uma família se apresentou com mãe solteira com filho + irmão.

12) Monoparental feminina extensa com crianças agregadas – figura feminina que não tem companheiro coabitando, com crianças e adultos agregados. Havia duas famílias compostas por mãe solteira com filhos + irmã, com companheiro e filhos; mãe divorciada com filhos + irmã solteira com filho.

Esses modelos familiares foram construídos por meio de genetogramas, que tiveram como critério os moradores, consanguíneos ou não, de uma mesma residência, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5. Genetograma das famílias participantes da pesquisa matriz.

Modelo familiar	Frequência	
	(n)	(%)
Nuclear reconstituída	13	26
Nuclear simples	9	18
Nuclear com avós cuidando de netos	7	14
Monoparental feminina simples	6	12
Avó cuidando de netos	5	10
Nuclear reconstituída extensa com avós cuidando de netos	2	4
Nuclear extensa com avós cuidando de netos	2	4
Monoparental feminina extensa com crianças agregadas	2	4
Nuclear reconstituída com avó cuidando de netos	1	2
Nuclear extensa	1	2
Nuclear extensa com avó cuidando de netos	1	2
Monoparental feminina extensa	1	2
Total	50	100

Fonte: Corrêa (2008).

Interessante notar que Corrêa (2008) identificou seis configurações familiares que não haviam sido registradas na pesquisa realizada em Goiânia por Peres e Sousa (2002): nuclear reconstituída extensa com avós cuidando de netos; nuclear reconstituída com avó cuidando de netos; avó cuidando de netos; nuclear extensa com avós cuidando de netos; nuclear extensa com avó cuidando de netos; monoparental feminina extensa com crianças agregadas.

Esses dados reforçam o conceito de que a família é uma construção sócio-histórica e, com isso, suas configurações e relações intra e extrafamiliares estão sempre sendo construídas em busca de formas de sobrevivência. É relevante ressaltar que em quase todos esses novos arranjos identificados se constata a participação dos avós como educadores/criadores dos netos, o que denota sua importante participação e auxílio na família contemporânea.

Essas são algumas das características das famílias moradoras da região leste de Goiânia, em especial daquelas que possuem crianças matriculadas no programa Escola de Circo. A seguir, apresenta-se a história de vida das duas famílias participantes desta pesquisa.

2.4 Histórias de vida das famílias pesquisadas

Com o objetivo de obter maior aproximação das duas famílias pesquisadas e, assim, melhor apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças, neste subitem são apresentadas suas histórias de vida. Buscou-se transmitir o movimento dos sujeitos na família e como suas experiências, sentimentos e conflitos foram configurando as produções de sentidos da violência física contra crianças nas relações intrafamiliares.

2.4.1 Família Ortiz

a) Primeira geração: Amélia Ortiz

Amélia tem 66 anos, nasceu no interior do estado de Minas Gerais, cursou o Ensino Fundamental, mas não o completou. Era lavadeira e dona de casa. Atualmente, quem contribui com a renda são seus filhos, Joana e dois irmãos, que

recebem em torno de R\$ 200,00 mensalmente cada um. Em sua casa, moram Amélia e dois filhos adultos, em moradia emprestada e em precárias condições estruturais.

Amélia morou em uma fazenda com os pais e seus 14 irmãos até os 7 anos de idade, quando mudaram para o interior do estado de Goiás. Ela contou que sua infância foi muito boa, porque gostava de morar na roça. Sobre a educação que recebeu, disse não ter nada a reclamar e que seus pais eram muito bons. O pai era rígido e, se os filhos o desobedecessem, o que ocorria ocasionalmente, batia neles com chicote. Amélia descreveu o instrumento, que tem como principal utilidade domar animais, como uma correia de couro fina amarrada em um pequeno pedaço de madeira, pelo qual a pessoa o suspende, e afirmou que onde o chicote pegava fazia um “calombo”.

Já de sua mãe, ela não se lembrava de ter apanhado, embora posteriormente tenha relatado que ela dava umas palmadas nos filhos. Descreveu-a como “boazinha demais” e que era contra o marido bater nos filhos. Amélia casou-se aos 20 anos com seu único marido e com ele teve 15 filhos, dos quais, atualmente, nove estão vivos. Mudaram-se para Goiânia em 1984 à procura de trabalho. Quando realizamos a visita, seu marido havia falecido há quatro meses, estando a família ainda em momento de luto.

b) Segunda geração: Joana Ortiz

Joana tem 39 anos, estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental e, no momento da pesquisa, estava desempregada há mais de um ano. Tem três filhos, Mariana (15 anos), Lorena (9 anos) e Eduardo (7 anos), sendo a mais velha filha de pai diferente dos dois mais novos. Na época da pesquisa, Joana estava separada do pai de Lorena e Eduardo por volta de dois anos e sem companheiro. Sua renda provém das pensões que os pais dão aos filhos e da bolsa família, que juntos somam R\$ 200,00 mensais. Mora em uma meia-água nos fundos da casa de sua mãe, que é emprestada, com dois cômodos, isto é, uma sala de televisão/cozinha e o quarto em que dormem a mãe e seus três filhos.

Joana nasceu em Brasília (DF) e lá morou até os 4 anos, quando mudou com os pais para uma cidade do interior de Goiás. Trabalhou na roça, catando arroz e feijão e, a partir dos 9 anos, começou a trabalhar em casas de família. Devido ao trabalho e à rigidez do pai, afirmou não ter tido infância. Contou que seu pai era muito severo e que ele lhe ensinou tudo, em oposição à sua mãe, que não lhe ensinou nada. Disse que ele batia nela, muitas vezes, sem motivo; se os irmãos brigassem, todos apanhavam. Relatou que o pai batia com pau, fio, vara de amora, mas nunca com chinelo ou cinto, os quais, no entender de Joana, são mais brandos.

Aos 10 anos, Joana foi morar por um período com a avó paterna, porque ela estava se sentindo sozinha e pediu que fosse fazer-lhe companhia. No entanto, Joana não gostou da experiência, visto que sofria violência física e achava que sua avó tinha atitudes ríspidas com outras pessoas. Por isso, voltou para a casa de seus pais. Aos 14 anos, foi morar com uma prima para trabalhar como babá e doméstica. Afirmou que era maltratada diariamente, pois os parentes a xingavam e o marido da prima chegou a ameaçá-la de morte. Porém, Joana não tinha como ir embora e era mantida como escrava, chegando a pensar em suicídio. Até que, por insistência de sua mãe, Amélia, que pressentia que a filha não estava bem, o pai de Joana foi vê-la e ela quis voltar com ele.

Com relação à educação de seus filhos, Joana contou que bate apenas nos dois mais novos, mas que está tentando diminuir a violência física, batendo neles somente “na hora que precisa mesmo, que não está me escutando mesmo”. Costuma bater nas crianças com um cinto ou uma vara verde.

c) Terceira geração: Lorena Ortiz

Lorena tem 9 anos, cursa o 6º ano do Ensino Fundamental e sempre morou com sua mãe. A menina tem um problema de dicção acentuado, o que dificulta a compreensão de sua fala. Entretanto, mesmo sendo aconselhada por educadores da escola em que a criança estuda, sua mãe não chegou a levá-la a um especialista.

Lorena não vê o pai com frequência e, muitas vezes, fala de seu desejo de a família ter melhor condição financeira para lhe dar presentes. Relatou que, algumas vezes, sofre violência física por conta dessa vontade. Sobre a violência física

perpetrada pela mãe, a avó e o tio, Lorena verbalizou sua insatisfação e raiva, mas acrescentou que, em certas ocasiões, a violência do tio vem seguida de um agrado financeiro do agressor.

Em conclusão, de acordo com a descrição de Corrêa (2008), a família Ortiz é classificada como monoparental feminina simples.

2.4.2 Família Pereira

a) Primeira geração: Rosa Pereira

Rosa tem 50 anos e nasceu no interior do estado de Goiás. Não foi alfabetizada, tendo feito apenas um curso para aprender a assinar seu nome. No momento da pesquisa, não estava trabalhando, pois sofre com um problema na coluna que a impede. Não tem renda e a filha Adriana a ajuda financeiramente. Mora em casa própria em um lote dividido com outros três domicílios, nos quais moram a filha Adriana e alguns parentes.

Ela não frequentou a escola porque sua mãe não deixava que as filhas estudassem. De acordo com Rosa, sua mãe acreditava que as mulheres não têm direitos. Disse não ter tido infância, pois trabalhava e sua mãe não a deixava brincar. Lembra-se vagamente de brincar rapidamente com coleguinhas na porta de casa, mas nunca teve uma boneca ou saiu para brincar porque sua mãe não permitia.

Quando já adulta, descobriu, por meio de seu ex-marido, que sua família biológica não era aquela que a criou e que ela, ainda bebê, havia sido adotada pela irmã de sua mãe biológica, a qual foi morta por seu pai biológico. Ela contou que nunca tinha pensado nessa possibilidade e que sempre se relacionou muito bem com todos da família, apesar de, às vezes, sua mãe (adotiva) a fazer sentir muita raiva e mágoa devido à violência física que cometia contra ela. Rosa afirmou que, algumas vezes em que sofreu violência, teve vontade de bater em sua mãe também. Relatou, muito emocionada, o desrespeito que sofreu aos 9 anos de idade, quando sua mãe a espancou a tal ponto que ela teve de ser levada a uma farmácia para tomar remédios após três dias de febre. Todavia, segundo ela, o que lhe acarretou

mais dor foi ter apanhado daquela forma sem saber a razão, pois sua mãe jamais lhe explicou isto. Rosa relatou que, reiteradas vezes, sua mãe batia nela sem motivo, apenas para extravasar sua raiva e, nesses momentos, batia com o que visse na frente: pinhola, pau, corda de curral, entre tantos outros objetos. Recordou-se de ter ficado muito feliz uma ocasião em que apanhou dela, pois sua mãe lhe explicou a razão de estar batendo e, assim, ela não apanharia mais pelo mesmo motivo.

A partir dos 12 anos, foi morar em casas de família para trabalhar e disse ter sido maltratada em algumas delas, mas sempre sem o consentimento dos pais, pois quando eles tomavam conhecimento da situação, levavam Rosa embora da casa.

Aos 13 anos, casou-se – contra a sua vontade, mas por desejo da mãe – com o pai de seus três filhos: Roberto, Adriana e Lúcio. Contudo, ao completar 21 anos, se separou dele.

b) Segunda geração: Adriana Pereira

Adriana tem 30 anos, é natural de Goiânia e cursou o Ensino Fundamental completo. Trabalha como auxiliar de produção e, em alguns fins de semana, como cabeleireira. Possui renda mensal de aproximadamente R\$ 800,00, com a qual sustenta sua família e sua mãe. Mora em um barracão, que é uma extensão da casa de sua mãe, de três cômodos: sala, quarto e banheiro.

Quando Adriana tinha quase 2 anos de idade, seus pais se separaram. Contou que, ainda criança, ela e seu irmão mais velho ora moravam com o pai, ora com a mãe. Essas mudanças ocorriam sem saberem o porquê e eles nem mesmo tinham escolha. Quando moravam com sua mãe, por ela trabalhar muito, precisava se ausentar e os irmãos tinham que cuidar um do outro; mas, mesmo assim, Adriana revelou preferir morar com a mãe. Quando passavam um período na casa do pai – que se casou novamente e, após certo tempo, teve outros dois filhos com a segunda esposa – sofriam vários tipos de violência. Sentiam-se humilhados por não terem o mesmo tratamento do restante da família, uma vez que não podiam comer um doce que estava na geladeira, tinham comida diferenciada dos outros membros da família, não tinham contato com outras pessoas, pois não podiam sair de casa, tendo

permissão apenas para estudar, além das severas violências físicas que sofriam do pai e da madrasta.

Adriana disse que seu pai era boêmio, ficava dias fora de casa e sua madrasta batia nela e em seu irmão como uma forma de extravasar a raiva que sentia do marido. Quando seu pai chegava em casa, a madrasta contava algo dos filhos que o desagradava e este os espancava. Adriana relatou que, certa vez, ao chegar em casa de madrugada, quando os filhos ainda estavam dormindo, o pai os acordou para bater neles, sem nem mesmo dar explicações. Ela e seu irmão tinham muito medo do pai e, quando o escutavam chegando, se encolhiam de medo. Contou que, certa vez, ela e o irmão planejaram fugir de casa e voltar anos mais tarde para matar o pai e a madrasta e que este era o sonho deles.

Relatou Adriana que com sua mãe era diferente: explicava-lhes várias vezes quando faziam algo “errado”, mas se continuassem “aprontando”, batia neles, “mas tinha motivo” e, por isso, não era tão ruim. Segundo ela, apanhou da mãe mais ou menos umas cinco vezes.

Adriana viveu 12 anos com o pai de seus três filhos: Patrícia (11 anos), Renato (8 anos) e Jéssica (5 anos). Na época da pesquisa, Adriana estava há seis meses separada do marido, que havia ido morar em outra casa. De acordo com ela, ele era alcoólatra e a deixava muito nervosa. Isso a fazia comer excessivamente e, após a separação, já conseguiu emagrecer. Tal nervosismo contribuía para que ela batesse em seus filhos por qualquer motivo e, às vezes, perdia o controle de si. Sentia-se aliviada quando batia, pois sabia que eles ficariam quietos por um tempo, além de extravasar sua própria tensão.

No entanto, nos últimos tempos, depois de bater nos seus filhos, quando tomava consciência acerca da violência que tinha cometido e eles se aproximavam dela pedindo-lhe carinho, sentia-se arrependida. Portanto, havia decidido, alguns meses antes, não bater mais nos filhos; entretantes, estava encontrando dificuldade em cumprir esta decisão, pois eles não a estavam respeitando e ela acreditava não saber como estabelecer limites. Por isso, afirmou que, ocasionalmente, acabava perdendo a paciência e os castigava fisicamente.

Depois de se separar do marido, Adriana arrumou emprego como auxiliar de produção, trabalhando durante a noite e só chegando em casa de madrugada.

Assim, dorme durante parte do dia, enquanto sua mãe cuida das crianças, que também dormem na casa da avó.

c) Terceira geração: Patrícia Pereira e Renato Pereira

Patrícia tem 11 anos e cursa o 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública e Renato tem 8 anos e faz o 2º ano do Ensino Fundamental também em uma escola pública. Patrícia é a filha mais velha de Adriana e como o irmão, Renato, nasceu com muitos problemas de saúde e precisava ser internado em hospitais seguidamente, ela morou por seis meses com a avó, Rosa, no mesmo lote da casa da mãe. Após esse período, voltou a morar com sua mãe, assim como Renato. As crianças visitam o pai nos finais de semana, mas, segundo eles e a própria mãe, sentem falta dele.

No momento em que foi feito o levantamento do perfil das famílias da pesquisa matriz para a construção dos genetogramas, a mãe, Adriana, estava morando com seu companheiro, pai das crianças. Portanto, a família se configurava como nuclear simples, conforme descrição de Corrêa (2008). Entretanto, quando foi realizada esta pesquisa, Adriana havia se separado do companheiro há seis meses, o que mudou o desenho da família Pereira para monoparental feminina extensa, pois a avó, Rosa, cuida dos netos enquanto Adriana trabalha para sustentar a família.

2.5 Paralelo entre as famílias pesquisadas

Após a exposição das histórias de vida de cada família pesquisada, pode-se fazer uma síntese do que as torna semelhantes e distintas uma da outra. Com relação à escolaridade, conclui-se que é baixa ou inexistente em ambas. No caso da primeira geração, a avó da família Pereira fez um curso apenas para aprender a escrever o nome, enquanto a avó da família Ortiz possui apenas o Ensino Fundamental incompleto, o qual cursou até a 3ª série. As avós nasceram ou viveram um período na zona rural, o que também pode ser relacionado com sua baixa

escolaridade. Sabe-se que as condições materiais são precárias para se frequentar uma escola rural, muitas vezes distante e com pouca estrutura ou mesmo inexistente; ademais, ambas relataram trabalhar desde a infância, o que ocupava parte de seu tempo. De acordo com dados do IBGE (2005), o analfabetismo nas áreas rurais brasileiras atinge um quarto da população, enquanto nas áreas urbanas chega a 8,7%.

Na segunda geração, das mães, a escolaridade permaneceu baixa. Joana Ortiz não chegou a concluir o Ensino Fundamental e Adriana Pereira o completou. É fato que a taxa de analfabetismo vem diminuindo a cada década no Brasil, como explicitado pelo IBGE (2008), sem mencionar a questão da qualidade do ensino, o que se detectou nas famílias pesquisadas, pois na segunda geração, as duas mães foram alfabetizadas e permaneceram na escola por período mais longo do que as avós.

Na terceira geração, por sua vez, todas as crianças encontram-se matriculadas e cursando a escola, embora não se possa concluir que continuarão a frequentá-la por período mais longo do que suas mães, porque ainda não ultrapassaram o tempo que estas permaneceram na escola antes de interromper os estudos.

Constatou-se como uma característica significativa o fato de que as avós, suas respectivas filhas e netos moram em um mesmo lote. A baixa condição econômica faz com que muitas famílias das classes populares busquem moradia junto com outros familiares ou não familiares como forma de apoio financeiro (AMAZONAS et al., 2003).

No caso das famílias desta pesquisa, embora apresentem certa disparidade no que diz respeito à renda, porquanto a família Ortiz possui renda inferior a meio salário mínimo e a família Pereira tem renda um pouco maior do que um salário mínimo, ambas passam por dificuldades financeiras e buscam a solidariedade entre seus familiares, que são a sua base de apoio. Embora as duas avós não possuam renda e sejam dependentes das filhas, cuidam de seus netos quando a mãe sai para trabalhar – como no caso de Adriana Pereira –, ou quando a mãe sai em busca de emprego ou faz “bicos” – como no caso de Joana Ortiz. Dessa forma, ambas as avós assumem responsabilidades na educação dos netos, outra característica comum nas famílias de classes populares, em que não só os pais são responsáveis

pela educação de seus filhos, mas existe toda uma rede de solidariedade nesse sentido (AMAZONAS et al., 2003; BAZON, 2000; VITALE, 2003).

No que concerne à fecundidade, nota-se que, diferentemente da avó, Amélia Ortiz, que deu à luz 15 filhos, as duas mães da segunda geração não tiveram mais do que três filhos, o que comprova os dados do IBGE (2008) quanto à tendência de redução no número de filhos das mulheres brasileiras. Contudo, o número de pessoas que compõem as famílias desta pesquisa ainda permanece acima do tamanho médio das famílias no Brasil, que é de 3,1 pessoas.

Joana Ortiz apresenta uma característica das famílias de classes populares que é ter filhos de diferentes pais, o que não ocorreu na família Pereira (BILAC, 1995).

Apreende-se que, nas duas famílias, no momento desta pesquisa, as mães não tinham companheiro coabitando, sendo as principais responsáveis tanto pelos cuidados e educação dos filhos quanto pela administração do grupo familiar. Scavone (2001) explicou que como é socialmente atribuída à mulher a responsabilidade da maternidade, ainda em consequência de rígidos estereótipos de gênero, a quantidade de famílias monoparentais feminina é absolutamente maior em comparação com a de famílias monoparentais chefiadas por homens.

Enfim, essas são algumas das universalidades e particularidades das famílias pesquisadas que possibilitam alcançar o objetivo deste estudo de apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças.

3 OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS ATRIBUÍDOS POR TRÊS GERAÇÕES

Nesta parte da dissertação, tem-se a finalidade de apresentar os sentidos produzidos por cada membro das famílias pesquisadas sobre a violência física intrafamiliar contra crianças.

3.1 Família Ortiz

Nesta família, foram entrevistados três sujeitos, um representante de cada geração. Ressalva-se que o marido de Amélia, pai de Joana e, portanto, avô de Lorena, faleceu quatro meses antes das entrevistas, o que pode ter contribuído para que a família, em alguns momentos, idealizasse a figura paterna ou abrandasse sentimentos que a desfavorecessem.

3.1.1 Primeira geração: Amélia Ortiz

A partir da entrevista realizada com Amélia, foi possível apreender dois núcleos de significação que expressam os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças construídos por ela, os quais são: a) a naturalização da violência diante do poder dos pais; b) os direitos da criança: o amparo da criança e o desamparo dos responsáveis por ela.

a) A naturalização da violência diante do poder dos pais

É por meio de uma forma naturalizada que Amélia parece compreender a relação de poder mantida por seus pais com ela em sua infância. Por isso, as atitudes de violência física de seus pais são inquestionáveis e eles são idealizados por ela. Como apontaram Adorno e Horkheimer (1985), inicialmente, a família

emergiu como uma estrutura espontâneo-natural e, no decorrer da história, foi se transformando, até se configurar, na atualidade, como monogâmica e com complexas relações mediadas socialmente. Entretanto, essa primeira relação é hipostasiada e cristalizada pela cultura; isto quer dizer que, como na família se dão fatos naturais, como o ato sexual, o nascimento, a morte, entre outros acontecimentos, permanece a ideologia da família como uma instância determinada pela natureza e que não se deve ir contra ela. Portanto, todas as construções sociais que envolvem a família exercendo o poder de uma geração sobre a outra são, também, naturalizadas e legitimadas socialmente.

Todavia, com base na contradição apresentada na fala de Amélia, compreende-se que nem sempre seus sentimentos foram harmônicos com esse poder autoritário dos pais. Assim, ela se expressou contrapondo o pai “bom”, aquele que não é ruim para os filhos, ao pai que é “bravo” e que, se precisasse, usava seu instrumento disciplinador, o chicote:

É assim, [um pai] muito bom, mas também ele era assim, bravo, né? Mas, aí, eu acho bom. Porque... né? Ah! Eu acho bom, assim, porque ele não era ruim pra nós, né? Ele não era ruim! Mas, se precisasse levar uma chicotadinha, ele... pegava, né? [risos] De primeiro, os pais batiam nos filhos, né, filha? Hoje, os pais não batem assim, não!

Nessa fala, Amélia revelou a minimização que faz da violência física utilizada pelo pai quando se referiu às chicotadas que ele dava em seus filhos no diminutivo. Ainda confirmou a violência dos pais de sua época e, portanto, de seus próprios pais, afirmando que era mais intensa em comparação com a praticada pelos pais da geração atual.

Entretanto, logo a violência se tornou “santa”, quando cometida por sua mãe e por outros pais que possuem uma justificativa pedagógica e o aval religioso, como Amélia declarou ao ser questionada sobre sua opinião com relação à violência física sofrida por crianças de outras famílias, como vizinhos, primos, entre outras:

[...] a gente ficava assim, ó “Aí, ó, tá vendo? Se você não teimasse...” Igual meu pai fala, né? “Você tá apanhando porque tá teimando, né? Porque tá teimando!” Então, a gente... Então a gente... De primeiro, eles batia na gente e falava pra bater, assim, era com vara, sabe? Pegava aquelas varinha tiba. Como é que eles fala? É vassourinha. Aquelas vassourinha, menina. Aquilo ali, eu vô falá pra você! A minha mãe mesmo, quando ela dava umas tacadinha em nós, lá de vez em quando, era com aquelas varinha [...] Ela arrancava, quebrava aquilo lá e metia nas nossas pernas. E você sabia que, de primeiro... Hoje, eu tenho a Bíblia, aí. Um dia, eu tava lendo a Bíblia. Na Bíblia tava falando assim: “Você, que bate nos seus

filhos, você que educa seus filhos, pega, assim, uma varinha verde, não bate com pau...” Ensinando. A Bíblia ensinando a gente! Pega uma varinha verde e dá-lhe nas pernas, né? Era assim que o povo antigo fazia! Não batia assim... igual hoje tem... a violência tá demais, né, filha? Hoje, a violência tá demais. A criação tá péssima, minha filha.

Essa fala pode ser compreendida a partir de Horkheimer (1990), que advertiu que a prática da violência física contra crianças tem o fim de instituir, coercivamente, a autoridade na família, embora também seja um treinamento para a subordinação às hierarquias sociais, ensinada e disseminada entre os povos. E levando em consideração a citação bíblica²¹ feita por Amélia, que para os cristãos, como ela, é o livro de expressão máxima dos ensinamentos divinos, verifica-se a impossibilidade de que ela deixasse transparecer seus sentimentos de insatisfação com a violência, pois estes poderiam colocar em risco sua submissão incondicional à autoridade de seus pais.

Questionada sobre o que sentia ao lembrar-se dos castigos físicos perpetrados pelo pai, Amélia tentou negar sua própria vivência, aquilo de mais concreto que experienciou. No entanto, nessa tentativa, emergiu o oposto, ficando ainda mais vívida e intensa a violência sofrida. Assim, mesmo tentando se olvidar de tudo o que viveu, ela mais se lembrou do que se esqueceu:

Ah! Você sabe que eu... eu... nem... nem... Eu acho que eu... Tem hora que eu nem lembro, também! Então, não... Essas coisas, assim, eu não lembro, não, né? A gente, né? Como diz o outro, “É, acho que ele batia em nós, porque ele queria que nós...” É que, às vezes, a gente teimava e ele queria dá uma..., né? Às vezes, eu teimava com ele. Então, ele falava pra nós... Tinha vez que nós teimávamos. Era nós tudo, né? Nós... nós éramos 14 irmão, filha. Éramos 14 irmão. Então, ele... Mas meu pai, muito trabalhador, né? Ele trabalhava. Muito trabalhador! Ele trabalhava na roça. Colhia muito mantimento. Nossa! Ele foi bom, viu? Na hora que ele batia em nós, nós não importava, não, né? A gente não importava. Tanto que a gente nem... Faz tanta coisa, assim, que a gente esqueceu, né? Que a gente esqueceu...

Essa fala expressa a moral simbólica que permeia a família patriarcal, em que, por ser o provedor, o pai possui o direito de exercer sobre os outros membros seu poder inquestionável e, portanto, legitimado (SARTI, 1994).

Porém, quando questionada sobre o que achava que seus filhos sentiam quando ela os castigava fisicamente, Amélia expressou que, na realidade, ela não

²¹ A citação feita por Amélia, ainda que tenha passado por sua própria interpretação, encontra-se no livro Eclesiástico, 30: 1–13, dedicado à educação dos filhos e em que se prega a violência física contra crianças (BÍBLIA..., 1982).

gostava de apanhar dos pais, revelando seus verdadeiros sentimentos encobertos pelas ideologias que permeiam a família:

Eu acho que eles [os filhos] sentem igual a gente sente, né? Eu acho que eles sentem igual a gente sente. É... Assim, né? Fica... é... achando ruim, né? É, acha ruim que a gente bateu. Ninguém gosta de apanhar mesmo, né? Ninguém gosta. [...]

Outro fator que complementa esse poder paterno/provedor e o legitima é a minimização da violência cometida por ele, como apontou Amélia ao classificar as chicotadas recebidas como não violentas:

É, batia! Assim, quando não era... Não era, assim... Era lá de vez em quando. Porque nós, às vezes... Às vezes, nós teimávamos, né? [...] Ele batia com chicote. Sabe, aquele chicote da gente, aqueles chicotinho, né? Amarrado no pauzinho, assim, ó. Eu lembro como hoje. Um pauzinho desse tamanhinho, assim. Aí, ele pegava... Aí, aquela... Aquela correia de couro, né? Mas não era grossa, não! Era fininha. É, é, fininha. Aí, ele dava chicotada em nós, nas nossas pernas... Mas não era, assim, de coisá, não, sabe? Não é violento, não! Não é não...

O que também transparece nessa fala é a colocação da criança como merecedora da violência física, pois ela desagradou o pai. Guerra (1998) chamou a atenção para uma característica importante na relação da violência física intrafamiliar ao salientar que a criança internaliza em sua relação com os agressores a ideia de que é responsável pela violência sofrida, ou seja, que é portadora de um problema que deve ser corrigido. E como, muitas vezes, a única forma conhecida para corrigir um problema, tanto por ela como por seus pais, é a violência física, a criança não reconhece outra possibilidade, a não ser sofrer tal violência merecidamente. Portanto, a reflexão e/ou a crítica a questões mais amplas, como problemas sociais ou familiares, torna-se quase impossível.

Quando Amélia comentou a violência física cometida por seu pai, defendeu a atitude dele, pois aquele castigo foi provocado por ela e/ou seus irmãos. Afinal, eles fizeram por merecer o castigo quando não obedeceram ao pai. Consequentemente, como uma forma naturalizada, a educação se dá por meio da violência física, como ela reiterou em sua fala:

Às vezes, nós teimávamos, né? Então, quem teima, né? Aí ele falava... Ele avisava, né? Ele tava falando, tava avisando pra nós... Mas tinha dia que nós... nós mesmos que... né? Nós mesmos caçávamos pra ele ir bater.

E explicou que o pai não gostava de bater nos filhos, mas era provocado por eles, a tal ponto que castigava fisicamente os filhos contra a sua vontade:

“Pro seu bem, ó, meus filhos. Eu não queria.” Ele falava assim, “Não queria, meus filhos, bater em vocês. Vocês sabem que seu pai, seu pai não gosta de bater em vocês. Mas, vai indo, a gente fica nervoso com vocês, né? Vai indo, eu até seguro muito, eu seguro, né? Eu seguro muito! Vocês sabem disso. Eu não sou de bater em vocês. Mas a gente fala pra vocês... Vocês teimam com a gente. Ficam teimando, né?”

Em um relato, Amélia deixou transparecer que a violência física ocorria principalmente quando, em sua busca por ser sujeito e não se assujeitar aos desejos de sua irmã, ela lutava contra aquilo que lhe era desagradável. Contudo, esse não assujeitamento foi sentido por ela como se estivesse fazendo algo errado, como ilustra bem a sua fala:

Aí, mas nossa! Nós apanhávamos é por causa que nós catávamos rixa com os outros, filha, né? Às vezes, nós ficávamos brigando... Nós brigávamos, assim, sabe? Com a... Igual a minha irmã [incompreensível]. A mais velha, é. Ela queria que nós fizéssemos uma coisa e nós não queríamos e ali nós íamos nas alturas. Aí, ele... Ele ficava assim, ó: “Hum!” [raspando a garganta] Precisava de vê! Nós sabíamos que ele ia bater em nós! O negócio era assim, nós sabíamos...

Nas famílias de classes populares, como exposto anteriormente, é comum que os irmãos mais velhos tomem conta dos mais novos, os quais devem respeito aos “cuidadores”, o que representa, mais uma vez, a dominação de uma geração sobre a outra e o lugar hierárquico concedido e legitimado pelos pais/responsáveis (BAZON, 2000).

O sentimento de responsabilização pela violência está intimamente relacionado com a submissão da criança ao adulto, como mostra a seguinte fala de Amélia:

[...] A minha irmã mais velha, né?! Ela mexia conosco, fia do céu! Aí, nós ficávamos chorando. Nós ficávamos falando, ficávamos chorando, falando... E ele até dava a chance pra nós, sabe? Aí, depois... [risos] Aí, ela ficava falando. Aí, ele pegava e num batia só na gente, não, ele batia em tudo! Batia em todo mundo, ele! É, batia em todo mundo! E achava que era certo, porque nós mesmos, nós mesmos pegávamos conosco. Porque se nós, nós ficássemos quietinhos, né? Se ficássemos quietinhos... Aqui, ó, que ele falasse pra nós, falasse... Aí, nós tínhamos que escutar ele, né? Porque se nós escutássemos, ele não batia em nós, não! Aí, nós mesmos achávamos que nós éramos errados, né? Nós não falávamos nada...

A internalização de que as crianças/filhos são propriedade dos adultos/pais, sem autonomia, torna-se clara nessa fala de Amélia. Para ela, a criança parece ser uma extensão do pai, devendo corresponder a ele tanto em suas atitudes quanto em

seus pensamentos, e qualquer ato contrário aos desejos paternos é merecedor de castigo físico.

Ao mencionar a educação que ofereceu aos filhos e comentar a violência física que cometia contra eles, Amélia foi questionada se imaginava o que eles sentiam ao sofrer tais castigos e comentou:

Uai, sô! É porque eles eram pequeninhos, né? Quando é pequeno, os bichinhos... Tadinhos! Num... Eu acho que não. Eu acho que eles não pensava nada, não. Porque eu não... Eu só batia [quando eles eram] pequenos. Eu não batia [quando eles eram] grandes, né? Ah! Esses pequeninhos não sabe... Eu acho que não sabe nada! É, não sabe! Como diz o outro, "Certo a gente dá é... A gente conversa com ele, ele não fala nada, né?" Que é grande... Eu nunca bati nos meus filhos grandes! Mas, quando é grande, eles fala alguma coisa, né? Sente. Ah! "Mãe, é num sei o quê!" Eu... Eles falam alguma coisa pra gente. Mas, certo, a gente não... Não, não bati. A gente não batia neles quando eram grandes.

Resta claro que Amélia constrói todo um sentido sobre a ideia do que é e como é uma criança. Ela concebe a criança como um ser no qual as características de um adulto estão ausentes, em que há falta de pensamentos, de sentimentos e até mesmo de palavras. Charlot (1986) esclareceu bem essa concepção de Amélia quando reiterou que a sociedade contemporânea compreende a criança como um ser incompleto diante do adulto completo, ao menos em tese. A criança é vista em sua negatividade, naquilo que não possui. Tais compreensões sociais foram construídas a partir de determinações biológicas, como a dependência, a fragilidade física e a impotência. Daí decorre que esses atributos adquirem um sentido social que conduz a relação adulto-criança, transformando as diferenças em desigualdades.

Outro aspecto a ser ressaltado a partir dessa fala de Amélia é que, assim como afirmaram Moreira, Sousa e Silva (2010), quando pequena, a criança é uma presa fácil da violência física, pois sua fragilidade física e sua total dependência dos pais ou responsáveis a incapacitam de qualquer reação contra o agressor. Isso parece ser um fator que levou Amélia a cometer a violência, pois seu poder sobre as crianças pequenas era maior do que quando os filhos cresceram e ela já não mais utilizava tal artifício.

Sarti (2007) acrescentou que o exercício da unilateralidade da autoridade nas famílias pobres é expresso, também, por meio do poder dos pais/responsáveis sobre as crianças, porquanto eles acreditam que estas podem levar surras, enquanto em

relação aos jovens, que já têm condições de reagir, procuram outras formas de intervenção/punição.

Amélia parece concluir que, como a criança pequena ainda não desenvolveu o pensamento, também não possui sentimentos. A partir disso, pode-se fazer uma alusão à etimologia da palavra infância, originária do latim *infante*, que significa ausência de fala. O vocábulo era empregado para descrever crianças pequenas que ainda não tinham desenvolvido a expressão oral. Mas, gradativamente, essa palavra passou a ser usada como referência a todas as crianças, no sentido negativo da expressão, revelando-as como incompletas (SOUSA, 2008).

A relação autoritária que os pais de Amélia estabeleceram com ela anulava sua condição humana de pensar e falar. Isso pode ser apreendido em seu relato, logo depois que descreveu a violência física cometida pelo pai, quando questionada se tinha vontade de fazer algo ao sofrer castigos físicos:

Não, nada, nada, né? Nós... Nós não tinha nada. Igual, hoje... Hoje... Hoje, a gente fica... Engraçado! Que a gente fica, assim... A criação da gente é até engraçado! Que o pai batia em nós... Que nós não tínhamos palavra. Nós não tinha nada na nossa cabeça, né? Não é igual hoje. Se você bate no filho, o filho, "Aí, vô embora!" Né?

Ao comparar a educação que recebeu com aquela que ofereceu a seus filhos, Amélia pareceu achar engraçado seu filho ter "palavras" para expressar a insatisfação ao sofrer violência física, como se fosse curioso uma criança expressar verbalmente seus sentimentos ao ser vítima. Assim, ela continuou seu relato:

Aí, tinha vez que... Tem um caçula, mesmo já... Um dia, eu bati nele. Ele tava... Ele tinha... Quer ver? Ele tinha uns... uns 10 anos, quase 11 anos, é... E aí, eu dei... Eu dei uns tapas nele, né? Não bati nele com nada. Foi com a mão mesmo! Eu dei uns tapas, assim, na bunda dele, assim. Ele foi e virou, assim, pra mim, assim, "Vou sair dessa casa! Vou embora! Você vai vê! Eu vou embora! Vou sair dessa casa!" Eu falei, "É, meu filho? Então, onde você vai? Né? Onde você vai? Você... Você... Você não! Tá novo. Você não dá conta de trabalhar, né? Pra você cuidar de você. E ninguém não vai... Ninguém não vai... Não vai pegar você pra... pra passear com você, não, meu filho!" Aí, também, ele nunca mais falou!

Todavia, é totalmente legítimo Amélia achar engraçado que seu filho tenha reagido verbalmente aos castigos físicos e também sentir sua autoridade ameaçada pela fala dele, pois em toda a sua infância, e talvez até mesmo na idade adulta, fazer um protesto a uma atitude de seus pais era algo inimaginável. Comentando sobre educação de filhos, Amélia fez analogia com os cuidados dispensados a uma

planta, pois os pais devem regar e cuidar de suas crianças para que cresçam e deem frutos.

A criança a gente tem que... Tratar ela bem tratada pra ir crescendo, né? Igual a planta. Quando você água... Você planta aquela planta. Torna ali... Você vai aguando aquela planta, ela vai crescendo. Que tem... Que tem uns que até conversa com a planta, né? Até conversa com ela. É igual quando a gente conversa com a criança... Vai crescendo, vai conversando, vai falando as coisas... O que é, né? O errado, né? O errado, o certo.

Sabe-se que a planta é um ser inanimado; por isso, não tem sentimentos, pensamentos e tampouco linguagem. Logo, essa analogia usada por Amélia expressa todo o sentido constituído por ela com relação à criança.

b) Os direitos da criança: o amparo da criança e o desamparo dos responsáveis por ela

Este núcleo revela um tema contemporâneo, que é a discussão dos direitos da criança, da intervenção do Estado e do papel da ciência na educação dos filhos, o que traz à tona os questionamentos quanto à educação das crianças que pais, avós e responsáveis estão enfrentando.

Na fala de Amélia, surgiu algo mais contemporâneo, mas que está carregado de passado. Ao falar da violência física, ela sempre a reputou uma forma de educar, de impor respeito a seus filhos e a si própria em sua educação. Porém, algo mudou desde a educação de seus filhos, porquanto as crianças se colocam mais como sujeitos, expressando seus sentimentos. Contudo, Amélia se depara com o maior dos questionamentos impostos aos pais no que diz respeito à educação de seus netos, uma vez que, atualmente, as crianças possuem um estatuto que as protege.

Marília, uma das filhas de Amélia, que não é sujeito desta pesquisa, já foi denunciada ao Conselho Tutelar em decorrência da violência física que cometera no passado e que, no momento da pesquisa, ainda cometia contra seus filhos, os quais ainda eram crianças, segundo os relatos da avó. Por isso, Amélia já experienciou concretamente, em sua família, a efetivação da lei. No entanto, para ela, a violência física sempre cumpriu a função de educação de filhos, como se pode depreender de sua fala:

De primeiro, os pais batiam nos filhos, né, filha? Hoje, os pais não batem, assim, não! Porque eu tava falando pra você... Hoje, os pais não batem, assim, não! Porque hoje tem uma lei. Porque se a gente bate... Se a gente bate... bate numa... numa criança, faz qualquer coisinha, pode dá parte. A polícia, né? Você ia preso. Vai preso, né? Porque, de primeiro, não tinha esse negócio, não! O pai... O pai... O pai tinha que educar seu filho, né? Assim, às vezes, se a gente teimasse, ele batia mesmo, né? Se a gente teimasse, assim, ó, batia mesmo! Meu pai batia em nós. Em nós tudo, né?

Como a “lei” criminalizou a violência física, impondo limites às estratégias utilizadas pelos pais na “educação” dos filhos, ela é vista por Amélia como algo que tirou o poder dos pais sobre seus filhos, colocando em questão o principal instrumento de educação usado tanto por seus pais quanto por ela – a violência física. Oliveira (2006) fez essa mesma constatação em sua pesquisa com pais denunciados ao Conselho Tutelar de uma cidade do interior do estado de São Paulo por cometer violência física contra os filhos. A autora relatou que uma mãe se sentia tolhida pela lei, que a impedia de exercer efetivamente seu papel de educadora, pois tinha plena convicção de que a violência física era uma estratégia eficaz na educação de seus filhos.

A fala de Amélia também aponta para a minimização dos atos de violência cometidos contra crianças quando ela se refere aos maus-tratos como “qualquer coisinha” que pode levar à prisão. No entanto, essa “lei”, como é chamada por ela, trouxe à tona a violência que os pais cometiam contra seus filhos dentro dos lares, revelando que este tipo de “educação” era abusivo. Dessa maneira, Amélia caracterizou o conflito entre o poder dos pais e o poder da lei, como mostrou seu relato acerca da violência que seu falecido marido sofreu do pai:

Então, é assim! Ah, minha filha, [a] criação nossa... De primeiro, nós, nós não tinha [a lei]. A menina que tinha que fazer a pesquisa aqui com nós [referindo-se à pesquisa matriz]. Meu marido ainda tava bonzinho, conversando, né? Rindo com ela. Aí, ele, “Ah! Meu pai... Meu pai...” Ele falou, assim, pra ela: “Meu pai batia em nós com pau ou com qualquer coisa que ele pegava, assim. Era pau, era qualquer coisa. Aí, ele espancava nós. Era assim, ó! Nossa criação foi... Era bom, mas na hora de bater, escolhia... Ele não escolhia nada não, sabe? O que ele pegava...” Aí, o menino, os meninos que é meu filho, que sabe... Fala assim, “Ó, né, pai, por isso que o senhor... O senhor quer fazer conosco igual o pai do senhor fez com o senhor né, pai? O senhor fala aí pra nós, aí que... que o avô nosso batia no senhor, batia de qualquer maneira... O senhor não morreu, o senhor tá vivo aí, até hoje!” [risos] Aí, ele riu. E eu fui e falei assim, “É, só que agora eu não... Tem lei, né? De primeiro, não tinha lei, não, né? Agora tem lei, é... né? Agora tem lei.”

Ao falar da educação que ofereceu a seus filhos, Amélia mostrou acreditar que o castigo físico contra crianças é necessário para o seu aprendizado, sendo

essa a melhor e a única forma de educar e ajudar em seu desenvolvimento. Assim, quando questionada se tinha ideia da razão pela qual bater nos filhos, ela respondeu:

É porque a criança não... Igual muitos fala, "Criança não... Tem criança que não cresce se não levar umas palmadas da mãe, né?" Sabe, toda criança tem que... É que não cresce sem dar umas palmadinhas na bunda. Não cresce mesmo! Tem... Pode ser bom, o que for, mas... Tem uns que... Tem uns que, às vezes... Aí, você tem que dar umas palmadas na bunda, né? Não violento. Mas, umas palmadas na bunda. Isso aí é... [risos] É isso aí. Como diz o outro, "Eu já bati, né? Neles, assim." Mas, também foi só, também.

A partir dessa fala se revela a conceituação feita por Amélia do que é castigo físico violento, que é visto de forma negativa por ela, e do que é castigo físico que ajuda no aprendizado da criança, caracterizando-o como essencial em sua educação. Apreende-se, portanto, sua preocupação em assinalar os castigos físicos que são violentos e aqueles que não o são, desta forma demonstrando a naturalização do uso destes últimos.

Tal sentido construído por Amélia pode ser compreendido à luz das leis brasileiras, as quais, em um movimento dialético, refletem a cultura do país ao mesmo tempo em que determinam a conduta de seus cidadãos. Sob o prisma jurídico, a violência física "moderada" de pais/responsáveis contra seus filhos com o intuito pedagógico ainda é admitida, como se pode compreender a partir do texto do Código Civil (BRASIL, 2002a), que em seu Art. 1.638 determina que: "Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: I - castigar imoderadamente o filho; [...]". Nesse artigo, fica implícito que é tolerado o castigo moderado e, ademais, fica obscurecido o limite entre castigo moderado e imoderado, deixando a criança à mercê de interpretações. Deve-se a essa permissividade cultural e legalizada a grande desaprovação da população brasileira pela denominada Lei da Palmada (BRASIL, 2003), já mencionada neste trabalho. Ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos merecedores de educação digna, sem violência, a referida lei pretende romper com a concepção secular desses indivíduos como seres inferiores e contra os quais se tolera o uso da violência.

Para Amélia, o descuido do pai quanto ao objeto utilizado para castigar o filho pode ser caracterizado como violência, como relatou anteriormente, a partir da fala de seu falecido marido. Isso leva ao entendimento de que, ao cometer a violência, o pai pode ter certos cuidados com o filho.

Outro critério utilizado por Amélia para distinguir o que é violento do que não o é se refere à pessoa que está cometendo o ato. Ela apontou o agradecimento que seu filho lhe faz frequentemente e comparou a educação que recebeu de seu pai e que deu a seus filhos com a que seu falecido marido deu aos filhos:

“Aí, mãe, eu agradeço muito a senhora, porque alguma... Algum é... tapa que a senhora me deu, que a senhora não foi... É, não bateu em nós de qualquer maneira, né? Mas eu agradeço muito que a senhora deu educação pra nós!” Ele fala desse jeito, né? “A senhora não foi... A senhora não foi mãe brava pra nós. A senhora num... né? Graças a Deus!” Agora o... Agora o pai... O pai dele já bateu neles muito, sabe? Bateu muito. [...] Mas, é pai mesmo! Meu pai batia em nós demais da conta [...]

Ela ainda reiterou que

[...] a mão do pai é pesada. É pesada, né?

Então, o pai comete violência contra os filhos, enquanto a mãe, em sua compreensão, não é violenta. Ela se identifica com muitas outras mães e, portanto, naturaliza a violência, pois estas castigam seus filhos da seguinte forma:

É com a mão. Era pá, pá, assim, ó, na bunda. Igual muitas mães fazem. [risos]

Contraditoriamente, a partir da produção de sentidos de Amélia, sua filha Marília²² comete violência descabida ao castigar fisicamente seus filhos:

Ela [Marília] bate... Que diz... Ela não bate, assim, pra... espancar, não. Mas ela tem um batido muito esquisito, minha filha. Ela... Ela, assim, ó... Ela apertava assim, ó. É... Era na cabeça. Ela [prensando com as mãos] nisso, assim. Você sabe que isso daqui dói, né? Que ela batia nas cabeças das crianças. Eu danava com ela aqui. Ela ia embora brava, bem nervosa. E fazia pá, na cabeça do menino, toda hora, nas costas... Você escutava até hooo, sabe? Escutava até hooo, até hooo, assim, ó. E eu falo, assim, “Menina, eu nunca fiz isso com você, sua merda, ruim! Você fica espancando seus filhos desse jeito.” Eu danando com ela aqui e ela aí... Eu... Eu não gosto do tipo que ela faz com os meninos. Eu não gosto, mesmo, não! E eu... E eu... É uma coisa tão esquisita, que a gente vai e fala, “Não faz assim, não, minha filha! Pelo amor de Deus! Eu nunca fiz isso com vocês! Você não tá me puxando, não, né? Vocês sabem que eu nunca batia em vocês, né? Nunca bati em vocês, nunca espanquei vocês! Às vezes, o seu pai... Às vezes, batia em vocês tudo. Eu não achava bom quando ele batia em vocês. Que a mão... Que a mão do pai é pesada. É pesada, né? Por isso que eu não gostava. Agora, pra você tá fazendo isso com seus filhos, não! Assim, não!”

²² Desde a primeira visita à sua casa para explicar-lhe sobre a pesquisa e convidá-la a participar, Amélia demonstrou preocupação em relação à violência física cometida por sua filha Marília contra os filhos, já tendo sido denunciada ao Conselho Tutelar. Amélia pediu, várias vezes, que observássemos Marília quando esta chegasse na casa. Também relatou que a psicóloga da pesquisa matriz, que visitava a família, já havia conversado com ela, a pedido de Amélia, na tentativa de cessar tal violência.

No início, Amélia, tentou resguardar a filha ao minimizar a violência cometida por ela e afirmar que ela não espanca os filhos. Todavia, logo depois, pareceu ter perdido o receio e denunciou claramente a violência física cometida contra seus netos, o que parece incomodá-la muito, pois Marília é violenta como o pai.

A violência física contra crianças, pelos padrões de Amélia, é permitida até certo ponto; entretanto, fica difícil estabelecer o limite entre o castigo físico violento e o não violento para ela, pois suas afirmações são contraditórias.

3.1.2 Segunda geração: Joana Ortiz

Com o objetivo de apreender os sentidos que Joana atribui à violência física intrafamiliar contra crianças, foram elaborados dois núcleos de significação a partir de sua fala: a) Joana como criança/vítima; b) Joana como adulta/educadora.

a) Joana como criança/vítima

Ao relatar a violência sofrida, Joana fez distinção entre o castigo físico que recebia e que sentia como correto, ou seja, se ela fez algo de errado, era adequado que o pai a castigasse, e aquelas vezes em que o castigo era incorreto e ela nem ao menos sabia por que estava apanhando, ou apanhava por motivos alheios a ela, como quando seus irmãos brigavam e o pai batia em todos os filhos.

O sentimento de estar apanhando indevidamente era intensificado pela forma como seu pai a castigava fisicamente, porquanto, segundo Joana, ele usava pau, fio ou vara de amora. Para ela, tais instrumentos utilizados pelo pai eram uma forma de violência contra seus filhos. Guerra (1998) identificou em suas pesquisas vários objetos utilizados por pais para praticar violência física contra crianças, entre os quais se destacam: açoite com grossas correias, fio de ferro e cintas com fivelas pontiagudas. Porém, também são utilizados ripas de madeira, cabos de vassoura, o próprio corpo do agressor, entre tantos outros objetos.

Logo após revelar a violência cometida pelo pai, Joana relatou entristecidamente:

Ah! É ruim, muito ruim. Doía muito. No dia, a gente ficava com raiva dele, mas depois, voltava a conversar. A gente apanhava sem motivo nenhum. A gente apanhava e não tinha motivo pra apanhar. E apanhava porque as minhas irmãs brigavam. Mas entrava todo mundo, né? Na peia, né? E eu ficava morrendo de raiva, assim... Então, era muito ruim. Isso, aí, era é um ponto que eu num gostava nele. Era esse aí.

Joana até tentou mudar essa situação, mas seu pedido não foi ouvido pelo pai, para o qual, de acordo com sua forma autoritária de educar, ela se tornara um objeto:

Ele num falava nada pra gente, não. Só pegava a gente e batia. Ficava explicando, não. Às vezes, minha irmã brigava e ele falava, “Eu tô batendo em vocês porque vocês tão brigando.” Mas aí, eu virava pra ele e falava, “Por que o senhor tá batendo em mim? Por quê? Eu não fiz nada.” “Quando tem que apanhar um, tem que apanhar todos!” “Apanha, mas por quê? Eu num fiz nada. Eu vou ter que apanhar, também?” Mas, pra ele, não tinha nada disso, não. Tinha que bater em todo mundo, mesmo.

Entretanto, mesmo com toda a dor física e emocional sofrida por Joana, paradoxalmente ela defende o castigo físico perpetrado pelo pai quando ela fazia algo “errado”, como se pode verificar em sua fala:

Quando eu fazia coisa errada, eu achava [certo]. Mas, quando eu não fazia, eu não achava certo, não. Que a gente apanhar de graça, aí, é ruim, né? Mas quando eu fazia alguma coisa de errado, eu falo, “Não, tá certo. Ele tem que bater mesmo, né?” Mas, fora isso aí, eu achava ruim quando ele batia na gente sem ter motivo. Aí, é ruim.

Compreende-se, a partir desse e de outros relatos de Joana, que ela subjetivou que a violência física cometida pelo pai era a única forma possível de educá-la, o que a naturaliza e legitima totalmente. Em nenhum momento, ela questionou a utilização do castigo físico como estratégia educativa, mas apenas os momentos e os motivos pelos quais foi utilizado.

Mesmo com todo o sofrimento oriundo da história de agressão física cometida por seu pai, Joana mencionou a violência como um meio para que ela e seus irmãos não “caíssem numa errada”, como se pode compreender a partir de uma fala sua exposta mais à frente, para que eles se constituíssem como pessoas educadas e trabalhadoras como o são. Dessa forma, a violência física perpetrada pela família se justifica pelo objetivo educacional, como no seguinte relato:

Às vezes, eu penso, assim, talvez meu pai fez aquilo ali pra gente... Pra não... Pra gente não entrar em uma errada e num apanhar dos outros de fora, né? Mas, eu penso... Eu penso, assim, "Não! Mas precisava bater na gente assim, daquele jeito, né?" Mas, eu não sinto raiva, não. Nem num gosto... Às vezes, eu lembro do passado. Mas, por lembrar mesmo. Eu num sinto raiva, nem nada, não.

O que se apreende na fala de Joana é que ela contestou a intensidade da violência física cometida pelo pai, mas não o ato de violência em si, pois este foi internalizado por ela como uma forma educadora. Assim, mesmo que Joana negue sua raiva pelo pai, entre outros sentimentos, isto se mostra claramente no seu desejo de não mais se lembrar da violência física que sofria, pois, possivelmente, ao se lembrar desses fatos, todos estes sentimentos vêm à tona, o que lhe causa sofrimento.

Na fala de Joana, a violência se justifica por seus fins educativos. Arendt (1985) advertiu que os meios (o uso da violência) são justificados pela necessidade de alcançar um objetivo, o que, no caso em questão, é o comportamento da criança desejado pelos pais. Mesmo que Joana sofra em decorrência da violência física cometida pelo pai, ela também se sente grata pela educação recebida ao contar, orgulhosamente, que é reconhecida pelos outros como uma pessoa educada, fato que, segundo ela, ocorreu graças a ele, como se compreende a partir de sua fala:

Foi uma educação muito boa, que hoje a gente... As pessoas que conversam com a gente falam que a gente é muito educada. Então, isso a gente agradece a ele. Ele foi um pai, assim, rígido, mas foi... Foi uma criação, assim, muito boa que ele ensinou a gente, né? [...] Aí, foi bom, eu acho... Eu não achei ruim, não. Achei muito bom o jeito que ele criou a gente.

Para Joana, quem a ensinou a fazer os deveres domésticos foi apenas seu pai, como contou:

[...] casa... Arrumar bem arrumadinho e não deixar nada bagunçado. Então, ele ensinou nós tudo, né? Minha mãe não ensinou nada, não. Mas, meu pai ensinou nós tudo. A fazer comida, arrumar casa. É. Foi a educação, assim, que meu pai deixou [para] a gente.

Não obstante, mesmo que seu pai fosse para ela quando criança, e ainda seja em sua idade adulta, referência de educação de filhos, Joana parece ter tido uma ligação afetiva maior com a mãe. Assim, ela afirmou:

Minha mãe nunca foi de bater em nós. Às vezes, ele falava que nós puxava o saco da minha mãe. Minha mãe ficava mais do lado... A gente ficava mais do lado da mãe do que dele. Aí, a gente falava, "Ah! A mãe não bate em nós igual o senhor." Mas ele era assim. Ele batia e depois vinha lá...

comprava uma coisinha. Dava pra aturar, né? Mas, mesmo assim, a gente era mais apegado na mãe do que nele.

Fica subentendido na fala de Joana que essa maior proximidade afetiva com a mãe era uma forma de contestar o modo violento de educação do pai. Além disso, pode-se refletir essa relação dela com os pais e as atitudes paternas por meio dos papéis de gênero em que a mulher/mãe é idealizada como uma figura afetuosa e de cuidados pelo outro, enquanto o homem/pai está associado ao uso da força e da autoridade (MOREIRA; SOUSA; SILVA, 2010). Oliveira (2006, p. 61) chegou a uma conclusão semelhante com relação à figura paterna em sua pesquisa, porquanto identificou que alguns adultos/educadores que cometiam violência contra seus filhos tinham a imagem de seu próprio pai como figura marcada pela

[...] rigidez e autoridade, sendo figuras definidas pela função disciplinar, distância e punição severa [...] se trata de uma relação onde o pai é temido e distante afetivamente, não havendo sequer a consideração da possibilidade de comunicação através do diálogo.

E mesmo que o pai de Joana buscasse formas de seduzi-la por meio de presentes, e que ela também se deixasse levar pelos agrados, reafirmou sua intimidade afetiva com a mãe.

Para Joana, a violência física sofrida ganhou proporções que vão muito além da dor física. O medo de que a qualquer momento ou que qualquer deslize cometido que desagradasse seu pai pudesse acarretar castigo físico fez com que Joana se sentisse enclausurada em sua própria casa, em sua própria família. Sobre isso, exprimiu:

Eu achava que nós éramos presos demais. Muito presos! Não saía pra lugar nenhum, que era preso. Era... Se saísse, apanhava. Era... É chato, viu? Era ruim demais. Você, assim, preso dentro de casa, é a coisa mais horrível que tem. Podia fazer nada, nada, nada.

Com relação a tais sentimentos expressos por Joana, Cecconello, De Antoni e Koller (2003) ponderaram que a violência física cometida contra crianças por pais/responsáveis gera sentimentos de ansiedade nestas devido ao medo de desagradá-los e, então, sofrer a violência. Além disso, nessas famílias, a relação entre pais e filhos apresenta pouca interação física e demonstração de carinho; portanto, as crianças/adolescentes sentem-se emocionalmente distantes dos pais. Tais relações pais-filhos são marcadas por intensa rejeição entre si e ambos registram aspectos negativos um do outro.

Joana comentou sobre o sentimento de estar presa e de desagrado pela violência física sofrida; por isso, destacou sentir vontade de sair de casa quando apanhava:

[Tinha] *vontade de sair de casa, mas ir pra onde? Então, é melhor ficar aqui, mesmo. Mas* [falando em voz baixa], *sentia que era isso mesmo.*

Outra questão a que essa fala remete é o desamparo que Joana sentia, pois, se saísse de casa não teria quem a acolhesse, não teria com quem contar. Por isso, sua única opção era suportar a violência cometida pelo pai e tudo o que aquilo evocava.

Joana tinha de se submeter aos desejos e às regras estabelecidas pelos adultos, o que, muitas vezes, ela denominou como “respeito aos mais velhos”. E mesmo que essa submissão lhe causasse raiva, esta era sua melhor opção, uma vez que não queria ser castigada fisicamente pelo pai:

E foi uma educação, assim, que é de respeito, principalmente de ser pessoa bem jovem. Mas, sendo mais velho, a gente tinha que dar bênção. Nossa! Aquilo me matava de raiva. Mas, tinha que dar bênção. Se num desse, aí apanhava, né?

Essa submissão ao outro, os fatos de estar presa em sua própria casa e de não ter o direito de escolha foram expressos e denominados por Joana quando lhe foi pedido que complementasse a frase:

Pesquisadora: *Quando eu era criança...*

Joana: *...não tinha liberdade.*

Dessa forma ambivalente, contraditória e complexa, Joana produziu o sentido de sua vivência como vítima de violência física, julgando que esta era correta, embora lhe causasse dor e medo ou, em alguns casos, era incorreta, mas o resultado justificou os meios empregados, pois a violência do pai a ensinou a ser educada e aceita socialmente. Entretanto, simultaneamente o uso de castigo físico a aprisionou, impedindo-a de conhecer o que está fora de sua casa, de conhecer como uma criança pode ser livre em suas relações.

b) Joana como adulta/educadora

Em vários momentos de sua fala, Joana fez menção à criação que seu pai lhe deu como uma referência de boa educação, afirmando querer passar o que ele lhe ensinara para seus filhos. Em contraste, ela também expôs aquilo que faz diferente de seu pai, por mais difícil que isto seja, pois tenta educar seus filhos sem ou com menos violência física.

Pode-se compreender esse sentido construído por Joana a partir do processo de construção da subjetividade em Vigotski. Embora os outros sujeitos desta pesquisa não tenham sido diferentes em suas construções subjetivas, Joana expressou claramente o sentido da violência física na sua constituição a partir da relação com o pai. Molon (2003) destacou que, para Vigotski, é nas relações sociais, pertencentes e determinadas sócio-historicamente, que o homem constrói sua subjetividade. Em outras palavras, na relação com o outro, o intersíquico se converte em intrapsíquico em uma relação mediada pela linguagem e, neste confronto com o outro, o homem se torna igual e diferente do outro.

Dessa forma, a relação que Joana estabeleceu com o pai se tornou presente no relacionamento que ela atualmente tem com seus filhos, uma vez que, para ela, o sentido de violência física está intimamente ligado com o tipo de criação que recebeu dele. Após afirmar que castiga fisicamente seus filhos, Joana referiu-se a seu conflito em ser igual e diferente de seu pai:

Eu não tenho ideia porque eu estou usando isso [a violência física]. Acho que é... Eu... Eu estou... Volta aquilo que meu pai fez e... Aí, eu falo, "Não, eu não tenho que fazer isso que meu pai fez com meus... comigo. Eu num posso fazer com meus filhos também, não, né?" Que na hora que eu tô batendo, eu lembro que meu pai me bateu. Aí, eu paro. Aí, eu vou e converso e eu falo, "Eu não quero criar vocês igual meu pai criou eu. Batendo, só batendo".

Nesse cenário, por mais que ela tente agir diferente, de modo a não cometer violência física, em alguns momentos acaba praticando os mesmos atos de seu pai, pois esta foi a forma de educação que vivenciou. No entanto, Joana consegue algo que parece dar-lhe a possibilidade de agir de forma diferente: ela relembra de sua condição de vítima e se coloca em lugar de oposição ao pai, o que lhe permite

questionar sua forma de “educar”. Não obstante, mesmo que ela tente não cometer violência contra os filhos, o castigo físico, para ela, ainda é necessário na educação.

De acordo com Weber e Guzzo (2009), tais concepções de Joana podem ser compreendidas com base nos resultados de um de seus estudos. Eles realizaram pesquisa com 125 pais e 38 educadores de crianças que estudavam em uma escola municipal de uma cidade no interior do estado de São Paulo. Os pesquisadores confirmaram que alguns desses pais consideravam que o respeito pela criança também é alcançado quando se rompe com a violência física, embora, contraditoriamente, esta seja aceita como um método de educação, apenas sendo totalmente rejeitada quando os pais “extrapolam”, ou seja, quando deixam marcas físicas visíveis no corpo da criança.

A forma como Joana educa seus filhos está profundamente ligada à maneira como ela mesma foi educada, tanto nos pontos considerados positivos por ela, que devem ser conservados e repassados a seus filhos, como naquilo que lhe causou sofrimento e que busca não repetir. Assim, ela procura romper a reprodução da violência e tenta não causar a seus filhos o sofrimento por ela experienciado:

A [minha filha] mais velha, hoje, ela tem 15 anos. E eu, com 15 anos, meu pai deu tapa na minha cara. Que minha irmã fez bagunça e porque ela era mais nova do que eu. Como eu era mais velha, ele bateu foi em mim. Então, a mais velha, eu tinha obrigação de olhar os mais novos. Como eu não olhei, ele bateu na minha cara. Então, minha menina tem 15 anos. Eu nunca mais não trisquei a mão nela. Só converso, né?

Joana acredita que como ela e seus irmãos são “trabalhadores” e não “bandidos” e por nunca haverem sido presos, isso é uma garantia de que seu pai, apesar de rígido, lhes deu uma boa educação. Diante disso, Joana tenta transmitir esses valores a seus filhos, como afirmou:

Cê vê que, hoje, meus irmãos nenhum é bandido, nenhum mexe com coisa errada, né? Então, meus irmãos, hoje, todos eles são trabalhador, todos nós somos trabalhador. Nunca foi preso. Nunca, né? Então, foi uma educação, assim, que meu pai ensinou, que foi rígido, mas foi bom pra gente, né? [...] Foi uma criação, assim, muito boa que ele ensinou a gente, né? Respeitar os outros. Eu acho muito bom, assim. Nós tem que passar pros meus filhos. Então, a gente vai tentando falar o que passa, o que os pais passam pra gente, a gente vai tentando passar pros filhos, né? Aí, foi bom, eu acho. Eu num achei ruim, não. Achei muito bom o jeito que ele criou a gente.

Sarti (2007) contribuiu para a compreensão dessa fala de Joana ao discorrer em sua pesquisa sobre a moral dos pobres, pois o trabalho, para eles, rompe com a

imagem do pobre como aquele que “não presta”, isto é, como desonesto e à margem da lei. O trabalho é permeado por dimensões morais e religiosas, concedendo ao pobre trabalhador o direito ao respeito do outro, pois leva uma vida digna.

Portanto, o resultado socialmente satisfatório da educação oferecida pelo pai faz com que Joana perpetue com seus filhos aquilo que ele lhe ensinou empregando rigidez e violência física, meios estes que, paradoxalmente, em sua fala, são minimizados. Em adição a isso, seu sofrimento é negado diante do resultado aparentemente eficaz da educação recebida.

Como mencionado, Joana apresenta contradições em sua fala, pois, em alguns momentos, afirmou não querer cometer violência física contra seus filhos, chegando a declarar que “violência gera mais violência”, ao passo que em outros, defendeu-a como necessária, principalmente quando precisa impor sua autoridade perante eles.

Joana relatou que bate de vara verde e, quando não a tem, usa cinto. Segundo ela, a violência física torna-se necessária quando seus filhos não a escutam, ou seja, não levam em consideração o que ela fala, como se pode verificar em suas seguintes palavras:

Então, eu converso muito com esses meninos. Eu quase num sou de bater neles. Só bato na hora que precisa, mesmo, que não está me escutando, mesmo. Mas, eu explico porque eu estou batendo, né? Mas é difícil eu encostar a mão neles.

Tal contradição entre o discurso e a prática, revelada nesta pesquisa por Joana, também foi constatada por Oliveira (2006) em seu estudo, uma vez que os pais pesquisados por ela também tinham um discurso diferente do que parecia realmente acontecer. A autora esclareceu que, em suas entrevistas, inicialmente, os participantes afirmaram que não mais usavam violência para educar seus filhos, pois este método estava sendo ineficiente. Entretanto, ao longo de seus relatos, acabavam revelando que a violência física ainda acontecia, principalmente quando a alternativa para a violência – a conversa – se mostrava ineficaz. Portanto, na prática, para obter a obediência dos filhos, os pais apelavam para o uso de castigos físicos.

Verificou-se o mesmo no relato de Joana quando foi pedido a ela que complementasse frases:

Pesquisadora: Quando Lorena teima...

Joana: ...eu ponho de castigo. E explico.

Pesquisadora: Para Lorena deixar de teimar...

Joana: ...eu bato [risos].

Assim, parece que a violência física rompe com a ação indesejada da criança de forma imediata. Um fator que, para Joana, aumenta a necessidade de bater nos filhos é o destemor das crianças desta geração. Segundo ela, atualmente, as crianças, incluindo seus filhos, não têm o medo do pai que as crianças de seu tempo tinham:

Porque, hoje em dia, os filhos não têm medo do pai. Antigamente, tinha. Então, é muito diferente a criação de hoje pra nossa. Que hoje você fala com o menino dez vezes e o menino não te escuta. E na nossa, o meu pai falava uma vez, nós já nos aquietávamos, né? E hoje em dia, não. Você fala, fala, fala e menino tá ainda rindo na sua cara. Então, é muito diferente pra nossa pra hoje. Qualquer coisinha que você vai fazer, o menino já fala, "Eu vou levar a senhora na polícia. Eu vou prender." Então, é muito diferente. Hoje em dia, os policiais tão dando muito apoio pra de menor. Eles aprontam e quem leva são os pais.

Joana parece sentir que sua autoridade está sendo ameaçada pelos filhos. Roure (2006) asseverou que a autoridade, principalmente a dos pais sobre os filhos, era vista anteriormente como um princípio inquestionável. Isso pode ser compreendido a partir da fala de Joana, que certificou que a autoridade de seu pai era respeitada, diferentemente da sua perante seus filhos. Entrementes, na contemporaneidade, a autoridade é um atributo em julgamento. Anteriormente, além do necessário rompimento com a tradição e os mitos, que ocorreu com a revolução burguesa, a autoridade familiar garantia a proteção de seus membros contra o mundo público. No entanto, atualmente, a família se vê à mercê das condições de mercado e, conseqüentemente, a sobrevivência de seus componentes passou a depender e a receber interferências especializadas, mais do que da habilidade pessoal, da tutela dos pais. Portanto, a família se vê enfraquecida e o sujeito, cada vez mais sozinho, perde as referências familiares e de autoridade. Dessa forma, fica mais exposto aos mecanismos de controle social.

Uma distinção entre autoridade e autoritarismo se faz necessária, à medida que Joana, algumas vezes, ao compreender que sua autoridade está ameaçada, converte-a em autoritarismo. A autoridade é uma categoria necessária para a socialização da criança, visando educá-la de forma que consiga lidar com sua

realidade. Todavia, a autoridade deve ser transitória, pois deve objetivar tão somente conduzir a criança a um processo de emancipação, ou seja, a desenvolver uma consciência crítica acerca dos mecanismos que perpetuam as bases de dominação no mundo capitalista e a resistência à barbárie. Por outro lado, o autoritarismo impõe o conformismo e a adaptação do sujeito por meio de violência física ou psicológica, infringindo sua autonomia e transformando a educação em instrumento de submissão social (ROURE, 2006).

Com relação à fala de Joana em que se sentiu ameaçada de denúncia para a polícia pelos filhos, compreende-se que, diferentemente das condições sócio-históricas que viveu em sua infância, quando dificilmente tinha com quem ou com que contar além da família, na contemporaneidade, as crianças encontram outros tipos de apoio, o que as faz se sentirem autorizadas a expressar seus desejos e a contestar a violência cometida pelos pais. Cientes das leis que preservam seus direitos, as crianças se apoiam neste amparo legal, enquanto Joana parece se sentir desamparada, de mãos atadas na educação de seus filhos, se sentindo ameaçada por eles.

Na verdade, não são apenas os filhos que sofrem com a violência física, porquanto Joana demonstra ficar entristecida na situação de autora dela. Sobre seus sentimentos, ela confidenciou:

Nossa, eu sinto mal pra caramba. Meu coração dói. Mas, eu seguro pra não adular. Eu sinto muito mal quando eu faço isso. [...] Assim, aquela vontade de ir lá, adular. E fica com o coração doendo mesmo, assim, ó, "Porque que eu fui fazer isso, né?" Mas, eu falo, "Mas, eu precisava fazer." Aí, eu fico quieta e eles choram, choram e choram. E eu deixo eles chorar. Mas, assim, saio de perto pra num adular.

Em sua pesquisa com pais que foram denunciados ao Conselho Tutelar por violência física contra seus filhos, Sousa (2001) constatou que as mães, mesmo que afirmassem não gostar de cometer tal ato na educação das crianças, justificavam o uso deste método como um recurso disciplinar. A partir do sentido construído por Joana, entende-se que, mesmo que ela não goste de bater em seus filhos, e em alguns momentos até busque outras formas pedagógicas de educá-los, ela parece não possuir outro referencial de educação que lhe ofereça um suporte para romper com o ciclo da violência em que a vítima se torna agressor.

3.1.3 Terceira geração: Lorena Ortiz

Para apreender os sentidos que Lorena construiu sobre violência física, foram elaborados dois núcleos de significação: a) a família real; b) a família ideal.

a) A família real

No decorrer da entrevista, Lorena expressou seu sofrimento ao ser castigada fisicamente pela mãe e o desejo de que ela não mais pratique violência. Assim, ao ser questionada sobre como a mãe deveria cuidar da filha (a partir dos relatos orais das pranchas), ela afirmou:

Bom, sem bater [...]

Essencialmente, Lorena parece se sentir impotente diante do autoritarismo materno, pois mesmo que a menina acredite em outras práticas de educação, compreende que isto dificilmente pode ser introduzido em sua realidade familiar. Para Lorena, há apenas duas opções: obedecer ou desobedecer à mãe, cada qual com suas consequências:

Se apronta, né? Apanha. Se não apronta, não apanha.

O mesmo se verifica em seu relato sobre a última prancha, em que a mãe está com a filha no colo. No final da história escolhido por Lorena, ela contou:

Porque a filha pediu desculpa pra mãe, a mãe pediu desculpa pra filha. E a mãe dela falou pra ela não fazer mais isso [desrespeitá-la]. E se ela fizer mais isso, outra vez, a mãe dela ia bater nela outra vez.

Nessa última fala, apreende-se que, mesmo que Lorena e sua mãe se reconciliem, ela tem consciência de que a mãe não possui outra forma de educação, sendo o castigo físico a única possibilidade conhecida por ela.

A invisibilidade das reais necessidades de Lorena perante a mãe é camuflada pela violência física. O medo de sofrer violência ou a obediência imediata às ordens da mãe após ser castigada acabam por obscurecer aquilo de que Lorena precisa

para seu desenvolvimento afetivo/cognitivo. Ela esclareceu esse ponto ao contar uma história da mãe que castigou a filha fisicamente:

Porque ela estava brincando e a mãe dela não deixou, porque ela tava fazendo tarefa de casa. Ela teimou com a mãe e foi [brincar]. Aí, a mãe dela mandou ela vir pra dentro [da casa] e bateu nela, porque ela desrespeitou a mãe.

Porém, o que Lorena busca e gostaria que a mãe fizesse é diferente, como se verifica em seu relato:

Falasse assim, “Minha filha, quando você terminar de brincar, você vem pra mim te ensinar a tarefa”. É. A mãe ensina a filha. [Mas a mãe] falava pra ela fazer sozinha! Aí, a menina ficou emburrada e foi lá brincar! Isso.

Conclui-se, a partir dessa fala, que a necessidade do apoio materno que Lorena sente ao fazer o dever de casa é invisível para a mãe. A invisibilidade é compreendida por Oriente (2004) quando a criança é ignorada como sujeito pelo outro e, assim, não é compreendida em suas necessidades. Dessa forma, prevalece o desejo do outro, que no presente caso é a mãe. Portanto, o recurso que Lorena utiliza para dizer à mãe que ela precisa de sua ajuda, na tentativa de tornar visíveis as suas necessidades, é a “desobediência”, a transgressão das ordens. Não obstante, Lorena sofre com a consequência, traduzida em violência física, dessa “desobediência”, que é julgada superficialmente pela mãe por sua aparência, sendo incompreendida a essência do ato, que é o pedido de ajuda materna com seus deveres escolares.

Entende-se que a “desobediência” acontece quando o desejo de Lorena é mais forte do que as ordens de sua mãe, pois algumas delas a privam de fazer aquilo que a deixa feliz, que é brincar. Nessa perspectiva, durante a complementação de frases, ela relatou:

Pesquisadora: *Fico triste...*

Lorena: [respira fundo] *...quando minha mãe... minha mãe não deixa eu brincar!*

Pesquisadora: *Fico feliz...*

Lorena: *...quando minha mãe deixa eu brincar.*

Além disso, Lorena sente que, algumas vezes, as ordens da mãe não lhe parecem dignas de obediência:

Porque um dia, né? Eu tinha bicicleta. Aí, minha mãe falou assim, “Vai bem ali em cima de a pé.” Aí, eu fui lá, né? Eu teimei com minha mãe. [risos] Eu

peguei a bicicleta e saí. Eu saí lá pra cima. Não ouvi o que a minha mãe falou. Aí, depois, minha mãe foi, não viu minha bicicleta lá. Aí, ela foi lá me vê. Aí, depois, quando ela foi me vê, ela viu minha bicicleta lá, comigo. [...] Ah! [Peguei a bicicleta] porque eu queria. Não andava muito de bicicleta.

Compreende-se que Lorena encontra-se em conflito entre a sua impotência diante da autoridade materna e o seu desejo de não se assujeitar aos desejos dela.

Para Lorena, os cuidados com os filhos estão intimamente relacionados ao prover, ou seja, a família deve atender às suas necessidades materiais. Isso ficou nítido em sua fala quando afirmou que uma mãe cuida bem dos filhos quando

[...] fala assim, “Minha filha, no Dia das Crianças, eu vou comprar uma casinha de boneca pra você!”

A criança, antes concebida apenas como futura consumidora, na contemporaneidade, em decorrência da voracidade do sistema capitalista e de sua lógica do consumo, ganha visibilidade social por ser mais uma consumidora ativa (CASTRO, 2002). Santos e Grossi (2007) esclareceram que, por meio, principalmente da mídia televisiva, as crianças são expostas ao mercado especializado em produtos que ideologicamente são apresentados para satisfazer suas necessidades. Porém, tais necessidades são construídas pelo próprio mercado, para o qual a criança deixa de ser um sujeito de direito e se torna um objeto de lucros. As crianças das classes populares, mesmo que com pouco potencial de consumo por conta da baixa renda familiar, não estão excluídas do apelo ao consumo. Dessa forma, também buscam o senso de pertencimento e de inclusão social por meio da aquisição de produtos que lhes dão status.

Nesse sentido, em vários momentos, Lorena relatou seu desejo de possuir objetos de consumo, como brinquedos, guloseimas, entre outros. Contudo, nem sempre ou, ao que parece, com pouca frequência isso é possível. E em sua busca por obter tais objetos, a menina acaba sendo vítima de violência física, como se compreende em seu relato quando questionada porque a criança na história do seu desenho apanhava e chorava, como ela havia contado:

Porque... Porque as primas dela ganhavam um tanto de coisa, balinha, chiclete e não davam pra ela. Ela pedia pra mãe dela. O pai dela não tinha dinheiro. Aí, ela ficava... Pedia, pedia, pedia, pedia... Aí, o pai dela bateu nela, porque não tinha dinheiro pra dar pra ela.

Lorena descreveu outra situação que parece ocorrer com certa frequência. Por já saber que seu tio a agrada com dinheiro após agredi-la fisicamente, ela busca contato com ele como forma de ganhar esta recompensa, mesmo que para isto tenha de sofrer violência física:

Lorena: *Meu tio, né? Tem... Tem vez que ele... A gente só brinca com ele, né? Aí, ele vai lá, pega a chinela e dá um tapa em nós. Aí, eu começo a chorar. Aí, depois ele, "Aí, Lorena, vem cá. Desculpa viu?" Aí, ele me dá dinheiro. Aí, eu falo assim, "Obrigado, meu tio." Ele, assim, "De nada." Sempre assim.*

Pesquisadora: *O que você acha disso?*

Lorena: *Bom.*

Nessa situação, entende-se que Lorena naturaliza a violência física e, por vezes, a vislumbra como um meio de conseguir atender suas necessidades de consumo por meio do dinheiro que seu tio lhe dá.

A baixa renda familiar, que não chega a meio salário mínimo por mês, proporciona à família uma precária condição de vida, o que, a todo instante, está presente na vivência de Lorena. Ao contar uma história de violência física intrafamiliar sofrida pela prima, que ela chama de "menina", Lorena revelou seu desejo de interromper tal prática e também a escassez de bens para suprir as necessidades básicas de sua família:

Tem vezes que eu penso, assim, "Nossa! Se fosse eu, eu queria pegar aquela menina. Aí, eu arrumava outra casa e dava comida pra ela!"

Ao desenhar e falar da criança que não apanha da família, Lorena relatou que a violência física e a tristeza decorrente desta prática só foram cessadas e desculpadas porque ela ganhou um presente de aniversário de sua mãe:

É porque ela apanhava muito, né? Apanhava, apanhava, chorava, chorava... Ah! Mas, agora, tá feliz, porque foi o dia do aniversário dela. A mãe dela deu presente pra ela. A filha pediu desculpa pra mãe e a mãe pediu desculpa pra filha.

O que se pode entender é que Lorena vive uma situação de exclusão social em que seus desejos e necessidades materiais pouco podem ser atendidos. Em meio a isso, a violência física contra ela tanto pode ser uma prática para calá-la diante de seus desejos expressos aos pais, como um meio de satisfazer suas necessidades de consumo, que são construídas socialmente.

Porém, Lorena parece não se conformar com a violência física sofrida, porquanto transmite saber o que sente, inclusive o que pensa sobre a mãe e os familiares que cometem este tipo de agressão. No entanto, esse sentimento, não parece ser expresso claramente, pois a menina se utiliza de outros meios para comunicá-los.

Ao sofrer a violência, o primeiro sentimento que Lorena relatou foi a dor física. Por mais de uma vez, ela se referiu à sua dor e contou acerca da criança que se sente feliz quando a violência física deixa de acontecer na família:

Feliz, porque ela não sente mais a dor que a mãe dela batia nela. E agora, gosta do avô e da avó, né? Porque a avó batia neles.

Nessa fala, pode-se apreender outro sentimento de Lorena com relação a seus familiares que usam tal prática: deixou claro que, ao sofrer a violência física do avô e da avó, ela desgosta deles. Ceconello, De Antoni e Koller (2003) esclareceram que as famílias que cometem violência física contra crianças tendem a construir uma relação emocionalmente distante e que a rejeição entre seus membros é intensa.

Com relação à violência física cometida pela mãe, Lorena foi ainda mais enfática:

Ela acha que a mãe é chata! Num... é isso. [...] Tá sentindo emburrada! [...] Ela chora e... Chora, chora e soluça. E... Falou assim, "Nossa! Nunca mais eu vou gostar da minha mãe!" Isso, assim.

O fato de se sentir emburrada, citado por Lorena nessa fala, foi relatado por ela reiteradas vezes, parecendo ser uma forma de demonstrar sua insatisfação de ser vítima da violência física da mãe, assim como o chorar, que é uma vivência e uma demonstração intensa de seus sentimentos.

Ao contar a história de uma criança que não sofre mais violência física da mãe, Lorena falou da raiva que sente quando é castigada fisicamente:

Lorena: *Ela até não existia mais raiva da mãe dela, porque a mãe dela batia nela. Batia, batia... Mas, agora, tá feliz, porque a mãe dela não bate nela mais.*

Pesquisadora: *Ela sentia raiva?*

Lorena: *Sentia. Sentia muito!*

Pesquisadora: *E como ela ficava quando sentia raiva?*

Lorena: *Ela ficava com dor na cabeça. Tá passando mal.*

A raiva que Lorena sente é tamanha que ela a expressa por meio de sintomas somáticos. Igualmente, o medo que tem de apanhar da mãe é outro sentimento que se apresenta com tal intensidade que lhe causa tremores. Portanto, quando ela “desobedece” às ordens da mãe, começa a tremer de medo:

Eu fico assim, tremendo de medo. Eu falei, “Se minha mãe vê, ela vai sair de vara aqui pra me bater!”. [...] Porque ela mandou eu não arrancar e eu fui lá e arranquei [a casca de cicatrização do seu machucado na pele].

Sentimentos de raiva, tristeza e medo também foram apreendidos por Costa (2004) em sua pesquisa com crianças vítimas de violência física intrafamiliar. Ao sentir medo da violência física, algumas vezes, Lorena também transmite seu arrependimento por ter violado a ordem de sua mãe, pois sabe que vai sofrer o castigo físico como consequência do seu ato:

Eu falei assim, “Nossa! Meu Deus, por que eu fiz isso? Eu teimei com minha mãe! Nossa!” Eu tava tremendo, já. Aí, depois que ela me bateu... [risos]

Assim como foi possível compreender na fala de Lorena, Costa (2004), em sua pesquisa com crianças que também sofreram violência física intrafamiliar, apreendeu profundo sofrimento nelas e sentimentos como raiva, tristeza, insegurança e medo com relação ao agressor.

Todos esses sentimentos verbalizados por Lorena e alguns nomeados por ela caracterizam o que Sawaia (1999, p. 104) denominou sofrimento ético-político, que se conceitua como um tipo de sofrimento que “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Consequentemente, como pertence a uma sociedade que historicamente concebe a criança como um ser inferior que deve ser subordinado à sociedade adultocêntrica em que vive, principalmente por meio da violência física, Lorena demonstrou, a partir de sua fala, o sofrimento que isto lhe causa.

b) A família ideal

Esse núcleo de significação emergiu, em sua maior parte, enquanto ela desenhava e relatava sobre uma criança que não apanha da família. Compreende-se que essa família que não bate na criança é tão distante da realidade de Lorena que ela a idealiza como aquilo que, para ela, seria o melhor, como o fim da violência física e ser presenteada com brinquedos, guloseimas, sapatos e um cachorro, enfim, coisas que ela almeja.

Após Lorena enumerar os presentes que a criança que não apanha recebeu de seus familiares, contou sobre como a menina se sentia:

Lorena: Feliz. [...] E agora, gosta do avô, da avó, né? Porque a avó batia neles e a mãe comprou brinquedo pra ela, porque ela [a mãe] tá feliz! Só isso.

Pesquisadora: E o que ela acha da mãe que não bate?

Lorena: Eu falo assim, "Mãe, desculpa, viu? Mãe, pra eu não xingar assim. Mas, eu nunca mais eu vô te xingar!" É isso.

A partir dessa fala entende-se que, além do presente ser uma forma de comemorar, celebrar a felicidade, também é sentido por Lorena como algo que a deixa feliz por ser atendida em seus desejos e, portanto, ela retribui na forma de sua obediência à mãe.

Costa (2004) chegou a uma constatação semelhante quanto às crianças vítimas de violência física intrafamiliar que foram sujeitos de sua pesquisa. Elas também idealizavam sua família ao expressar o quanto gostariam que seus pais não cometessem mais tal violência. Alguns dos sujeitos, mais especificamente três entre sete deles, também enfatizaram desejar uma família com melhores condições financeiras, de tal maneira que pudesse responder aos seus anseios de adquirir bens materiais. Dessa forma, a família seria harmoniosa e "normal", como relatado por uma das crianças.

Em outro momento, Lorena novamente expressou a felicidade de não sofrer violência física, mas tendo o pai como ex-autor. Acrescentou que tal felicidade em não mais sentir a dor da violência é comemorada com objetos de consumo:

O tio é... Tá feliz. [...] Que o pai não bate nas filhas. Aí, ele vai... Comprou também um presente pra menina, que era aniversário dela. Tem uma boneca bem aqui dentro [do embrulho do presente].

Conclui-se que a idealização da família que não comete violência física contra crianças é clara ao se constatar que, na fala de Lorena, os membros da família estão felizes, harmoniosos e com boa condição financeira para atender às necessidades materiais da criança, produzidas pela sociedade de consumo.

3.2 Família Pereira

Nesta família, foram entrevistados quatro sujeitos, sendo um representante da primeira geração, um da segunda e dois da terceira.

Faz-se importante pontuar que no dia em que a pesquisadora e seus colaboradores foram até a casa da família fazer a primeira visita de apresentação pessoal e da pesquisa, as crianças não estavam. Assim, primeiramente, a avó e a mãe foram convidadas a participar do estudo e, prontamente, se colocaram à disposição.

Foi explicado a elas que a intenção inicial seria convidar Patrícia, pois ela havia participado da pesquisa matriz e, por este motivo, os pesquisadores possuíam sua ficha de inscrição na Escola de Circo com os dados que permitiram aquele primeiro contato. Porém, a mãe, Adriana, logo questionou se Renato não poderia participar no lugar de Patrícia, pois ele estava “dando mais trabalho” e, por intermédio da pesquisa, poderia melhorar. A mãe e a avó foram, então, informadas que a presente pesquisa não tinha o objetivo de intervenção, como a pesquisa matriz, mas que ambos poderiam ser convidados a participar, porquanto não haveria nenhum impedimento em ter duas crianças representando a terceira geração daquela família. Diante disso, ficou combinada uma próxima visita para esclarecimentos e para perguntar às crianças se gostariam de participar; em caso afirmativo, naquela mesma visita seriam assinados os termos de consentimento e ocorreriam as entrevistas. Assim sendo, na segunda visita, após os esclarecimentos, as crianças aceitaram participar deste estudo e foi dada sequência aos procedimentos.

3.2.1 Primeira geração: Rosa Pereira

Ao analisar a fala de Rosa, foi possível distinguir dois núcleos de significação: a) a indispensável violência física na educação dos filhos; b) as duas faces da violência física.

a) A indispensável violência física na educação dos filhos

Neste núcleo, fica clara a relação de poder entre as gerações, a dominação do mais forte – o adulto – sobre o mais fraco – a criança. Os pais, de acordo com Rosa, possuem o direito de castigar seus filhos, até porque, por meio da violência física se constrói uma relação de medo e, portanto, de respeito da criança para com os pais. Para a avó:

Tá igual hoje, assim... Eu vejo o pessoal falando que os pais não podem dar nem uma cintada nos filhos, uma varada. Tá errado! Eu acho que é errado, porque diz que filho não pode ter medo. Porque quem tem medo, tem respeito. Porque, se não tiver medo, não tem respeito.

Portanto, para Rosa, a violência física serve como um instrumento de imposição de seu poder e das regras sobre seus filhos, uma vez que o medo de apanhar gerado nas crianças as impede de cometer atos que são considerados errados pela mãe. Ao ser questionada sobre a razão pela qual se utilizava da violência física na educação de seus filhos, ela prontamente respondeu:

Pra eles ter medo. Pra eles ter medo, mesmo! Pra quando eu falasse, eles sabiam que, se eles continuassem, eu ia bater!

O uso da violência física revela a perda de autoridade dos pais perante os filhos. Portanto, quando os pais não sabem lidar com uma situação, se veem obrigados a tomar uma atitude autoritária para coibir a ação indesejada dos filhos (LINHARES, 2004; ROURE, 2006). Entretanto, não se pode pensar que essa medida empregada pelos pais seja consciente, devendo-se retomar o conceito de violência física neste trabalho, a qual também pode ter uma natureza inconsciente.

Para Rosa, é legítimo o uso de violência física contra crianças para pessoas que cumprem determinados papéis sociais, como o pai, a mãe, os policiais. No caso

do pai ou da mãe, ressalta-se a construção sócio-histórica desses papéis, outorgando-lhes o direito de exercer a violência física contra seus filhos, pois têm poder sobre eles, o qual lhes deve ser imposto por meio da força física. Isso pode ser verificado na seguinte fala de Rosa:

Eu vejo esses menino no colégio, aí, xingar professor. A polícia chega, xinga a polícia. Quando a ROTAM chega, eles se aquietam. Por quê? Porque eles têm medo da ROTAM. Porque a ROTAM quebra o pau neles. Então, acho que umas varadas pra sentir que a pessoa [os pais] pode, acho que isso é válido.

Apreende-se a partir dessa fala que há uma tentativa de controle social por meio da violência física, o que, segundo Costa (2004), é uma prática comum no mundo ocidental que acaba por legitimar o uso do castigo físico.

Contudo, a violência física também é sentida por Rosa como um mal necessário tanto na sua própria educação quanto na educação que ofereceu a seus filhos. Mesmo que em alguns momentos a violência física lhe causasse, e ainda cause, sofrimento, ao ser vítima ou agressora, Rosa parece encontrar nesta forma de educar a única possibilidade de ser diferente de “nada” ou de os filhos nunca serem detidos pela polícia. Por conseguinte, ao ser questionada sobre sua opinião acerca da educação que recebeu dos pais, Rosa fez a seguinte afirmação:

Olha, como educar, foi bom. Foi muito bom, porque, se eles não me educassem assim, o que seria eu hoje? Eu não seria nada! Não tá no lado, assim. Porque eu fiquei sozinha com 21 anos, com três filhos pra tratar. Já pensou se eles não me educassem assim? Eu tinha caído nas drogas, na prostituição, largado meus filhos pro lado. Como estariam meus filhos hoje? Não é? Então, foi muito bom. Foi, assim... Uma parte doída, depois a doída, mas foi muito bom, que eu amadureci. Que eu com 21 anos já era dona da minha vida.

Nota-se o sofrimento relatado por essa avó, uma vez que todas as partes da sua própria educação foram “doídas”. Entrementes, em acordo com sua compreensão dos fatos, tal sofrimento foi recompensado, pois obteve um bom resultado, corroborando a ideologia de que o fim justifica os meios. Como apontou Arendt (1985), parece que a violência se justifica pelo seu resultado positivo.

Rosa é convicta de que, se não fosse a violência física sofrida em sua própria educação e cometida contra seus filhos, tanto ela quanto eles teriam suas vidas determinadas pela ilegalidade e amoralidade, como denotou em sua fala:

Meu pai me deu uma surra de vara porque eu roubei uma cabeça de boneca, né?! [...] Então, foi muito bom e assim eu fiz com os meus filhos.

Foi semelhante a isso. Meu filho mais novo, uma vez, roubou um carrinho num supermercado. Eu dei umas varadas nele e fiz ele entregar lá, de volta. [...] E foi muito bom, porque meu filho nunca teve problema de roubo. Se eu não tivesse feito aquilo, ele ia, roubava um carrinho, outro dia ele roubava outra coisa, outro dia ele ia lá e roubava o caixa do... supermercado, né? Então, foi essa a criação, à semelhança do que eu fiz com meu filho. E faço com meus netos, se for preciso. Se eles fizerem, pode ter certeza que eu vou dar-lhes uma surra e levar eles aonde eles pegaram.

Em sua pesquisa com pais que cometiam violência física contra seus filhos, Sousa (2001, p. 89) constatou um modelo de família muito presente em nossa sociedade que é a família “pobre, porém honesta – portanto guardiã da moral e dos bons costumes”. Isso pode ser identificado na afirmação de Rosa de que, para resguardar esses valores morais em sua família, utiliza violência física, de modo a disciplinar o corpo e a mente de crianças e adolescentes.

Mas, tal violência cometida por Rosa também lhe causava sofrimento, porquanto embora acredite que estava fazendo o melhor para corrigir as atitudes dos filhos, também se sentia entristecida ao usar a violência física, uma vez que, como comentou, não gosta de bater em criança:

Aaaah! Sentia triste demais. Ficava muito triste. Eu chorava. Não deixava eles verem, mas eu chorava de tristeza. Eu não queria fazer aquilo, mas eu era obrigada, porque... Pra eles não continuar a fazer coisas erradas.

É importante salientar que Rosa deixou bem clara sua referência de educação a partir da forma como foi criada por seus pais. Desse modo, como essa foi a única opção conhecida e vivenciada por ela, provavelmente em várias situações de sua vida, Rosa não tem outra solução senão proceder à educação de filhos e netos por meio da violência.

b) As duas faces da violência física

Este núcleo de significação, que emergiu durante a entrevista de Rosa, expõe as ambivalências decorrentes da violência sofrida e perpetuada. Nesse contexto, ela comentou sobre os momentos em que considerava correto apanhar e, portanto, justo, pois estava sendo ensinada a se comportar. Todavia, também relatou os momentos em que apanhava injustamente, aqueles em que era usada como um objeto para extravasar a raiva de sua mãe, o que lhe causava revolta.

Com relação às vezes em que apanhou injustamente, Rosa as relacionou apenas à sua mãe, porquanto, segundo ela, a mãe “era muito brava” e a usava como válvula de escape de seu nervosismo:

Porque minha mãe, no dia que ela tava nervosa, ela batia. Mas, acho que também é pela luta, porque num... Eu, hoje... Olha, pra mãe criar dois filhos já tem dificuldade, imagina uma pessoa com 12 filhos dentro de casa.

Com base nessa fala de Rosa, pode-se discutir a relação entre a vulnerabilidade social e a ocorrência de violência física contra crianças. Entretanto, deve-se tomar cuidado para não estigmatizar as famílias pobres como violentas, ou tampouco defender a relação de causalidade entre pobreza e violência. Nesse sentido, Carvalho e Almeida (2003) esclareceram que, tanto no que se refere a bens materiais como culturais ou simbólicos, a pobreza vivida por famílias de classes populares afeta a convivência familiar e sua organização, deixando-as mais vulneráveis à ocorrência de conflitos e violência em geral e, mais especificamente, contra crianças.

Mesmo que Rosa tente compreender uma possível razão para a sua mãe cometer tal violência, o sentimento que predomina é mesmo o de ser vítima da mãe nervosa e que batia nos filhos sem um real motivo. Assim ela relatou com relação a um episódio em que sofreu violência física:

Queria falar pra ela, perguntar o por quê, né? Porque eu apanhei e não sabia o por quê. E até hoje, tenho 50 anos, e nunca vou saber.

Mesmo com seu sofrimento intenso, que transparece nessa fala, para Rosa, existem as ocasiões em que a violência física é necessária, as quais ela relaciona aos momentos em que seu pai a estava corrigindo, pois tinha feito alguma “arte”, como afirmou:

Quando a gente fazia uma arte, fazia uma coisa errada, né? Que eles estavam corrigindo, assim. Igual meu pai. Meu pai me bateu duas vezes. Eu acho supercerto, né? Que ele fez. Agora, minha mãe, não...

Suas palavras demonstram, mais uma vez, que o bater que Rosa sente como inadequado é atribuído à sua mãe, pela forma violenta empregada, por se sentir usada por ela para aliviar suas tensões e por não saber a razão de estar apanhando. No entanto, as ocasiões em que apanhou do pai são sentidas como corretas, pois ela estava sendo corrigida e havia explicações dos motivos pelos quais estava apanhando. Diante desse cenário, Rosa dá outro nome à violência sofrida:

Meu pai explicava. Minha mãe explicou uma vez só [risos]. Meu pai explicava todas... As duas vezes que ele me bateu, ele bateu explicando. Enfim, num bateu, mas deu umas varadas e explicou por que. [...] Aí, eu refletia, eu pensava. Porque eu acho que isso não tem um pensamento mais forte do que você pensar, assim, que a pessoa tá fazendo uma coisa com você, te educando... Você pensa. Não tem como.

A partir desse relato de Rosa, é possível mencionar que um dos fatores que pode gerar a violência é justamente “a crença dos pais de que a punição corporal dos filhos é um método educativo e uma forma de demonstrar amor, zelo e cuidado” (CUNHA, 2004 apud FRANCISCHINI, 2003, p. 75).

Compreende-se que, na concepção de Rosa, o certo e o errado em relação a sofrer violência física vão além da quantidade de atos violentos, perpassando, principalmente, por sua qualidade, ou seja, como se dá esta violência e a relação estabelecida entre a vítima e seu autor, no presente caso, entre ela e cada um de seus pais.

No transcorrer da entrevista, Rosa revelou, em alguns momentos, ser agradecida por apanhar e aprender o que é certo, mas também, em outros, afirmou que a violência física provocou-lhe profundo sofrimento. Sobre um episódio em que sofreu grave violência física da mãe, Rosa relatou, intensamente, o ocorrido e seus sentimentos com relação a isto:

Minha mãe me deu uma surra. Eu tinha 9 anos. Eu queria perguntar pra ela por que ela tinha me batido. Aí, ela... Ela não deixou. Então, essa palavra, assim, ela ficou muito marcada, porque eu queria saber o porquê! Porque eu não sabia! Eu tinha vindo da roça. Nós já estávamos na colheita. Era mês de maio. Aí, chegando da roça, cansada, com 2 ou 3 minutos já começou a me bater. Aí, depois, passava. Fui perguntar pra ela, “Mas, por quê?” Ela não quis me falar e me bateu, sabe? Então, é a palavra, assim, que... Que eu queria saber o porquê. Então, eu acho que os pais têm obrigação de... de... de escutar os filhos. Têm obrigação! Sabe? Desculpa que... [se emociona]. E foi uma surra, assim, que fui parar na farmácia... E machucou muito!

A partir deste fragmento, pode-se apreender que, além da dor física que Rosa contou sentir quando apanhava de sua mãe, existe também a dor emocional, pois não foi “escutada” em seu apelo por querer saber o motivo de estar apanhando.

O ciclo da violência citado por Costa (2004) e igualmente constatado por Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004) em sua pesquisa, na qual as crianças que apanhavam dos pais tinham o sentimento de revanche, entre outros, também foi

relatado por Rosa, que colocou claramente seu desejo de bater na mãe quando ela a submetia à violência física:

Ah! Minha mãe... Sinto revolta! Eu tinha vontade de ir nela e bater nela também [risos]. Eu tinha muita revolta quando ela batia em mim daquele jeito.

O mesmo ocorreu ao ser questionada se tinha vontade de fazer algo quando apanhava da mãe:

Ah! Tinha! Tinha vontade de bater também [risos]. Bater na minha mãe, que ela me batia e dava vontade de bater nela, né? Assim, quando ela batia muito. Gostava não, mas era assim... Só era coisa de momento. Passava, passava e...

A forma de resolver os problemas por meio da violência física parece ter sido internalizada por Rosa, uma vez que, ao se sentir incomodada por apanhar, mostrou seu desejo de interromper a sua “revolta” por meio de uma atitude também violenta, o que reforça, mais uma vez, o ciclo da violência (COSTA, 2004; VENTURINI; BAZON; BIASOLI-ALVES, 2004). Ao falar da educação de seus filhos e ser questionada se imaginava o que eles sentiam quando ela batia neles, Rosa afirmou:

Ah! Muita raiva também, eu acho [risos]. Porque sente... Não existe. Quem apanha, fica revoltado, chateado na hora, né? Fica muito nervoso! Fica. E a santidade é só com Jesus, porque maior, não tem, não!

Rosa pareceu compreender e sentir empatia pelos filhos, por já ter experienciado tal violência. Contudo, contraditoriamente à raiva, à revolta de se sentir desrespeitada e ao sentimento de revanche, Rosa também garantiu que, certa vez, se sentiu feliz quando sua mãe a estava educando por meio do castigo físico. Isso porque sua mãe não a usou como objeto para extravasar sua raiva e explicou a ela o porquê de a estar castigando. Sobre esse aspecto, Rosa apontou:

Teve uma vez que ela bateu em mim que eu fiquei feliz dela bater. Ela bateu explicando porque eu tava apanhando. Esse dia, eu senti feliz, porque eu não [ia] apanhar outra vez do que eu fiz, né? Mas, tinha vez que minha mãe batia... Sei lá! [...] Ela explicou porque eu tava apanhando. Outra vez, não! Meteu o pau! Ficava nervosa e batia. Só mesmo pra extravasar, né?

Porém, nesta fala o sentimento que fica implícito, ou seja, que está no subtexto, é o ressentimento com a mãe que a usava, que a desconsiderava como pessoa. Mesmo que Rosa tente negar isso conscientemente em alguns momentos, os tais ressentimentos sempre retornam.

3.2.2 Segunda geração: Adriana Pereira

A partir da fala de Adriana, foi possível apreender dois núcleos de significação: a) como criança/educada; b) como adulta/educadora.

a) Como criança/educada

Como já relatado, os pais de Adriana se separaram quando ela era ainda criança. Diante dessa situação, ela e seu irmão mais velho moravam ora com a mãe, ora com o pai e a madrasta. As relações estabelecidas em cada um desses contextos foram significativas para a construção dos sentidos da violência física sofrida, como ela própria desvelou:

[...] eu lembro dum período muito grande com meu pai. Até mais do que com minha mãe. Assim, na infância. Então, foi difícil, porque as coisas boas, a gente passa e a gente lembra, mas não fica ali martelando, né? E o difícil já fica lá...

Em alguns momentos de sua fala, Adriana expressou a rejeição e o abandono relacionado à questão de gênero, pois, por ela ser a única menina da família, pensa que mereceria cuidados especiais. Entretanto, sente que foi tratada de forma contrária ao seu desejo. Portanto, os maus-tratos e a violência física se tornaram ainda mais significativos, uma vez que lhe tiraram o que ela tem de especial e diferente dos irmãos – o gênero feminino. Dessa forma, toda a violência sofrida a fez se sentir rejeitada e abandonada pelos pais e pela madrasta. Nessa perspectiva, ao falar do pai e de sua companheira, desabafou:

Meu pai não tinha filhos com ela. Porque eu lembro da gente bem pequenininhos morando com ela. Então, ela me tratava superbem, né? E tudo eu era a menininha da casa. É, também meu pai só teve eu de filha, né? Ele teve mais uma filha, mas... Criada com ele, só foi eu. Então, quando ela engravidou do meu primeiro filho... do primeiro filho dela, aí, ela isolou. Me isolou. Então, assim, com meu irmão mais velho, até que ela tinha um pouquinho de carinho. Mas, comigo ela não tinha! Ela falava que eu parecia com a minha mãe [...] Ela me xingava [...]

Adriana discorreu entristecida, e em tom de revolta, sobre o tratamento diferenciado que ela e seu irmão tinham na casa de seu pai. Em sua concepção, lá ela era privada de certas coisas, o que não ocorria com os outros membros da

família. Por algumas vezes, chegou a ser castigada pelo pai, levando a culpa por certos atos que lhe eram proibidos, mas que ela não havia cometido:

Às vezes, se a gente tivesse um doce na geladeira e a gente ia comer, ela [a madrasta] pegava aquele doce. Tanto ela como meu pai, também. Meu pai era muito ruim. E colocava pimenta malagueta pra gente comer! Pimenta com doce! Pra gente não mexer na geladeira, sabe? Sempre, assim, a gente tinha muita restrição na casa. A gente não podia andar pela casa. A gente não podia assistir [TV]. Só quando eles queriam, entendeu? Era assim! Então, o meu irmão mais novo, que era do casal, deles, né? Que era do meu pai e dela. Então, ele tinha totalmente liberdade. Ele podia fazer isso, aquilo e a gente não podia. Ele pegava uma coisa e ele mexia naquele trem, lá. E ele, meu pai, perguntava. E ele já vinha e falava assim, "Foi o Roberto ou foi a Adriana". Então, meu pai não queria saber se foi ou não. Já pegava e aquilo já era motivo de apanhar. E aí, apanhava [...] Eu, às vezes, assim, a gente queria comer uma coisa. Via o que todo mundo tava comendo. Mas, a nossa comida... Até a nossa comida! Nossa refeição era diferenciada da casa deles. Não era igual.

Além de se sentir rejeitada pelo pai e pela madrasta, Adriana também se sentia abandonada pela mãe, que a deixava, juntamente com seu irmão, na casa do pai, onde ela sofria violência física, psicológica, entre outros tipos de maus-tratos. Assim ela relatou:

Na minha adolescência, eu não aceitava minha mãe, sabe? Eu não tinha amor de mãe por ela... Eu vim, assim, amar minha mãe, mesmo, acho que depois que eu tive a Patrícia. Aí, eu fui entender, né? O que é ser mãe... Que minha mãe não deixou a gente. Porque, até então, não tinha essa conversa. Porque minha mãe deixava a gente com meu pai. Porque lá, a gente sofria demais! Sofremos muito, eu e meu irmão. Humilhação, sabe? Apanhava. Meu pai espancava, mesmo! Minha madrasta, inclusive, espancava. Eu era muito doente...

Em adição aos maus-tratos e à violência física, o pai e a madrasta, segundo Adriana, faziam comentários contra a imagem de sua mãe, o que parece ser um ato de alienação parental²³. Esse tipo de violência causou tamanho sofrimento a Adriana, que dificultou sua aceitação da mãe, como mostrou sua fala acima, pois se sentia abandonada por uma mãe amoral, o que é corroborado por sua seguinte colocação:

[...] Minha madrasta, o período que a gente tava com ela, "Sua mãe não presta! Sua mãe faz isso. Sua mãe não vem te buscar, porque sua mãe tá no prostíbulo". E falava várias coisas. Então, foi passando aquelas coisas pela minha cabeça. Então, como minha mãe nunca tinha sentado e falado o motivo... [de deixá-los na casa do pai]. Porque, até então, a gente não sabia. E era assim. A minha mãe era uma pessoa que ela nem se defendia.

²³ Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010a).

O meu pai falava... E minha mãe num... num... num se defendia. Então, minha madrasta falava e minha mãe não se defendia. Então, a gente achava que tudo aquilo que eles falavam era verdade. Então, eu olhava, assim, pra minha mãe e falava assim, “Ah! Minha mãe não me levou porque minha mãe tava num prostíbulo. Minha mãe não [me] queria. Eu sou a única filha mulher, mas minha mãe não gostava de mim”.

Adriana também sinalizou a falta de comunicação entre seus pais e ela, pois a razão de sua mãe deixá-la na casa do pai não lhe era informada; tampouco ela era questionada sobre seu desejo e seus sentimentos com relação a tais mudanças.

Com base no depoimento de Adriana, compreende-se que o relacionamento vigente entre ela, seus pais e a madrasta se caracterizava como uma relação sujeito–objeto, estabelecida pelo adulto e imposta à criança, em que o primeiro extingue na segunda o direito de ser tratada como pessoa, como sujeito. Esse tipo de relação se torna claro na vivência de Adriana quando se verifica que dela foi retirado o seu direito de falar, de se defender contra falsas acusações, de dar a sua versão dos fatos e até de expressar seus sentimentos e desejos com relação à sua própria vida. Enfim, não lhe foi garantido o direito à liberdade de constituir uma relação entre sujeitos, de não ser tratada como um objeto dos desejos dos pais e da madrasta. Com relação a esta última, Adriana relatou que apanhava dela sem motivos e que acredita que ela a usava para extravasar as frustrações que tinha com o companheiro, o pai de Adriana:

A gente sofria, porque minha madrasta era muito ruim. Meu pai saía, era mulherego. Então, deixava a gente com ela. Então, ela... Acho que ela ficava nervosa e descontava tudo, as frustrações dela, com a gente. Batia, punha de castigo, né? Humilhava...

Além de ser um objeto da madrasta, Adriana sente mágoa do pai, pois ele, por qualquer razão, ou mesmo sem razão, impunha intensos castigos físicos a ela e lhe tirava o direito à defesa, o direito à fala:

Agora, meu pai, ele batia. Ele conversava, mas primeiro ele batia. Espancava, independente, assim, de ter motivo ou não. Por exemplo, a gente... aconteceu alguma coisa na rua e, tipo assim, às vezes, ele chegava e num perguntava o porquê, não! Nós já... Era chegava do colégio, eu apanhava! Já falava assim, “Entra pro banheiro e tira a roupa. Vocês vai apanhar pelado”. Entende? Aí, ia... E não tinha motivo! Qualquer motivo, pro meu pai, era motivo de bater. Já chegava batendo [fala baixo]. [...] Tinha coisa que a gente nem sabia o porquê que tava apanhando. Que a gente tinha tanto medo.

Mesmo que Adriana, em nenhum momento, use a palavra “objeto” para descrever sua relação com os pais e a madrasta, repetidas vezes seu discurso

remete a tal sentido. As idas e vindas de Adriana e seu irmão entre a casa do pai e a casa da mãe sempre aconteceram de forma obscura e eles não tinham ideia da razão da mudança e por quanto tempo ficariam com um ou com outro. Mesmo depois de adulta, Adriana parece ainda não ter clareza do que acontecia, como se depreende em sua fala:

Ele [o pai] chegava e buscava nós e ali levava. E a gente ficava um ano, dois anos com ele. Então, eu não sabia se ele conversava com a minha mãe por telefone, nem nada. Aí, meu pai falava que a minha mãe não queria nós, que a minha mãe abandonava, sabe? Aí, passava um pouco, minha mãe [risos] voltava lá e buscava a gente... Aí, meu pai tornava a ir buscar. Então, era assim, sabe? Não tinha conversa! Perguntava se a gente queria ir? Se a gente não queria? Era pegava e pronto! [...] A gente queria fugir de casa, eu e meu irmão mais velho, porque a gente não entendia porque ele [o pai] vinha e buscava. A gente ficava um ano lá. Então, aí, nesse período de um ano, a gente não via minha mãe. Então, na nossa cabeça, minha mãe abandonou. Porque quando a gente tava com minha mãe, minha mãe era aquela pessoa carinhosa, amorosa e tudo. Então, quando ela... quando meu pai buscava, isolava totalmente. Então, a gente perdia todo aquele vínculo que a gente tinha, entendeu? Então, a gente... ficava.

Tais mudanças causavam grande estranhamento e desentendimento acerca do que realmente estava ocorrendo, pois parecia que estava indo tudo bem com a mãe, que era amorosa com os filhos. Mas, sem nenhuma explicação e cuidado com os filhos, a mãe os deixava com o pai e a madrasta, em um contexto no qual Adriana afirmou ser “muito difícil” ficar. Assim, seu relacionamento com os pais se converteu em uma relação sujeito–objeto, em que o adulto, por ter maior autonomia social e física, se dirige à criança com autoritarismo e anula nela seus sentimentos e desejos (GUERRA, 1998).

Ao ser questionada sobre os seus sentimentos quando sofria violência física praticada pelo pai e pela madrasta, Adriana transmitiu-os com intensa veracidade no seguinte comentário:

Eu tinha ódio! Eu tinha... Eu e meu irmão... Inclusive, quando a gente era pequeno [...] Então, a gente tava, assim, já cansado daquela vida! Então, a gente pegou e arrumou nossa mala. E a gente via televisão, aqueles povo, lá em São Paulo. E a gente escreveu uma carta. E nessa carta, a gente dizia que a gente ia embora. Mas, a gente ia voltar com 16 anos pra matar meu pai e minha madrasta. Nosso sonho! Nós dormíamos e falávamos que nós íamos voltar e matar os dois. E da minha mãe, a gente não falava. Mas, também, a gente não queria ver. Então, a gente queria fugir, né? Então, a gente ficou acumulando aquele trem na nossa cabeça.

Tais sentimentos relatados por Adriana podem ser explicados pelo ciclo da violência, pois como Costa (2004) e Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004)

asseveraram, crianças que sofreram violência física subjetivam esta forma de solução dos problemas e, assim, quando têm de lidar com situações ou sentimentos desagradáveis, reagem com atitudes também violentas.

Além do ódio sentido por Adriana, ela relatou o medo intenso que tinha do pai, pois, a qualquer momento, este poderia castigá-la sem que ela ao menos soubesse o motivo, ou sem ser questionada acerca de algum comportamento que o desagradara. Isso tornou a violência um elemento surpresa, deixando-a alerta com relação à presença do pai, como ela descreveu:

Eu lembro. Ela [a madrasta] conversava com meu pai. Alguém ia lá, reclamava, fazia alguma coisa, meu pai já mandava a gente tirar a roupa... Tirou nota vermelha, apanhava. Não fez aquilo, apanhava. Às vezes... Tem vez já de meu pai chegar de madrugada e ela contar coisas que nós nem sabia! [...] Porque, quando a gente escutava o barulho do carro ou da moto do meu pai, a gente [fala baixo] já ficava ali quietinha, sabe? Tinha medo demais!

A violência dirigida a Adriana, em suas várias formas, prejudicou severamente uma relação afetuosa com o pai, com a madrasta e, até a idade adulta, com a mãe. O conflito entre os sentimentos de amor e ódio, de amor e mágoa pelo pai tornou-se evidente durante a complementação de frases:

Pesquisadora: *Eu gostava...*

Adriana: *... de meu pai... Não! Do Roberto!*

A mudança de sujeito nessa frase permite constatar a ambiguidade de sentimentos para com o pai, de quem ela tanto gostava, porém que também tanto odiava, do qual sentia mágoa e medo por tratá-la violentamente, como se verificou em suas falas anteriores.

Faz-se importante considerar que Adriana e seu irmão queriam matar o pai e a madrasta por conta da violência perpetrada por eles. Todavia, sua mãe também cometia violência física contra eles, mas, na perspectiva de Adriana, alguns eram castigos merecidos, conforme seu relato:

Da minha mãe, algumas surras eram bem merecidas, porque eu era muito danada, né? Então, assim, quando minha mãe deu muita liberdade, também, aí eu aproveitei e extrapolava.

Apesar de Adriana sentir que algumas surras foram merecidas, também confessou que não gostava de apanhar da mãe; porém, neste caso, a violência se

tornou naturalizada, uma vez que, em sua opinião, a mãe a estava educando, o que justifica o emprego desta prática.

b) Como adulta/educadora

Em vários momentos da entrevista, Adriana revelou sua dificuldade em educar os filhos, principalmente no período em que esta pesquisa estava sendo realizada. Na ocasião, ela estava em processo de mudança interna, buscando educar os filhos sem o uso de violência física, pois cerca de três meses antes havia feito um compromisso consigo mesma e com as crianças. No entanto, para ela, isso não estava sendo fácil, pois o processo não envolve apenas ela mesma, mas a relação com os filhos e, principalmente, sua história de vida.

Conforme contou Adriana, a frequência da violência física que praticava contra seus filhos chegou a tal ponto que isto a remetia à educação que recebera do pai:

Porque algum tempo atrás eu tava, assim, fazendo igual o meu pai fazia, sabe? Qualquer coisinha, eu batia. Hoje, não. Hoje, eu só raro... Às vezes, assim, os meninos tão fazendo alguma coisa e eu já dou um tapinha, sabe? Eu tento me controlar, mas quando eu vejo, já deu. Assim, não é bater, mas é dando um tapinha, sabe? Mas, algum tempo atrás, eu tava, assim, igual o meu pai, sabe? Hum, qualquer motivo, eu já me estressava e já batia.

Fica evidente nessa fala que a educação por meio da violência física é tão cristalizada, tão arraigada em sua subjetividade, que passou a ser uma atitude cotidiana e espontânea na tentativa de resolução dos seus problemas com os filhos. Consequentemente, Adriana se pegava dando “um tapinha” por qualquer atitude “errada” deles. Ressalta-se que, para ela, o “tapinha” é qualitativamente diferente do bater, porquanto ela expressou que não “bate”, mas usa “tapinhas”.

Não obstante, mesmo que Adriana afirme que não batia nos filhos há mais ou menos três meses, deixou transparecer em algumas de suas falas que, em certos momentos ou mesmo raramente, como ela frisou na fala anterior, ainda usa este método. À vista disso, a contradição em sua fala pode estar ocorrendo pela dificuldade que sente em abandonar definitivamente esse artifício na educação/criação das crianças, mesmo desejando não mais fazer uso dele, pois, ao

que parece, lhe faltam referências de figuras democráticas na educação dos filhos. Mais do que isso, Adriana pertence a uma sociedade estruturada por hierarquias, em que um indivíduo exerce dominação sobre o outro considerado mais fraco, seja fisicamente, seja socialmente.

Além da frequência, Adriana destacou o processo de intensificação da violência que vinha cometendo contra os filhos, ou seja, o grau da violência estava aumentando com o passar do tempo, atingindo tal ponto que ela não mais se reconhecia, mas enxergava um reflexo do pai:

Eu acho que agressão vai gerando agressão. Porque, assim, no começo, eu batia com uma varinha. Aí, depois, eu pegava uma chinela. Aí, até de vezes, assim, que eu ver eu com pau na mão, sabe? E parecia que a... Naquela hora, não era nem eu! Era tipo, tudo o que meu pai fazia comigo, eu tava repetindo, passando, entendeu? Aí, foi que eu vi que eu já também não tava tendo mais limite. Aí, foi que eu resolvi parar, porque eu também não tinha mais limite. O que eu tava pegando, eu jogava neles. [...] Porque eu tava, tipo, repetindo [a educação do pai], né? O que ele [o pai] fazia... O que eu tinha mais ódio dele fazer comigo, eu tava fazendo!

Mais uma vez, Adriana relacionou a educação que recebeu com aquela que estava oferecendo aos filhos, remetendo ao que Silva, Moreira e Sousa (2010) apontaram como a violência que se estende por gerações, a inversão das posições de poder. Isso significa que a criança que é vítima de maus-tratos em sua infância pode vir a ser autor de violência quando assumir a posição de educador, porquanto, em nossa sociedade, as posições hierárquicas e desiguais ainda são valorizadas.

Adriana conseguiu assumir para si mesma que não tem controle ao cometer violência física contra os filhos e esta é uma das razões que a está fazendo tentar quebrar o ciclo da violência. Além disso, também há o desejo de que eles não tenham uma infância “difícil” e “infeliz”, como a dela, e de que se tornem adultos melhores do que ela, que sofreu graves violências:

Então, hoje, eu procuro mais conversar, pra que eles se tornem um adulto melhor, né? Do que eu, né? Do que eu fui. Porque acho que agressão não resolve, não! Porque quanto mais você vê um agredindo, você vai indo, você chega num ponto que você não tem limite. [...] Então, você vê! Começa com agressãozinha. Quando você perde o controle, você não tem o controle. Às vezes, você acha que tem o controle, mas você não tem! Você nunca tem o controle! Você bate, bate... Às vezes, você num bate pra matar, mas você acaba matando. Igual eu já vi acontecer muito. Às vezes, você num bate pra machucar, mas você tá machucando. E, às vezes, tem machucado, igual, assim, né? O da pele, às vezes, sara, mas o que fica na cabeça da gente, né? Não sai, não. Porque a agressão que eu sofri não saiu, não. Então, eu procuro num passar isso pros meus filhos. Hoje, né? Hoje que... Assim... Porque... Pelo um período, assim, da minha vida, eu já

tinha esquecido das surras e tudo que eu tinha levado. Acho que tava assim, até oculta na minha memória.

Adriana parece se sensibilizar com a situação de violência que os filhos vivenciaram com ela, pois também passou por situações semelhantes em sua infância, as quais lhe causaram a dor psicológica que ainda persiste.

Foi muito marcante para Adriana ver uma vizinha cometer grave violência física contra o filho, ainda uma criança. Possivelmente, esse fato a impressionou bastante por ela ter identificado situações similares na educação de seus filhos, o que a ajudou a refletir sobre suas atitudes e tentar modificá-las, como relatou:

Às vezes, assim, você tá agredindo e você num... Num... Você acha que você tá certa, mas, quando você vê um caso, né? Assim, próximo de você, você choca [...] A mãe dele [do menino] pegou um pau e foi bater na cabeça dele de pau. E eu fiquei chocada com aquilo, sabe? Eu fiquei horrorizada! Porque, eu falei, eu cheguei nela, a gente até discutiu! Porque eu falei, "Você num pode fazer isso". Sabe? Mas, assim, já teve vezes, assim, que eu já agredi. Não agredi tanto, mas já agredi, assim. E quando a gente vê os outros agredindo, a gente choca, né?

A partir do outro, Adriana conseguiu fazer uma autocrítica pela violência física que cometia contra os filhos e entender como sua atitude era violenta. Ela expressou seu descontrole ao cometer violência física contra os filhos e a semelhança disto com a experiência que teve com o pai. Mas, compreendeu as consequências que essa prática poderia ter para seus filhos, pois ainda sofre com a violência que vivenciou na infância.

Anteriormente ao seu desejo de romper com a violência que cometia contra seus filhos, Adriana estava passando por um momento difícil de sua vida, o que intensificava a violência contra eles, como se pode verificar em sua seguinte fala:

Na época, assim, acho que não tem motivo pra você agredir, né? Acho que qualquer agressão... Acho que não tem motivo. Mas, eu tava passando um período difícil. Meu marido é... Meu ex-marido era alcoólatra. Então, a gente não dormia à noite. Chegava, era menino chorando, bagunça, eu num tava trabalhando, sabe? Então, ele me agredia, entendeu? Aí, era uma bola de neve, né? Então, eu já acordava nervosa. Já não dormia! Eu num dormia. Cheguei a quase 100 kg, né? Tava muito... Eu só comia. Ficava a noite inteira comendo e andando pela casa. Então, porque como eu não fumava, num bebia, então, meu prazer era a única coisa que eu fazia, era comer. Comia, comia, comia, sem parar.

Sabe-se que existem alguns fatores estressores que catalisam o uso da violência física contra crianças na família. Todavia, deve-se sempre ter em mente que esse fenômeno é multifacetado e não se pode ser determinista a ponto de

defender que um ou mais fatores seriam a razão da violência intrafamiliar. Entretanto, entre os vários fatores existentes, três podem ser apreendidos a partir dessa fala de Adriana, quais sejam: o abuso do álcool, o desemprego e a mulher vítima de violência do companheiro, a qual, por sua vez, vitimiza seus filhos (CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; CUNHA, 2004 apud FRANCISCHINI, 2003; SOUSA, 2001).

A função da violência física na educação dos filhos é revelada por meio do medo que as crianças sentem de serem castigadas fisicamente, o que trazia e ainda traz a Adriana um resultado imediato, porém não necessariamente eficaz. Nesse sentido, quando questionada se explicava aos filhos porque estavam apanhando, ela afirmou:

“Ó, você tá apanhando porque eu falei pra você não fazer isso e você fez. E hoje você tá apanhando. Amanhã, você vai apanhar mais.” Às vezes, eu falava assim. Só que é assim... Hoje... Hoje, eu já num bato, né? Então, também, eu num bato, mas também, assim, tá difícil, porque eu num tô sabendo dar limite. Porque, antes, o meu limite era a surra, né? Que eu dava. Agora, pra mim... Mas, aí... Mas, eles já são espertos! Hora que eles veem que eu tô nervosa eles já... aquietam.

Adriana deixou claro que a violência é um instrumento para cessar uma atitude que a criança está tendo, pois a explicação que ela dá aos filhos é uma ameaça e não uma razão, uma real explicação dos motivos pelos quais aquilo que estavam fazendo, a seu ver, está errado.

Naquele momento, ela estava evitando bater nos filhos, mas ainda não sabia o que fazer para que eles a obedecessem, já que a ameaça da surra não seria mais utilizada, o que estava lhe causando medo de perder o controle sobre eles. Em última instância, por falta de opção, a violência física ainda pode ser empregada, como ela confirmou:

Ah! Eu acho que eu..., que eu falto dar pros meus filhos é limite. Eu acho que eu num tô dando. Num tô sabendo dar limite pra eles, sabe? Eu falo, e aí eu num quero bater. Eu num... Eu falei que eu num vou mais... agressão física com eles. Então, eu não quero bater. Então, aí, eu pego e falo: “Vocês não vão!” Aí, eles torna a ir. Aí, ele [o filho Renato]... Aí, eu vou e busco. Aí, se eles for, eu já deixo, por exemplo, na rua. Assim, na casa de um amigo, eu já deixo. Porque se eu for, eu sei que se eu for lá, eu vou bater. Então, às vezes, eu deixo. Eu fico frustrada. Aí, eu entro aqui dentro e ligo a televisão e fico, fico, sabe? Entendeu? Aí, hora que eu vou de novo, aí, se eu for, eu já dou um grito. Aí, eles já vêm. Porque eles já sabem que se agora eles num vim, eles vão apanhar. [...] Porque eu acho que se eles não tiverem limite, daqui uns dias, eu vou... Eles não vão saber. Eu vou falar: “Você num vai em tal lugar.” Eles vai entrar dentro do ônibus e eles vão ir

pra... Vai chegar que dia? Daqui dois, três dias, em casa? Então, o mais difícil, pra mim, é isso.

Constata-se que Adriana ainda não sabe como lidar com os filhos quando eles se mostram resistentes a uma ordem sua. Em sintonia com esse contexto, Roure (2006) argumentou que o autoritarismo, no presente caso exercido por meio da violência física, é uma demonstração de que a autoridade está abalada e a pessoa usa artifícios para impor seu poder sobre a outra. Como Adriana intentava não mais utilizar o autoritarismo na forma de violência física, e como não possui outro modelo de educação, se sente em dificuldade.

Em relação a seus sentimentos ao usar violência física contra os filhos, Adriana revelou que são contraditórios. Quando questionada sobre o que sentia ao bater neles, teceu o seguinte comentário:

Ah! Eu... eu fico frustrada. Eu fico! Aí, quando eu tô sozinha, aí, eu começo a lembrar de tudo aquilo. Aí, eu... Aí, eu já fico nervosa. "Porque eu fiz isso?" Sabe? Fico chorando, fico deprimida, sabe? Aí, eles vêm, né? Todo, assim, né? Querendo carinho. Porque você bate. O difícil é isso! Porque você bate e eles vêm querendo carinho, né? Aí, eles vêm com aquela carinha e o arrependimento vem, né? Aí, foi que... Aí, é difícil.

A partir dessa fala, assim como em outros relatos, compreende-se que o sentimento de frustração e arrependimento vem depois de cometer a violência, pois durante o ato, Adriana disse se sentir aliviada:

E quando a gente tá agredindo, parece, assim... Quando a gente tá batendo e... Às vezes, eu me sentia aliviada, porque eu sabia que, naquele momento, ele tava quieto. Porque ele [o filho] apanhou e ele não ia fazer. Então, naquele momento, eu me sentia aliviada. Mas, quando eles vêm com aquela carinha... Aí, eu começava tudo de novo.

Subtende-se que, ao utilizar a palavra "aliviada", além de sentir alívio por estar interrompendo alguma atitude dos filhos que considera incorreta, no subtexto Adriana revela que sente alívio também por extravasar suas tensões no ato da violência física. Esse outro sentido emergiu em sua seguinte fala:

Porque, por um período, assim, da minha vida, eu já tinha esquecido das surras e tudo que eu tinha levado. Acho que tava, assim, até oculta na minha memória. Quando eu comecei a agredir os meus filhos, assim, eu me sentia, assim, aliviada. Eu falava: "Agora só..." Aí, eu sentia, porque eles ficavam quietos. Quando eu vi o que eu fiz, porque, até então, eu não parava pra pensar. Quando eu vi a carinha deles, tristonha, chorando e, às vezes, eles me pediam desculpa, sendo que eu que tinha que pedir pra eles, né? Então, aí, eu vi.

Compreende-se que Adriana sente culpa por sujeitar os filhos a essa violência e se sensibiliza com a situação, pois, como ela mesma colocou anteriormente, sua madrasta também a usava como objeto para extravasar sua raiva.

3.2.3 Terceira geração: Patrícia Pereira

Na análise dos sentidos construídos por Patrícia sobre violência física, foram apreendidos dois núcleos de significação: a) a violência física na família; b) a família ideal.

a) A violência física na família

No transcorrer da entrevista de Patrícia, em vários momentos, emergiu o sentido de como é ser criança em uma relação entre adultos/pais e crianças/filhos. Quando lhe foi pedido para completar frases, assim procedeu:

Pesquisadora: Ser criança...

Patrícia: ...é bom. Bom, por um lado. Quando a gente obedece a mãe e o pai. E, por outro lado, é ruim, porque a gente desobedece e apanha também, né? Só.

Interessante notar que a violência física, para Patrícia, é necessária, porquanto garante a obediência dos filhos para com os pais. Isso fica entendido em sua seguinte fala:

Quando a mãe não bate nos filhos, os filhos ficam desobedecendo a mãe... Ficam brigando na escola... Ficam xingando os mais velhos [...] Ela é desobediente, malcriada [risos] É... só.

Tomando por base o que relatou Patrícia, verifica-se que a desobediência não está desvinculada da obediência, uma vez que, por mais que ela tente obedecer aos pais, e principalmente à mãe, por vezes, ela os desobedece e sofre com as consequências disto. Além da violência física, a criança também sofre emocionalmente, confirmando o que Costa (2004) pontuou ao afirmar que os diferentes tipos de violência intrafamiliar dificilmente aparecem de maneira isolada, embora algumas formas sejam mais predominantes do que outras.

Inicialmente, enquanto desenhava uma família que bate na criança, Patrícia verbalizou:

Patrícia: *A filha... É... Quando ela apanha, ela obedece os pais, a mãe, ela... Tudo que a mãe dela faz, manda ela fazer... Ela é obediente na escola, obedece professor, a professora. Deixa eu ver... E ela é uma pessoa alegre!*

Pesquisadora: *É? E quando essa criança... filha, né? Que você falou? Quando essa filha apanha, por que ela apanha?*

Patrícia: *Porque ela desobedece o pai e a mãe.*

Patrícia destacou que a criança que obedece é alegre e, em outro momento, revelou novamente o sentido de que a violência ocorre para o bem da pessoa. Assim ela se referiu ao desenho da criança cuja família emprega violência física contra ela:

Ela se torna uma pessoa legal.

Em oposição a se tornar “legal”, a criança desobediente sofre com algumas perdas, como Patrícia explicou acerca daquela que é malcriada e que xinga:

E também ela não ganha nada falando essas coisas. Por causa que ela fica desobedecendo a mãe e todo mundo e Deus não gosta.

Nessa fala, Patrícia indicou que a obediência/desobediência também está relacionada com a religiosidade, o que pôde ser igualmente apreendido em outros comentários feitos por ela posteriormente. O fanatismo religioso pode ser um dos fatores que predispõe ao uso da violência intrafamiliar contra crianças (FURNISS, 1993 apud HABIGZANG et al., 2005). No presente caso, não se pode afirmar que há fanatismo religioso na família; porém, em alguns momentos do discurso de Patrícia, ficou clara a transversalização da moral religiosa. Na fala que se segue, também se apreende a moral religiosa permeando a sua educação, porquanto, ao contar uma história sobre a criança desobediente a partir do instrumento das pranchas, Patrícia parece estar contando a parábola do filho pródigo²⁴ ressignificada a partir de sua vivência:

Ela desobedeceu de novo. A mãe dela pegou o cinto, foi atrás dela, buscou ela e colocou ela dentro do quarto e bateu nela. Bateu, bateu, bateu, bateu. Aí ela [a criança] é... saiu de casa. Fugiu da mãe. Saiu de casa. Quando ela saiu de casa, ela falou bem assim pra mãe, “Mãe, me dá tudo que eu tenho que eu vou fugir.” Aí, a mãe dela deu tudo que ela tem pra ela fugir. Ela fugiu de casa. Quando foi um dia... Ela dançava, ficava brincando... Quando foi um dia, ela ficou pobre. Não tinha nada! Aí, ela foi, voltou lá na mãe.

²⁴ Evangelho de Lucas, 15: 11–32 (BÍBLIA..., 1982).

Pedi desculpa, perdão pra Deus por todos os pecados e voltou para a casa e ela ficou feliz para sempre.

Verifica-se nessa fala, em conjunto com as anteriores, que a desobediência parece ser um “pecado”, pois está em desacordo com os desejos dos pais e de Deus. Contudo, Patrícia, também revelou que a violência física, mesmo que necessária, parece não ser agradável, pois ela contou que, depois da mãe bater na criança, ela quis “fugir de casa”. Portanto, para ela, é melhor a criança obedecer aos pais, desde que assim procedendo só tem a ganhar, como expôs ao falar da criança obediente:

Um dia, ela ficou tão obediente com a mãe e com o pai... Tudo o que eles falavam, ela fazia. Ela foi, ganhou um presente. Quando ela ganhou um presente, ela ficou alegre, alegre e ficou alegre.

O mesmo transpareceu ao completar a frase:

Pesquisadora: *Fico feliz...*

Patrícia: *...porque eu obedeço meus pais. E tudo que eu obedeço, eu ganho o dobro.*

Para ela, o “ganhar em dobro” não está relacionado apenas ao material, mas também a suas relações afetivas com a família. Entretanto, a obediência, como já explicitado anteriormente, não é possível sempre e a desobediência traz implicações emocionais muito intensas para Patrícia, pois ela estaria desobedecendo àquelas pessoas que considera afetivamente importantes.

No que tange a Patrícia, a violência física implica ter havido desobediência e isto é sentido com muita tristeza por ela. Adicionalmente, a tristeza sentida pela menina também está relacionada à tristeza de sua mãe, já que, segundo ela, a mãe não gosta de bater na filha, mas se vê obrigada a isto quando Patrícia a desobedece. Esse sofrimento fica evidente em seu relato ao se deparar com uma prancha em que o desenho representa uma cena da mãe batendo na filha:

Patrícia: *A mãe dela bate! Isso aqui é o cinto. É... que a mãe dela bateu nela, é? [A história é] ruim por causa que ela desobedece a mãe e o pai.*

Pesquisadora: *Quando você olhou este desenho, o que você achou?*

Patrícia: *Ruim.*

Pesquisadora: *Por que é ruim?*

Patrícia: *Porque a mãe dela... Ela desobedeceu a mãe dela.*

Pesquisadora: *E o que você acha que essa criança está sentindo? Esta menina?*

Patrícia: *Tá sentindo? Tá sentindo é... Péra aí... Tá se sentindo... Ai, meu Deus... [fala algo baixo, resmungando] Ai... Ai... Meu Deus! Não tô lembrando o que eu quero falar.*

Pesquisadora: *Não está lembrando? Não tem importância, não.*

Patrícia: *Tá se sentindo triste.*

Pesquisadora: *Triste? Por que ela está triste?*

Patrícia: *Porque ela desobedeceu a mãe dela e a mãe dela ficou triste também porque ela desobedeceu.*

Pesquisadora: *Ah, é? Aí, quando a criança desobedece, ela fica muito triste?*

Patrícia: *Fica.*

Pesquisadora: *É? E quando a mãe bate nela de cinto?*

Patrícia: *A mãe dela não quer bater nela, mas precisa. E a mãe dela fica triste. [...] Porque é ruim a mãe bater e a filha desobedecer.*

Da mesma forma, pode-se apreender o sofrimento em sua fala ao completar as duas seguintes frases:

Pesquisadora: *Quando teimo...*

Patrícia: *...fico triste, porque minha mãe... Me bate, e eu fico... Triste porque eu desobedeci e minha mãe fica porque ela bateu. Que ela não queria bater!*

Pesquisadora: *Quando apanho da minha mãe...*

Patrícia: *...eu sinto tristeza, porque eu teimo! Assim.*

Compreende-se que Patrícia teve, em alguns momentos, dificuldade de expressar seus sentimentos, porquanto parecia receosa de falar algo que desagradasse ou de fazer algo “errado”. Por isso, algumas vezes, ela questionou se podia desenhar ou falar de tal forma ou, então, aguardava uma “autorização” da pesquisadora para desenhar ou falar acerca de seus sentimentos. Azevedo e Guerra (1989) e Guerra (1998) esclareceram que crianças que sofrem violência de seus pais ou doméstica sentem dificuldade em confiar em outras pessoas, pois os outros podem ser uma ameaça caso ela os “desaponte”, ou seja, não cumpra as suas expectativas.

Ao ser questionada sobre o que a criança de seu desenho sente quando os pais batem nela, Patrícia apontou claramente os seus próprios sentimentos quando desobedece aos seus pais e, assim, sofre violência física:

Arrependimento. Arrependida e pede desculpa pra mãe e pro pai.

A desobediência também remete Patrícia ao medo, pois quando viu um carro em que está escrito “Conselho Tutelar” em uma das pranchas que lhe foi apresentada, ela relatou:

Patrícia: A mãe... Conselho Tutelar, é? Nossa! Aí, o Conselho Tutelar chega. Aí, ela desobedece na escola. Aí, a professora denuncia pro Conselho Tutelar. Aí, o Conselho Tutelar chega lá e a mãe não sabe o que faz e fica triste. Porque ela tá desobedecendo a escola! Ou na escola, na sala de aula.

Pesquisadora: E a criança, o que a criança está sentindo?

Patrícia: Medo! Sei lá... de ir pro Conselho Tutelar.

Pesquisadora: O que será que acontece lá no Conselho Tutelar que ela tem medo?

Patrícia: Minha avó falou, assim, que eles [as crianças] ficam trancados dentro de um quarto escuro.

Ao que parece, o Conselho Tutelar é compreendido por Patrícia como uma instituição de castigo para as crianças. Por essa fala, tudo indica que esse é um discurso que vem da sua própria família, de sua avó, que pode estar usando-o como forma de amedrontar a criança, mas não se sabe os reais motivos. É interessante pontuar que Patrícia, novamente, preocupou-se com os sentimentos da mãe, como se a tristeza dela causasse a sua própria tristeza.

b) A família ideal

No decorrer da entrevista, em alguns momentos, Patrícia demonstrou seu desejo de obedecer aos seus pais incondicionalmente. Se assim proceder, ela será mais feliz e, por isto, parece que a família ideal seria aquela em que a filha obedecesse aos pais sempre, não cometendo mais nenhuma desobediência. Isso pode ser compreendido quando a menina conta o final de sua história por meio das pranchas:

Aí, a mãe... o filho... Eles chegaram, né? Tudo. Aí, pediu desculpa para a mãe... Para a mãe dela, pediu. Nunca mais ela fez e eles ficou felizes para sempre. Nunca mais aconteceu tudo que ela... Que ela pediu desculpa e falou tudo que ela tava arrependida. Ela arrependeu.

Durante a complementação de frases, Patrícia fez a seguinte afirmação:

Pesquisadora: Minha família...

Patrícia: ...é feliz... [...] É feliz porque eu obedeço meus pais, minha mãe. Tudo que eu faço de bom, meus pais me [resmungo baixo] me... me... me ajuda. Me ajudam a ser assim. Só.

Patrícia parece acreditar que a felicidade de sua família depende de sua obediência, ou seja, se ela se tornar obediente, o problema será sanado. Como Horkheimer (1990) advertiu, na educação dos filhos na modernidade, deve-se ensiná-los que a falha é individual. A educação familiar está longe de formar um sujeito crítico que consiga apreender as causas sociais para as suas dificuldades. Patrícia, portanto, compreendeu que sua atitude deve ser modificada diante de seus pais, desde que, em algumas ocasiões, elas não correspondem às expectativas deles.

Algumas vezes, Patrícia expressou que a violência física cometida pela mãe sempre ocorria contra a sua vontade. Afinal, quando era desobediente, Patrícia obrigava a mãe a “educá-la” usando a violência física contra ela. A partir disso, a menina fez uma diferenciação entre a mãe que bate nos filhos porque quer e outras mães, aqui incluindo a sua, que batem nos filhos por necessidade, apenas para educar, como revelou na seguinte fala:

Quando as mães batem nos filhos... Algumas, né? Porque minha mãe me bate quando eu desobedeço! Ah, muitas mães batem nos filhos porque querem. Mas, as outras, elas não querem bater e têm que bater pro filho obedecer.

Porém, na complementação de frases, Patrícia fez uma revelação, parecendo negar para si própria, ou para a pesquisadora, ou para ambas o que vinha afirmando sobre sua mãe, porquanto, na realidade, esta não é tão boa como relatado anteriormente:

Pesquisadora: Gostaria que minha mãe...

Patrícia: [voz baixa] Gostaria que minha mãe... pode falar qualquer um?

Pesquisadora: [Faz sinal positivo com a cabeça].

Patrícia: Fosse boa.

Pesquisadora: Você pode me explicar como é uma mãe boa? Sua mãe boa? Como ela faz?

Patrícia: Hum... A mãe boa não bate no filho quando o filho não teima. Quando o filho não fica teimando. Quando o filho não teima, a mãe fica batendo! E mãe boa é quando o filho... A mãe não bate nos filhos... Quando precisa... Quando precisa e não fica batendo toda hora. Igual aquelas mães que fica passando no jornal, jogando o filho pela janela, batendo nos filhos, espancando... Isso.

É possível depreender dessa fala como foi difícil para Patrícia desvelar o que anteriormente estava tão encoberto. Tanto que, em sua explicação sobre o que seria uma mãe boa, ela pareceu até mesmo se confundir. Entretanto, na próxima frase a completar, Patrícia confirmou o que antes parecia difícil revelar sobre sua mãe, falando sobre o que sente em relação a ela, mesmo estando muito preocupada em ser identificada por outras pessoas:

Patrícia: Fico triste... Por que... Minha mãe não é boa comigo, porque ela me bate toda hora. Ela me espanca, só. Não é minha mãe, não, viu, tia? Quando for falar lá, pros outros, fala lá que é eu não.

Pesquisadora: Como?

Patrícia: É outra mulher.

Nessas falas finais, Patrícia tomou uma atitude corajosa de expor aquilo que ela realmente acredita que acontece na sua relação com a mãe. Dessa forma, quebrou o pacto de silêncio. Mesmo que não queira que ela e sua família sejam identificadas, esse pode ter sido o primeiro passo para deixar ir a público o que vem acontecendo na esfera privada.

3.2.4 Terceira geração: Renato Pereira

A partir da fala de Renato, foi possível apreender um núcleo de significação: a violência física em sua família. Para ele, a violência física ocorre, muitas vezes, quando quebra as regras estabelecidas por sua família de modo a poder fazer o que lhe dá grande prazer, que é brincar. Assim, em sua complementação de frases revelou os sentimentos que permeiam seu prazer em brincar e sua relação com a mãe:

Pesquisadora: Fico triste...

Renato: ...porque minha mãe não deixa eu brincar.

Pesquisadora: Fico feliz...

Renato: ...quando minha mãe deixa eu brincar.

Entre outras atividades construídas sócio-historicamente, considera-se brincar como uma atividade própria da criança. Por meio do ECA (BRASIL, 1990), o brincar ganhou status e se tornou reconhecidamente um direito assegurado à criança, que

deve ser garantido por sua família, pela sociedade e pelo poder público (OLIVEIRA; FRANCISCHINI, 2009).

O reconhecimento da importância do brincar no desenvolvimento da criança foi explicitado por Vigotski (2007), o qual assegurou que, ao brincar, a criança apreende o mundo em que vive por meio de suas regras, valores, papéis sociais e, enfim, socializa-se. A partir dessa atividade, a criança se prepara para a transição de um estágio do desenvolvimento a outro e também ocorre seu amadurecimento psíquico. Deve-se salientar que esse mesmo autor não defende o desenvolvimento da criança como linear e contínuo, porquanto, na realidade, este é marcado por tensões e conflitos. Portanto, para Renato, além de ser prazeroso, o brincar também é uma atividade séria, uma vez que se encontra engajada em seu processo de desenvolvimento biopsicossocial.

Ao que parece, o garoto sente que possui muitos deveres a serem cumpridos antes de poder realizar aquilo que realmente deseja, que é brincar. Isso ficou explicitado em sua seguinte fala, a partir da história contada por ele por meio da prancha que mostra a mãe usando violência física contra o filho:

Renato: *Deve ser que ele saiu escondido!*

Pesquisadora: *Você acha que foi assim? Ele saiu escondido?*

Renato: *Foi. Hã-hã.*

Pesquisadora: *Por que ele saiu escondido?*

Renato: *Porque ele não tava querendo fazer a tarefa.*

Pesquisadora: *Aí, o que aconteceu? Pode me contar?*

Renato: *Aí, agora, a mãe pegou ele e tá batendo.*

Pesquisadora: *Hum. O que você acha que o menino está sentindo?*

Renato: *Ruim.*

Pesquisadora: *Por que ruim?*

Renato: *Porque não terminou a tarefa e ele foi brincar.*

Pesquisadora: *Ah! E quando a mãe dele está batendo nele, o que ele sente?*

Renato: *Dói. Ruim.*

Pesquisadora: *Quer falar mais alguma coisa?*

Renato: *Não. E também... Deixa eu falar... E também quando ele... A mãe dele tem que corrigir ele, por causa que ele tem que fazer a tarefa todinha. Aí, quando ele faz, tem que ir pra escola. Quando termina, aí, de tarde, ele brinca.*

Renato parece entender a “regra” estabelecida pela mãe, mas torna-se difícil adiar seu desejo de brincar para depois da escola. Além disso, o menino demonstra aceitar a violência física como uma estratégia de educação. Entrementes, o que se apreende a partir de sua fala é que ele parece se sentir incompreendido em suas necessidades pela mãe, como ele contou sobre a criança que não apanha da mãe porque:

Renato: *Não sai pra rua sem a mãe deixar.*

Pesquisadora: *E como é esta criança? O que você acha que ela sente?*

Renato: *Ruim.*

Pesquisadora: *Ruim?*

Renato: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *Por quê?*

Renato: *Porque ela não sai. Minha mãe não deixa. Aí, ela fica só arrumando casa. Aí, ela sente ruim.*

Portanto, para Renato, a violência só se encerra se ele deixar de querer brincar e obedecer à sua mãe. De acordo com Sousa (2001), pais que sofreram violência intrafamiliar quando crianças e/ou que consideraram ter tido uma infância difícil por não terem tido suas necessidades afetivas e materiais satisfeitas, têm dificuldade de se sensibilizar em relação às necessidades e aos sentimentos de seus filhos.

A invisibilidade das necessidades de Renato perante a mãe fica evidente quando, em decorrência da dificuldade em realizar sua tarefa de casa, ele quebra a regra e desobedece à mãe. No relato que fez ao explicar porque se sentiu “ruim” ao contar a história a partir das pranchas, transpareceu a sua realidade:

Renato: *Ele apanhou... Aí, ele ficou um tempão apanhando. Não podia brincar. Tinha que terminar a tarefa dele e ele nem tava dando conta!*

Pesquisadora: *Ele não estava dando conta da tarefa?*

Renato: *Não. Aí...*

Pesquisadora: *E o que ele sentia?*

Renato: *Ruim, porque ele não tava dando conta.*

Pesquisadora: *O que você ia falar?*

Renato: *Porque ele não tava dando conta. Aí, teve de chamar o amigo dele. Foi brincar. Aí, a mãe dele pegou o cinto e bateu nele.*

Renato apresentou algumas falas contraditórias ao relatar as situações de violência que sofre por parte de sua família, pois inicialmente ele revelou sentir

essas situações como desagradáveis e ruins, mas, ao final, naturalizou a violência física como método educativo. Primeiramente, ele contou, até com certo receio de afirmar a violência física que sofre da mãe e de expressar seus sentimentos, acerca das situações em que ela o castiga:

Renato: *Igual minha mãe. Quando ela me pega, assim, na quadra...*

Pesquisadora: *Hum. Pode falar.*

Renato: *Aí, ela... Aí, ela... Aí, ela, às vezes, fala assim, "Renato, você vai apanhar!" Aí, eu... Aí... Aí, ela fala, "Não é pra você correr, não!" Aí, eu não corro. Aí, ela me bate. Aí, quando passa, aí, ela fala, "Renato, vamos brincar." Aí, eu janto, tomo banho, aí, dorme.*

Pesquisadora: *E como esta criança se sente quando apanha? Quando a mãe bate?*

Renato: *Eu me sinto bem. Não sinto bem. Não [gagueja] sinto bem.*

Ao falar da violência física cometida pelo pai, Renato demonstrou, em um tom de voz que deixou transparecer o sentimento de raiva, que se ressentia de tal prática e não gosta do pai quando ele a utiliza:

Renato: *[...] No dia em que meu pai foi e me bateu, né? Eu corri atrás de... Ele correu atrás de mim. Aí, ele pegou [menciona o nome de um instrumento incompreensível] bem ali. Aí, ele me bateu todo. Me machucou. Aí, eu não conversei mais com ele. Aí, depois, eu comecei a conversar mais com ele.*

Pesquisadora: *Depois você conversou?*

Renato: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *Ah! Por que você não conversou mais com ele?*

Renato: *Porque eu não gosto.*

Pesquisadora: *Do que você não gosta?*

Renato: *Ah! Porque quando ele me bate, ele fica mau comigo. Aí, eu não converso com ele também. Aí, vai acostumando. Aí, vai conversar comigo.*

Pesquisadora: *Ah! Aí ele se acostuma que você não conversa e começa a conversar com você?*

Renato: *Hã-hã. Aí, ele, às vezes, ele compra um tanto de trem, assim, pra mim. Eu falo, "Não quero, não." Aí, ele vai... Aí, ele fica me dando trem.*

Pesquisadora: *O que você acha quando seu pai bate em você? O que você sente?*

Renato: *Ruim. Não gosto dele quando ele me bate.*

Não obstante, Renato pareceu defender a violência como uma forma de educar os filhos ao contar, a partir de uma das pranchas, a qual mostra uma criança de joelhos no chão, sobre como sua mãe também o castiga fisicamente e sua opinião quanto a esta forma de educá-lo:

Renato: *Quando fica com o joelho, assim [de castigo], aí, dói. Não pode assistir televisão. Ele fica querendo, mas a mãe não deixa. Quando minha mãe batia em mim, aí, ela punha arroz, às vezes era feijão, assim. Aí, ela... Aí, eu... Aí, ela punha eu de joelho.*

Pesquisadora: *E o que você sentia nessa hora, quando ela colocava?*

Renato: *Ruim.*

Pesquisadora: *É?*

Renato: *Doía.*

Pesquisadora: *E o que você tinha vontade de fazer?*

Renato: *De ficar assistindo televisão.*

Pesquisadora: *E você acha que essa é a melhor forma de educar os filhos?*

Renato: *É.*

Pesquisadora: *É? Você acha que pode ter um outro jeito de fazer isso?*

Renato: *Tem. Só conversar com os filhos.*

Pesquisadora: *E o que é melhor?*

Renato: *Educar, né?*

Pesquisadora: *Você acha que é melhor educar, colocar o arroz, o feijão? Ou conversar com os filhos?*

Renato: *Eu acho conversar com os filhos e deixar de castigo, uns cinco minutos. Aí, ele sai. Vai tomar banho...*

Pesquisadora: *Castigo que jeito você acha que é melhor?*

Renato: *Deixa eu ver... Normal.*

Pesquisadora: *Normal? Como é normal? Explica isso pra mim.*

Renato: *Assim mesmo.*

Pesquisadora: *Coloca de castigo de joelho?*

Renato: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *E normal, como é normal?*

Renato: *Normal, assim, sem colocar nada [arroz e feijão].*

Igualmente, na complementação de frases, Renato reiterou a necessidade da violência física na socialização dos filhos:

Pesquisadora: *Criança que apanha...*

Renato: *...ela fica feliz.*

Compreende-se que, mesmo que o garoto apresente uma alternativa para a sua educação, esta também é violenta, ou seja, as relações permeadas pela violência em sua família dificultam que ele vislumbre outro modelo de educação que não seja por meio de castigos físicos.

Ao escolher entre as pranchas para fazer o desfecho de sua história contada, mesmo desejando um final feliz e afetuoso, Renato revelou que, se cometer algum ato de desobediência, novamente sofrerá violência física de sua mãe:

Renato: *Aí, a mãe dele pegou ele, abraçou ele. Aí, a mãe dele conversou com ele, abraçou ele.*

Pesquisadora: *E como ele ficou?*

Renato: *Alegre!*

Pesquisadora: *Por que ele ficou alegre?*

Renato: *Porque... Porque a mãe dele pegou ele. Não bateu nele mais. Aí, ficou alegre.*

Pesquisadora: *Hum, entendi. Quer falar mais alguma coisa?*

Renato: *Quero. Pra ele não desobedecer a mãe. Pra ele fazer as tarefas na hora certa, sem fugir da mãe pra brincar. É assim.*

Pesquisadora: *O que você acha desta criança que não foge da mãe para brincar e faz a tarefa na hora certa?*

Renato: *Legal.*

Pesquisadora: *Hum. E se um dia ele quiser brincar, o que vai acontecer?*

Renato: *Brincar como?*

Pesquisadora: *Sem fazer a tarefa.*

Renato: *A mãe dele bate nele de novo! Torna a bater nele.*

Pesquisadora: *E aí, como ele vai ficar?*

Renato: *Triste.*

Corroborando o que relatou Costa (2004), no decorrer da entrevista de Renato também se pôde constatar que a ocorrência do sentimento de tristeza em crianças que vivenciam a violência física é comum, embora não deva ser banalizada. Entretanto, para essas crianças, o simples fato de ter uma justificativa para o uso da violência física na educação a torna aceitável, como apreendido em algumas falas de Renato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com duas famílias, moradoras da região leste de Goiânia, cujos membros da primeira e segunda gerações sofreram violência física intrafamiliar em sua infância e submetem ou submeteram seus filhos a este tipo de educação/criação, perpetuando a reprodução da violência e, portanto, significando essas experiências a partir de suas próprias histórias de vida.

As informações aqui levantadas, a partir dos sete sujeitos participantes, expressam os sentidos dessa violência em suas complexidades, contradições, ambivalências, enfim, nas tensões que permeiam suas vivências e que se fazem presentes em suas relações familiares. Ao identificar os sentidos construídos por cada sujeito em cada geração, foi possível compreender algumas transformações que vêm ocorrendo nas transições de uma geração para a outra, concernentes tanto às mudanças sociais como no que se refere à tensão entre a universalidade e a singularidade de cada um dos sujeitos.

Para as avós, a violência física é uma estratégia completamente legitimada na educação dos filhos. Apenas a intensidade dos castigos físicos foi questionada por elas, mas não o seu emprego. Isso equivale a afirmar que esses sujeitos rejeitam a utilização de violência física contra crianças somente nos casos em que esta deixa marcas visíveis em seus corpos ou, se a partir de uma avaliação subjetiva, delas próprias, aquela violência cometida ultrapassar o limite do “bater” para uma violência física mais grave.

Tomando como base o contexto sócio-histórico vivido pelas avós pesquisadas, verifica-se que foram educadas rigidamente por seus pais por meio da violência física e esta forma foi apreendida por elas, tanto no interior de sua própria família quanto fora dela, como o único modelo de educação possível. As avós Amélia e Rosa, possivelmente até a sua vida adulta, viviam em um contexto no qual as crianças não eram concebidas como sujeitos de direitos, e mais do que isto, seriam indivíduos inferiores diante dos adultos, seus proprietários. Tais ideais de educação somente passaram a ser questionados mais abertamente a partir da promulgação do ECA em 1990 (BRASIL, 1990).

Na geração das mães, não se pode ter a ingenuidade de pensar em grandes transformações, nem na própria educação que elas concebem para os filhos, nem nas mudanças sociais no que se refere à concepção de criança. Contudo, é fato que, a partir do ECA, começaram a ocorrer reflexões acerca de alguns paradigmas construídos no decorrer da história, entre eles o uso da violência física intrafamiliar contra crianças como forma de educação/criação dos filhos. Portanto, Joana e Adriana vivem esses questionamentos intensamente, o que gera conflitos entre a experiência vivida e internalizada como um modelo de educação por meio da violência física e a nova prática, com essas tentativas de construção de novos modelos que, por vezes, são imposições externas de educação sem o uso de violência física.

Por meio das entrevistas com as mães, confirmou-se que as situações de violência física, tanto as sofridas em sua infância quanto as que cometem contra seus filhos, lhes causam sofrimento. Mesmo que intentem educá-los sem violência ou recorrendo menos a castigos físicos, na prática, isto parece ser de difícil execução, pois lhes faltam referências acerca de relações igualitárias entre pais e filhos. Como consequência disso, se sentem desamparadas e impotentes diante de tantas dificuldades, as quais são ainda potencializadas pela cobrança social, pois enfrentam o estereótipo do gênero feminino e, logo, são as responsáveis pela educação dos filhos. Adriana e Joana pouco mencionaram sobre o auxílio do pai ou outra figura masculina na educação de seus filhos, reforçando o que já foi constatado em outras pesquisas com famílias de classes populares, em que a mulher exerce, exclusivamente, o papel de chefe de família e única responsável pelos cuidados com os filhos.

Sabe-se que a família ocupa papel central nas diretrizes das políticas públicas na contemporaneidade, sendo considerado um lugar privilegiado de proteção e pertencimento de seus membros, especialmente para as crianças (CARVALHO, 2003). Porém, questiona-se por que Joana e Adriana se sentem desamparadas na educação/criação dos filhos.

Rizzini (2006) aponta que, mesmo que as políticas sociais públicas tenham avançado no que diz respeito a ressaltar as competências da família na educação/criação dos filhos, compreende-se, na prática, a existência de ações assistencialistas que perpetuam as condições de pobreza, não conduzem a família à

autonomia, além de muitas vezes ocorrerem quando as situações de crise já se instalaram, o que torna difícil a reversão do quadro. O suporte básico para a família, como serviços médicos, educacionais, psicológicos, entre outros, é escasso e de difícil acesso, mantendo sua condição de exclusão social.

Assim sendo, expostas a uma condição de vulnerabilidade social, Joana e Adriana são desprovidas tanto das condições materiais e simbólicas essenciais para o enfrentamento e a superação de suas dificuldades, como das bases de apoio que as auxiliem na construção de relações não autoritárias com seus filhos. As crianças, por seu turno, revelaram que, muitas vezes, suas mães não são sensíveis às suas necessidades, exigindo que tenham atitudes que ainda não lhes são possíveis, ficando estas carências configuradas como “desobediência” à autoridade materna.

Com relação a seus sentimentos, as crianças expressaram tristeza e, em determinadas ocasiões, raiva por sofrerem tal violência. Entretanto, Patrícia e Renato significam a violência sofrida de forma contraditória, o que revela que, embora sofram em decorrência da violência praticada pelos adultos, ainda a percebem como um instrumento necessário em sua educação. Nesse cenário, todas as crianças participantes – Lorena, Patrícia e Renato – se veem impotentes diante do autoritarismo dos adultos, os quais estabelecem as regras, sem a participação delas e, por consequência, devem obedecer incondicionalmente para não sofrer com os castigos físicos. Conclui-se que as crianças também têm dificuldade em sugerir outros modelos educacionais que não sejam permeados pelas relações violentas, o que gera, reiteradas vezes, a naturalização e a banalização desta prática.

Faz-se importante compreender a violência como um fenômeno pertencente à estrutura social e às relações interpessoais, o qual é produzido por todo ato ou ideia que reduza o outro a coisa, que o viole como ser humano para se tornar um objeto, característico do sistema capitalista que vivenciamos. Como consequência disso, a violência permeia a família, que é uma das principais reprodutoras desta prática, perpetuando o seu ciclo (CHAUÍ, 1998). A partir dessa compreensão de violência, buscou-se não culpabilizar as famílias pelo seu uso na educação/criação dos filhos. Por outro lado, também não se propôs isentá-las de suas responsabilidades como principal instância de proteção e preservação dos direitos das crianças, embora as próprias famílias, em especial aquelas de classes populares, necessitem de proteção.

Nesta pesquisa, tentou-se romper a visão maniqueísta no que se refere ao estabelecimento de posições rígidas da criança como vítima e do adulto como agressor. Assim, identificou-se que a violência contra a criança, muitas vezes, mas nem sempre, remete o autor à sua própria infância violentada, revelando-se a reprodução da violência experienciada. No entanto, o fenômeno da violência é contextualizado, pertencendo a um dado momento histórico em uma determinada sociedade. Portanto, explicações reducionistas e psicologizantes acabam por ofuscar a compreensão desse fenômeno.

Deve-se igualmente salientar que a partir deste estudo pode-se reafirmar o movimento dialético na construção dos sentidos e significados já afirmado por Vigotski (2001). Isso porque ficou evidente a construção dos sentidos de cada geração – avós, mães e crianças – na relação com significados, o que equivale a afirmar que as mudanças dos sentidos ao longo das gerações, transformações apontadas anteriormente, constituem e pertencem aos significados existentes no momento sócio-histórico em que cada geração se desenvolveu. Conseqüentemente, nessa relação dialética de construção dos significados e sentidos dão-se as mudanças e as permanências de ideais e atitudes, entre eles a violência física intrafamiliar contra crianças.

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para dar visibilidade às potencialidades das famílias de classes populares no que concerne à educação/criação de seus filhos, de forma que as diferenças entre gênero e geração não se transformem em desigualdades e que a violência física contra crianças seja superada por uma outra forma de educação não autoritária.

Essa assertiva se faz relevante, pois como pôde ser apreendido, a segunda geração aqui estudada vivencia um momento de reflexão quanto às suas formas de educar os filhos. Tal reflexão, como já exposto anteriormente, também é impulsionada pelo momento histórico vivenciado atualmente, em que o ECA (BRASIL, 1990) possibilita o questionamento de premissas antes incontestáveis. Desse modo, este momento é mais do que oportuno para o fomento e a efetivação de políticas que apoiem as famílias, em especial as de classes populares, na reflexão e possível superação do uso da violência física na educação de suas crianças. Nesse sentido, elas podem construir, a partir da história particular de sua família, das relações nelas estabelecidas e das condições materiais que lhes são

oferecidas formas igualitárias de relacionamento entre seus membros. Assim sendo, buscou-se contribuir para o aprofundamento do estudo da violência física intrafamiliar contra crianças em famílias de classes populares, embora se saiba que este fenômeno permeia todas as classes sociais. Não obstante, este tema está distante de ser esgotado, pois o uso desta prática persiste nas famílias como método educacional para crianças. Portanto, pesquisas que aprofundem as relações intergeracionais e enfoquem a perpetuação da violência física intrafamiliar contra crianças são relevantes, assim como estudos que revelem os significados atribuídos à violência física intrafamiliar contra crianças em diferentes gerações, visando suscitar discussões entre a perspectiva sócio-histórica de Vigotski e as teorias de geração.

REFERÊNCIAS

- ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: guia de orientação para profissionais de saúde*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, M. (Org). *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 210–222.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 222–245, 2006.
- AMAZONAS, M. C. L. de A.; DAMASCENO, P. R.; TERTO, L. de M. de S.; SILVA, R. R. da. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. esp., p. 11–20, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa03.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.
- ARENDT, H. *Da violência*. Tradução Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1985.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ASSIS, G.; DESLANDES, F.; MARQUES, M. A. B. Violência contra crianças e adolescentes: em busca de uma definição. In: MARQUES, M. A. B. (Org.). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9–20.
- ATTIAS-DONFUT, C. *Sociologie des générations*. L’empreinte du temps. Paris: PUF, 1988.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989. p. 25–48.
- BAZON, M. R. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 40–50, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/04.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2010.
- BERNARDES, L. da F. *A violência doméstica revisitada: um círculo vicioso?* 2007. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.
- BÍBLIA sagrada. Português. Tradução Centro Bíblico Católico. 34. ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43–61.

BRASIL. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Projeto de Lei nº 2.654, de 2003. Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/360122.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102414>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 ago. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002b. (Série Cadernos de Atenção Básica, n. 8) – (Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 131) Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *VIVA: vigilância de violências e acidentes*, 2006 e 2007. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_vigilancia_violencias_acidentes.pdf>. Acesso em: 3 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Ficha de notificação/investigação individual: violência doméstica, sexual e/ou outras violências*: instrução para preenchimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

Disponível em

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/ficha_notificacao_violencia_domestica.pdf>.

Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Manual instrutivo de preenchimento* – ficha de notificação/investigação individual violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em:

<http://www.saude.ba.gov.br/divep/arquivos/COPLAM/DANT/II%20SEM%20EST%20VIOL%20SAUDE%20Resultados/OFICINA%205%20SINAN%20%20NOTIF%20VIOL%20DOM%20SEXUAL/CD2-1%20NOTIF%20VIOL%20DOM%20SEXUAL/SINAN%20NOTIFICACAO%20VIOL%20DOM%20SEXUAL/Instru_violenciav30%202008.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. *Relatório do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/Disque Denúncia Nacional*. Brasília, DF: SNPDC, 2010b. Disponível em: <<http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=511>>. Acesso em: 17 out. 2010.

CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109–122, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

CARVALHO, M. do C. B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, IEE/PUC-SP, 2003. p. 267–174.

CASTRO, L. R. de. A infância e seus destinos no contemporâneo. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47–58, 2002. Disponível em:

<http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154058.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45–54, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2010.

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Tradução Ruth Rissin Josef. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHAUÍ, M. Ensaio: Ética e violência. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n. 39, 1998. <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

CORRÊA, M. B. *Desenhos de famílias de camadas populares goianienses*. 2008. 51 f. Relatório (Iniciação Científica)–Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

COSTA, L. A. da. *Infância e violência física intrafamiliar: os significados e sentidos para crianças vítimas*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

COUTINHO, M. L. R. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, M. L. de (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 91–105.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião pública*. São Paulo, 27 jul. 2010. Disponível em: <datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1003>. Acesso em: 10 dez. 2010.

DURRANT, J. Castigos corporais: preponderâncias, preditores e implicações para o comportamento e desenvolvimento da criança. In: HART, S. N. (Org.). *O caminho para uma disciplina infantil construtiva: eliminando castigos corporais*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2008. p. 57–107.

ESBER, K. M. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica*. 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 69–90.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50–59, 2005.

FRANCISCHINI, R. As faces da infância em contextos de violência física intrafamiliar. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 2, n. 1, p. 71–86, 2003. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/16/32>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

GAGNÉ, M. H.; TOURIGNY, M.; JOLY, J.; POULIOT-LAPOINTE, J. Predictors of adult attitudes toward corporal punishment of children. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 22, n. 10, p. 1285–1304, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, F. *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC, 1999.

GOOGLE MAPS. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?f=q&source=s_q&hl=pt-BR&geocode=&q=goi%C3%A2nia+distrito+censitario+pedroso&aq=&sll=-16.664418,-49.187078&sspn=0.008017,0.019205&ie=UTF8&z=16>. Acesso em: 13 dez. 2010.

GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. revis. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 341–348, 2005.

HORKHEIMER, M. *Teoria crítica: uma documentação*. Tradução Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1990.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de informações por setor censitário – censo demográfico 2000 – resultados por universo*. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese de indicadores 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro, v. 30, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2004*. Rio de Janeiro, 2005. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 15). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2004.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2008. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 23). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2010.

LACRI. LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CRIANÇA. *Ponta do iceberg – 2007*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 8 out. 2009.

LINHARES, E. M. V. *A violência nossa de cada família*. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)—Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

MACÊDO, M. S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 135–177.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos: seleção de textos de José Arthur Giannotti*. Tradução José Carlos Bruni, Edgar Malagodi, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld e Leandro Konder. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MELO, G. A. de. *O adolescente autor de violência sexual: estudo psicossocial*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9–29.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MONTEIRO, L. P. Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia. *Temporis (Ação)*, Goiás, v. 1, n. 2, p. 122–137, 1998.

MONTEIRO, L. P.; CARDOSO, N. A. Família e criação dos filhos. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Org.). *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001. p. 95–116.

MOREIRA, M. I. C. *Gravidez na adolescência: análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres*. 2001. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G., SILVA, M. A. A. *A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: análise da situação, recomendações para o enfrentamento e prevenção*. Goiânia, 2010. Não publicado.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Declaração dos direitos da criança*. Nações Unidas: Nova York, 1959. Disponível em: <http://joomla.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Arquivos/declaracao_direitos_crianca.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2010. [UNITED NATIONS. *Declaration of the rights of the child*. New York, 1959].

NASCIMENTO, E. M. do. *A ocupação urbana da região leste de Goiânia: um estudo dos bairros atendidos pelo Instituto Dom Fernando – IDF*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)—Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

OLIVEIRA, I. C. C.; FRANCISCHINI, R. Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 14, n. 1, p. 59–70, 2009.

OLIVEIRA, T. T. S. S. *Educar é punir?* Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra seus filhos. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

ORIONTE, I. *Abandono e institucionalização de crianças: significados e sentidos*. 2004. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

ORIONTE, I. *Protagonismo e inclusão social de crianças e adolescentes*. Goiânia, 2006. Não publicado.

PARO, C. R.; MACHADO, M. C. S. P.; OLIVEIRA, M. L. M. Perfil da família goianiense. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Org.). *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001. p. 55–72.

PERES, V. L. A.; SOUSA, S. M. G. Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 7, p. 63–74, 2002.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, J. J. do. *Análise dos dados socioeconômicos de famílias de camadas populares participantes em pesquisa-ação para prevenção da violência física familiar contra crianças*. 2008. 49 f. Relatório (Iniciação Científica)–Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

QUEIROZ, E. M. O. de. *A atualidade da mediação familiar na formação dos jovens*. 2008. 163 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 5. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 99–124.

RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Coord.). *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001. p. 23–44.

RIZZINI, I. Reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Brasil. In: FÓRUM DA ACADEMIA BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 5., 2006, Brasília, DF. *Anais...* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Pediatria, 2006. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/show_item.cfm?id_categoria=74&id_detalhe=1354&tipo=D>. Acesso em: 17 dez. 2010.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. *Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula: Instituto Promundo, 2000. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/wp-content/uploads/2010/03/03port.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

ROCHA, T. T. *Os olhares maternos diante da medida socioeducativa de privação de liberdade em Goiás*. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

ROURE, S. A. G. *Educação e autoridade*. 2006. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SANTOS, A. M.; GROSSI, P. K. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 443–454, 2007. Disponível em: <http://www.alana.org.br/banco_arquivos/arquivos/docs/biblioteca/artigos/Inf%C3%A2ncia%20e%20Consumeo.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2010.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 46–53, 1994.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 2003a. p. 39–49.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, IEE/PUC-SP, 2003b. p. 21–38.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma prática ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, IEE/PUC-SP, 2003. p. 39–50.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 97–118.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47–60, 2001. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privação do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 48–57, 2006. Disponível em: <<http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

- SILVA, H. O. da; SILVA, J. de S. e. *Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo: Global, 2005.
- SILVA, M. A. de S. e. Violências contra crianças: quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002. p. 73–80.
- SILVA, M. A. de S. e; VECINA, T. C. C. Mapeando a violência contra crianças e adolescentes. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002. p. 277–297.
- SOUSA, S. M. G. *Os estudos da infância e da criança na perspectiva da teoria sócio-histórica*. Goiânia, 2008. Não publicado.
- SOUSA, S. M. G. *O significado de infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra os filhos*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.
- SOUSA, S. M. G. *Trabalho infantil: a negação da infância? Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares*. 1994. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SOUZA, E. C. L. de L. e; ORIONTE, I.; PERES V. L. A.; SOUSA, S. M. G. *Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças*. Goiânia, 2010. Não publicado.
- VENTURINI, F. P.; BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Família e violência na ótica de crianças e adolescentes vitimizados. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 20–32, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a03.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.
- VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VIGOTSKI, L. S. *La imaginación y el arte en la infancia: ensayo psicológico*. Tradução David A. Rincón Pérez. México: Ediciones Coyoacán, 2005.
- VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. Tradução Cláudia Berliner. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, IEE/PUC-SP, 2003. p. 93–105.
- WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 2, p. 227–237, 2004.

WEBER, M. A. L.; GUZZO, R. S. L. Respeito às crianças na educação infantil: visão de pais e educadores. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, São João del Rei, v. 3, n. 2, p. 187–198, 2009.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C. dos; TITON, A. P.; URNAU, L. C.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 25–33, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC-Goiás

VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITO DA
PESQUISA E RESPONSÁVEL LEGAL**

1 Nome do participante

Documento de identidade nº Sexo: () M () F

Data de nascimento/...../.....

Endereço nº

Quadra Lote Bairro

Cidade Estado

CEP Telefone:

2 Responsável legal

Natureza (grau de parentesco)

Documento de identidade nº Sexo () M () F

Data de nascimento/...../.....

Endereço nº

Quadra Lote Bairro

Cidade Estado

CEP Telefone:

EXPLICAÇÕES DA PESQUISADORA SOBRE A PESQUISA AO PARTICIPANTE E SEU REPRESENTANTE LEGAL

Seu(ua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa do curso de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), em nível de mestrado, cujos objetivos e justificativa são apreender os significados e os sentidos da violência física intrafamiliar contra a criança construídos em três gerações. Essa pesquisa não tem nenhum vínculo com o Juizado da Infância e Juventude (JIJ), tampouco com algum Conselho Tutelar. Ressalta-se que você e seu(ua) filho(a) terão a garantia de sigilo, ou seja, seus nomes, endereço, números de documentos, enfim, tudo que os identifique não será vinculado às informações prestadas. Os dados serão analisados em conjunto e resultarão em um estudo publicado.

A metodologia utilizada na pesquisa com seu(ua) filho(a) incluirá contar uma história a partir de um desenho, entrevistas e fazer complementação de frases. Propõe-se que cada encontro seja gravado. O período de sua participação na pesquisa será de, no máximo, três encontros, previamente agendados de acordo com a sua disponibilidade.

No decorrer do procedimento, é possível, mesmo que ocasionalmente, que seu(ua) filho(a) tenha sentimentos desagradáveis, como timidez ao responder uma pergunta, tristeza e preocupação resultantes de situações vividas em sua educação/criação. Então, se for necessário algum tipo de acompanhamento psicológico decorrente desta pesquisa, você poderá procurar o Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CEPSI) pelo telefone 3946-1198, para obter atendimento. É importante esclarecer que com a sua colaboração e a de seu(ua) filho(a) na pesquisa vocês poderão refletir sobre o assunto proposto, que é a educação de filhos, e assim facilitar esta prática tanto em sua família como na de outras pessoas.

A pesquisadora responsável estará à disposição para prestar a você e a seu(ua) filho(a) esclarecimentos acerca de suas dúvidas antes, durante e depois da pesquisa, assim como para garantir-lhe livre acesso às informações. Caso não queira mais participar da pesquisa, a qualquer momento, terá o direito de retirar o

seu consentimento, assim interrompendo a participação de seu(ua) filho(a) sem quaisquer prejuízos. Ressalta-se que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação.

Após ser esclarecido(a) sobre a pesquisa, se você concordar com a participação de seu(ua) filho(a) neste estudo, estando ciente dos objetivos desta, é necessário que você e seu(ua) filho(a) assinem este consentimento, que está em duas vias, declarando estar informado(a) sobre o projeto de pesquisa acima descrito. Uma das vias é sua e a outra, do pesquisador responsável. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Goiás pelo telefone 3946-1071 e/ou a pesquisadora responsável por este projeto, Lígia da Fonseca Bernardes, pelo telefone 8138-5826.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido(a) pela pesquisadora e de ter entendido o que me foi explicado, consinto que meu(ua) filho(a) participe da presente pesquisa.

Goiânia, / /

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC-Goiás
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITO
DA PESQUISA

Nome do participante

Documento de identidade nº Sexo: () M () F

Data de nascimento/...../.....

Endereço nº

Quadra Lote Bairro

Cidade Estado

CEP Telefone:

EXPLICAÇÕES DA PESQUISADORA SOBRE A PESQUISA AO PARTICIPANTE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa do curso de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), em nível de mestrado, cujos objetivos e justificativa são apreender os significados e os sentidos da violência física intrafamiliar contra a criança construídos em três gerações. Essa pesquisa não tem nenhum vínculo com o Juizado da Infância e Juventude (JIJ), tampouco com algum Conselho Tutelar. Ressalta-se que você terá a garantia de sigilo, ou seja, seu nome, endereço, números de documentos, enfim, tudo que o(a) identifique não será vinculado às informações prestadas. Os dados serão analisados em conjunto e resultarão em um estudo publicado.

A metodologia utilizada na pesquisa incluirá contar uma história a partir de um desenho, entrevistas e fazer complementação de frases. Propõe-se que cada encontro seja gravado. O período de sua participação na pesquisa será de, no máximo, três encontros, previamente agendados de acordo com a sua disponibilidade.

No decorrer do procedimento, é possível, mesmo que ocasionalmente, que você tenha sentimentos desagradáveis, como timidez ao responder uma pergunta, tristeza e preocupação resultantes de situações vividas em sua educação/criação. Então, se for necessário algum tipo de acompanhamento psicológico decorrente desta pesquisa, você poderá procurar o Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CEPSI) pelo telefone 3946-1198, para obter atendimento. É importante esclarecer que com a sua colaboração na pesquisa você poderá refletir sobre o assunto proposto, que é a educação de filhos, e assim facilitar esta prática tanto em sua família como na de outras pessoas.

A pesquisadora responsável estará à disposição para prestar-lhe esclarecimentos acerca de suas dúvidas antes, durante e depois da pesquisa, assim como para garantir-lhe livre acesso às informações. Caso não queira mais participar da pesquisa, a qualquer momento, terá o direito de retirar o seu consentimento, assim interrompendo sua participação sem quaisquer prejuízos. Ressalta-se que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação.

Após ser esclarecido(a) sobre a pesquisa, se você concordar com sua participação neste estudo, estando ciente dos objetivos desta, é necessário que você assine este consentimento, que está em duas vias, declarando estar informado(a) sobre o projeto de pesquisa acima descrito. Uma das vias é sua e a outra, do pesquisador responsável. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Goiás pelo telefone 3946-1071 e/ou a pesquisadora responsável por este projeto, Lígia da Fonseca Bernardes, pelo telefone 8138-5826.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido(a) pela pesquisadora e de ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Goiânia, / /

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável pela pesquisa

APÊNDICE B – Questionário sociofamiliar (avós e pais)**QUESTIONÁRIO SOCIOFAMILIAR**

- 1 Nome completo
- 2 Data de nascimento
- 3 Idade
- 4 Grau de escolaridade
- 5 Profissão
- 6 Tem alguma ajuda financeira do governo?
- 7 Renda familiar mensal:
- 8 Cidade de nascimento:
- 9 Qual seu grau de parentesco com a criança?
- 10 Quantas pessoas moram na casa?
 - 10.1 Quantos adultos moram na casa? Quem são e qual o grau de parentesco?
 - 10.2 Quantos adolescentes moram na casa? Quem são e qual o grau de parentesco?
 - 10.1 Quantas crianças moram na casa? Quem são e qual o grau de parentesco?
- 11 Com que frequência você vê a criança (no caso da criança não morar junto ou no mesmo lote)?
- 12 O que você faz no seu dia a dia?
- 13 Onde você passou a infância?
- 14 Como veio morar em Goiânia?
- 15 Há quanto tempo você mora em Goiânia?
- 16 Quantos filhos você tem?
- 17 Todos são do mesmo pai?
- 18 Quando criança, seu(s, ua, uas) filho(s, a, as) sempre morou com você? E quando adolescente?

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista semiestruturada com os avós

O adulto em sua infância, enquanto educado/criado

1 Para você, o que é ser criança?

2 Como você acha que uma criança deve ser tratada em uma família?

3 Fale um pouco de sua infância.

4 Como sua família era constituída? Alguém mais, além de seus pais e irmãos, morava em sua casa? Em caso positivo, me conte como era sua relação com esta(s) pessoa(s).

5 Me conte como era sua família. Com quem você se relacionava melhor e por quê? E com quem você tinha mais dificuldade de se relacionar e por quê?

6 Como seus pais educavam/criavam você? Como eles ensinavam a você o que é certo e o que é errado?

7 O que você acha dessa forma de eles educarem você (concorda, discorda ou outra opção)? Explique por que concorda/discorda ou outra opção.

8 Você era castigado(a) fisicamente? Em caso positivo, por quem? Com o quê (instrumentos) e como ele(s, a, as) castigava(m) você fisicamente?

9 O que você sentia quando ele(s, a, as) batia(m) em você?

10 Você tinha vontade de fazer algo quando era castigado(a) fisicamente? Em caso positivo, o quê?

11 Você considerava que era certo/justo ele(s, a, as) bater(em) em você?

12 Quando castigavam você fisicamente ele(s, a, as) explicava(m) ou falava(m) algo (do tipo, isso é para seu bem!)? Em caso positivo, o que você sentia ao escutar a explicação?

13 Seus amigos e/ou primos eram castigados fisicamente na família deles? Em caso positivo, o que você achava disso?

O adulto como educador/criador

- 1 Qual a referência de educação que você teve para educar seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?
- 2 Você acha que essa é a melhor referência?
- 3 Quais foram as semelhanças entre a educação que você recebeu e a que você deu para seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?
- 4 E houve diferenças? Em caso positivo, quais foram as diferenças?
- 5 O que você acha da educação/criação que você deu para seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?
- 6 Você gostaria de mudar alguma coisa na educação/criação que você deu a ele(s, a, as)?
- 7 Você castigou seu(s, ua, uas) filho(s, a, as) fisicamente?
- 8 Com o quê e como?
- 9 Você tem ideia do por quê você usava castigo físico para educar/criar seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?
- 10 O que você sentia quando castigava fisicamente seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?
- 11 Você explicava, falava algo com relação àquele castigo físico que ele(s, a, as) estava(m) recebendo (do tipo isso é para o seu bem!)?
- 12 Você imagina o que seu(s, ua, uas) filho(s, a, as) sentia(m) e pensava(m) quando era(m) castigado(s, a, as) fisicamente?
- 13 Você tem amigas, vizinhas ou parentes que castigam os filhos fisicamente? Em caso positivo, o que você acha disso?

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semiestruturada com os pais

O adulto em sua infância, enquanto educado/criado

1 Para você, o que é ser criança?

2 Como você acha que uma criança deve ser tratada em uma família?

3 Fale um pouco de sua infância?

4 Como sua família era constituída? Alguém mais, além de seus pais e irmãos, morava em sua casa? Em caso positivo, me conte como era sua relação com esta(s) pessoa(s).

5 Me conte como era sua família. Com quem você se relacionava melhor e por quê? E com quem você tinha mais dificuldade de se relacionar e por quê?

6 Como seus pais educavam/criavam você? Como eles ensinavam você o que é certo e o que é errado?

7 O que você acha dessa forma de eles educarem você (concorda, discorda ou outra opção)? Explique por que (concorda, discorda ou outra opção).

8 Você era castigado(a) fisicamente? Em caso positivo, por quem? Com o quê (instrumentos) e como ele(s, a, as) castigava(m) você fisicamente?

9 O que você sentia quando ele(s, a, as) batia(m) em você?

10 Você tinha vontade de fazer algo quando era castigado(a) fisicamente? Em caso positivo, o quê?

11 Você considerava que era certo/justo ele(s, a, as) bater(em) em você?

12 Quando castigavam você fisicamente ele(s, a, as) explicava(m) ou falava(m) algo (do tipo, isso é para seu bem!)? Em caso positivo, o que você sentia ao escutar a explicação?

13 Seus amigos e/ou primos eram castigados fisicamente na família deles? Em caso positivo, o que você achava disso?

O adulto como educador/criador

1 Qual a referência de educação que você tem para educar seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?

2 Você acha que essa é a melhor referência?

3 Quais são as semelhanças entre a educação que você recebeu e a que você está dando atualmente para seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?

4 E quais são as diferenças?

5 O que você acha da educação/criação que você está dando para seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?

6 Gostaria de mudar alguma coisa na educação/criação que você está dando a ele(s, a, as)?

7 Você castiga seu(s, ua, uas) filho(s, a, as) fisicamente?

8 Com o quê e como?

9 Você tem ideia do por quê você usa castigo físico para educar/criar seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?

10 O que você sente quando está castigando fisicamente seu(s, ua, uas) filho(s, a, as)?

11 Você explica, fala algo com relação àquele castigo físico que ele(s, a, as) está(ão) recebendo (do tipo isso é para o seu bem!)?

12 Você imagina o que seu(s, ua, uas) filho(s, a, as) sente(m) e pensa(m) quando é(são) castigado(s, a, as) fisicamente?

13 Você tem amigas, vizinhas ou parentes que castigam os filhos fisicamente? Em caso positivo, o que você acha disso?

APÊNDICE E – Complementação de frases para os avós

Quando eu era criança...

Meus pais...

A educação que recebi...

Sofria...

Gostava...

Quando eu apanhava...

Quando eu batia nos meus filhos...

A educação dos meus filhos...

Quando meus filhos teimavam...

Para meus filhos deixarem de teimar...

Os pais devem...

A violência na família...

Educar/criar é...

APÊNDICE F – Complementação de frases para os pais

Quando eu era criança...

Meus pais...

A educação que recebi...

Sofria...

Gostava...

Quando eu apanhava...

Quando eu bato no (nome da criança)...

Eu bato no (nome da criança)...

A educação do (nome da criança)...

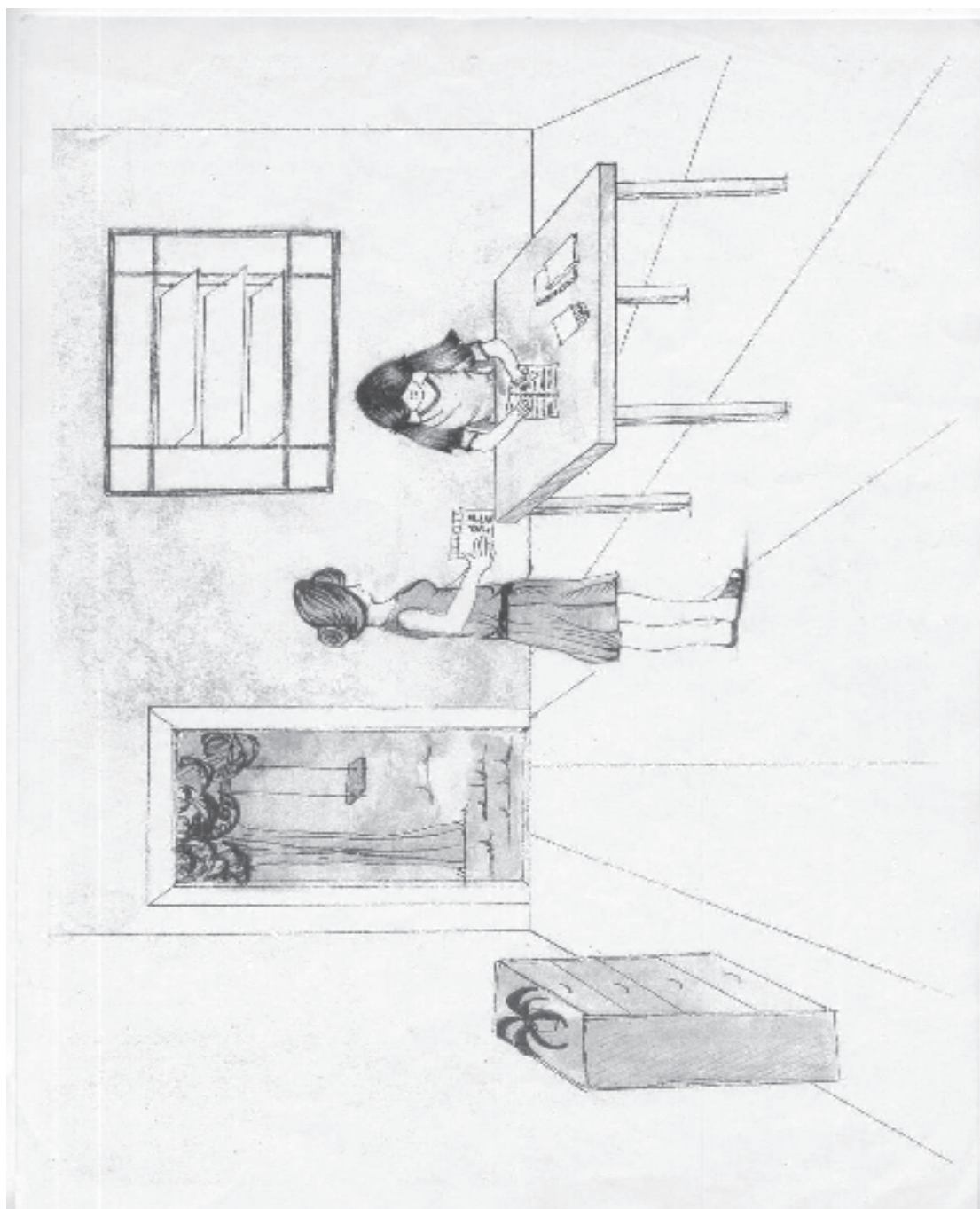
Quando (nome da criança) teima...

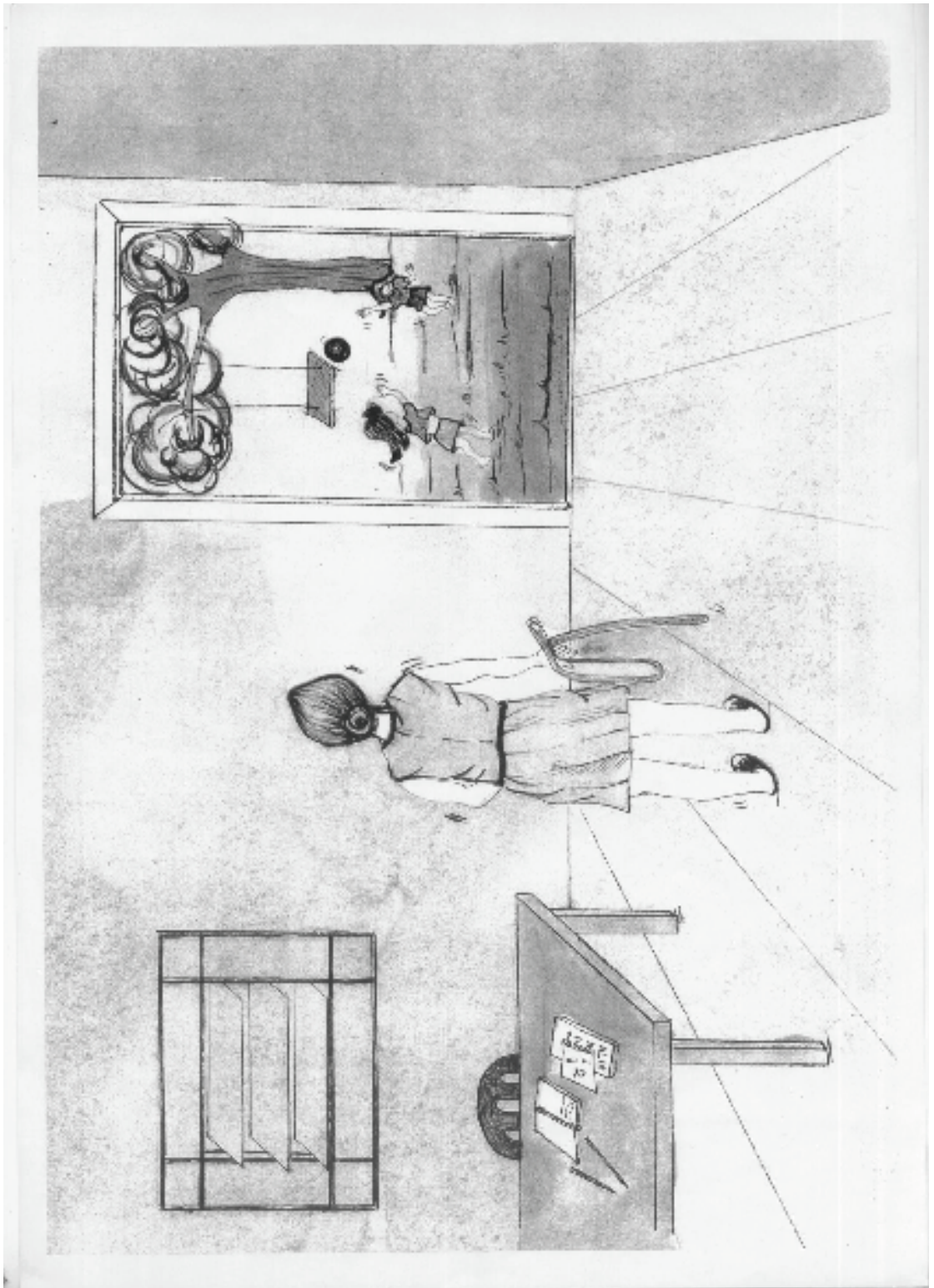
Para (nome da criança) deixar de teimar...

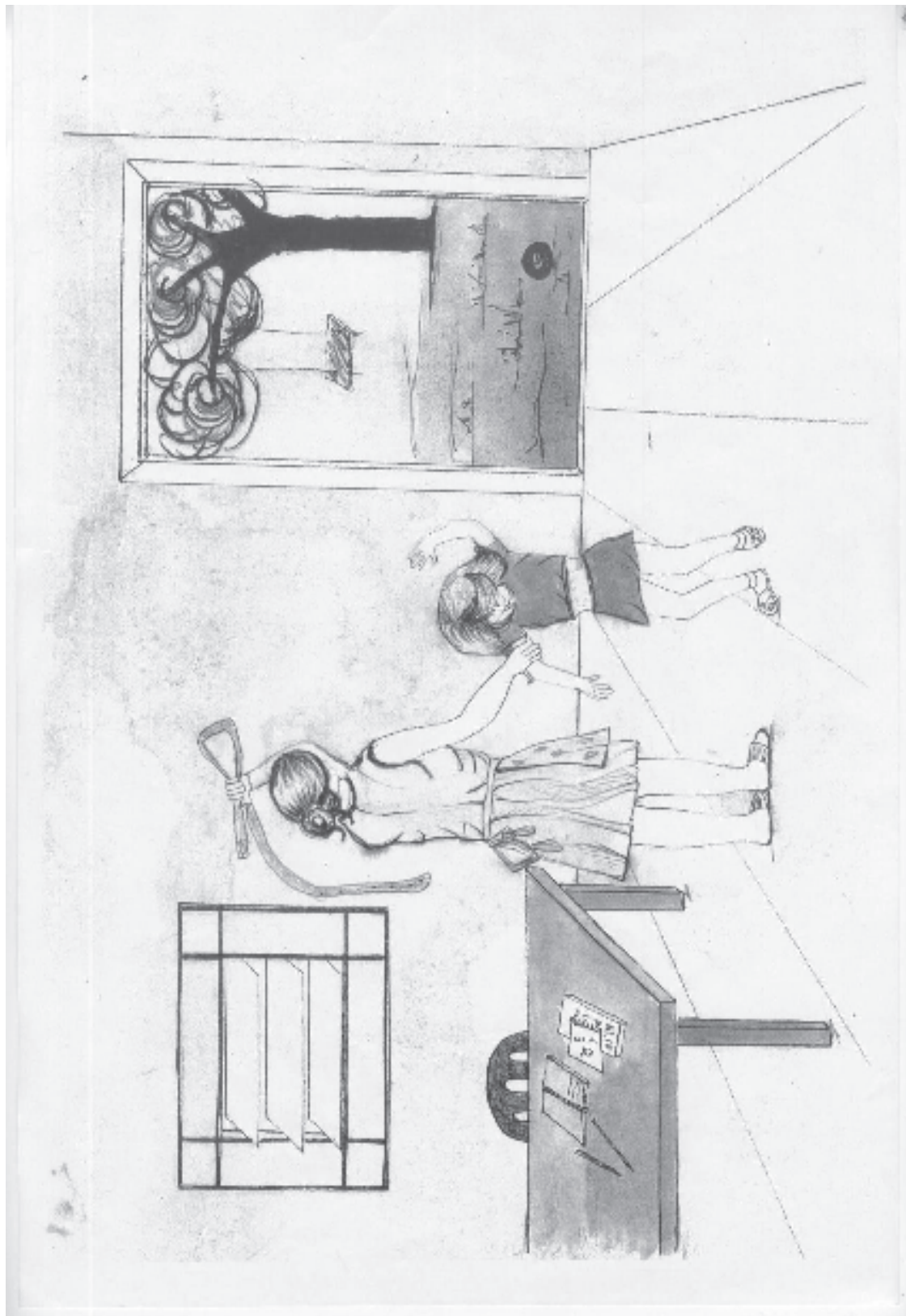
Os pais devem...

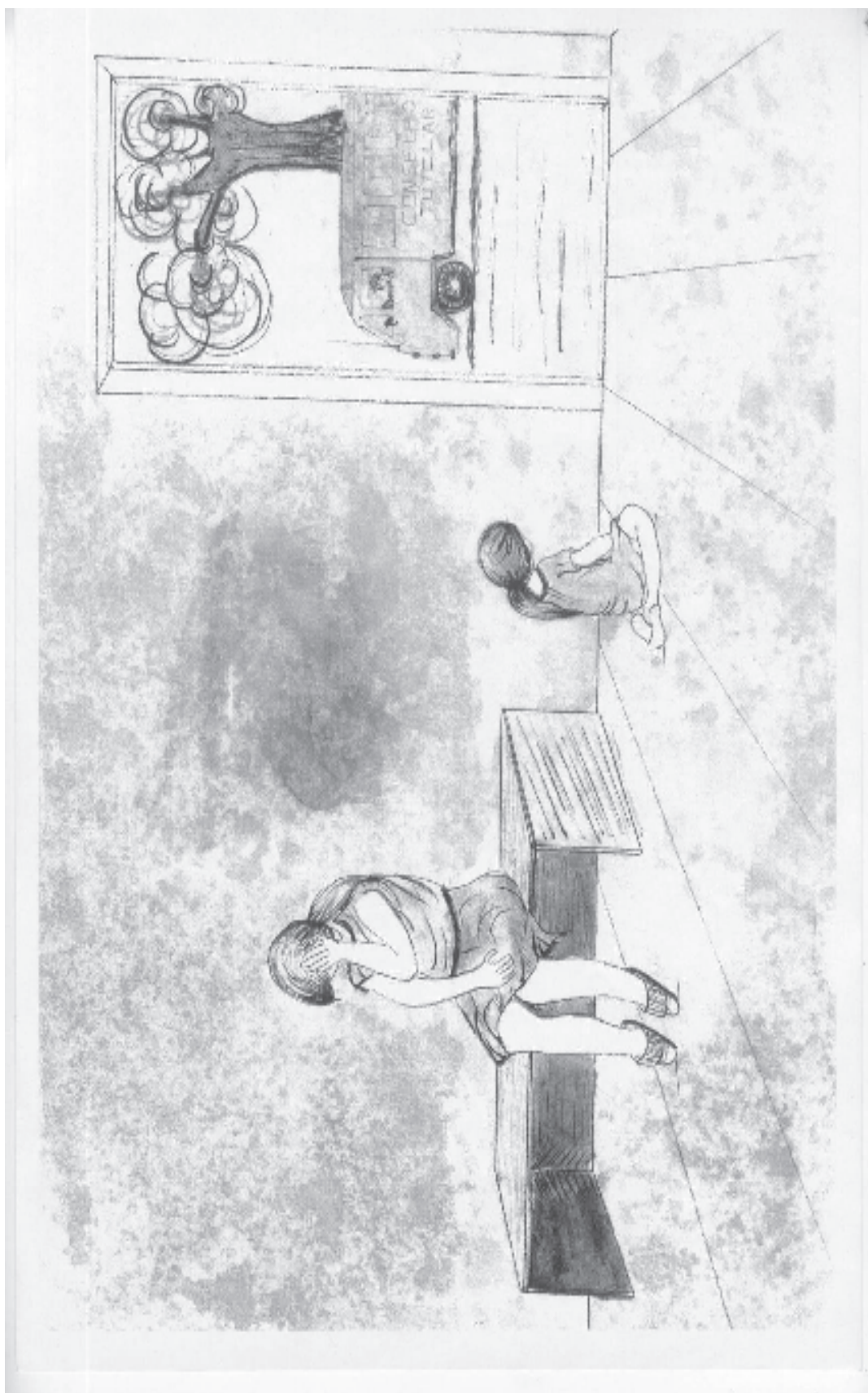
A violência na família...

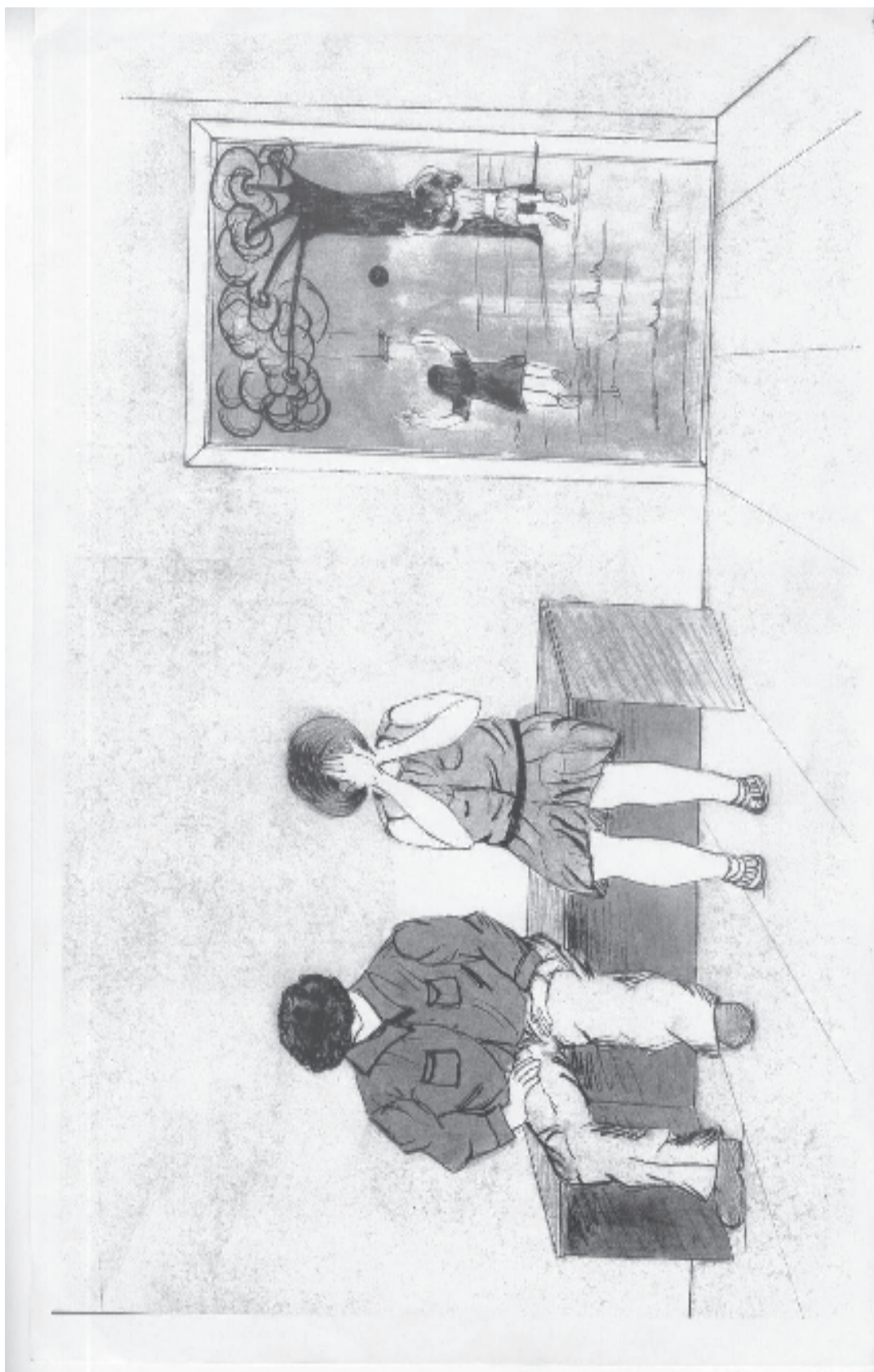
Educar/criar é...

APÊNDICE G – Conjunto de pranchas para mãe e filha



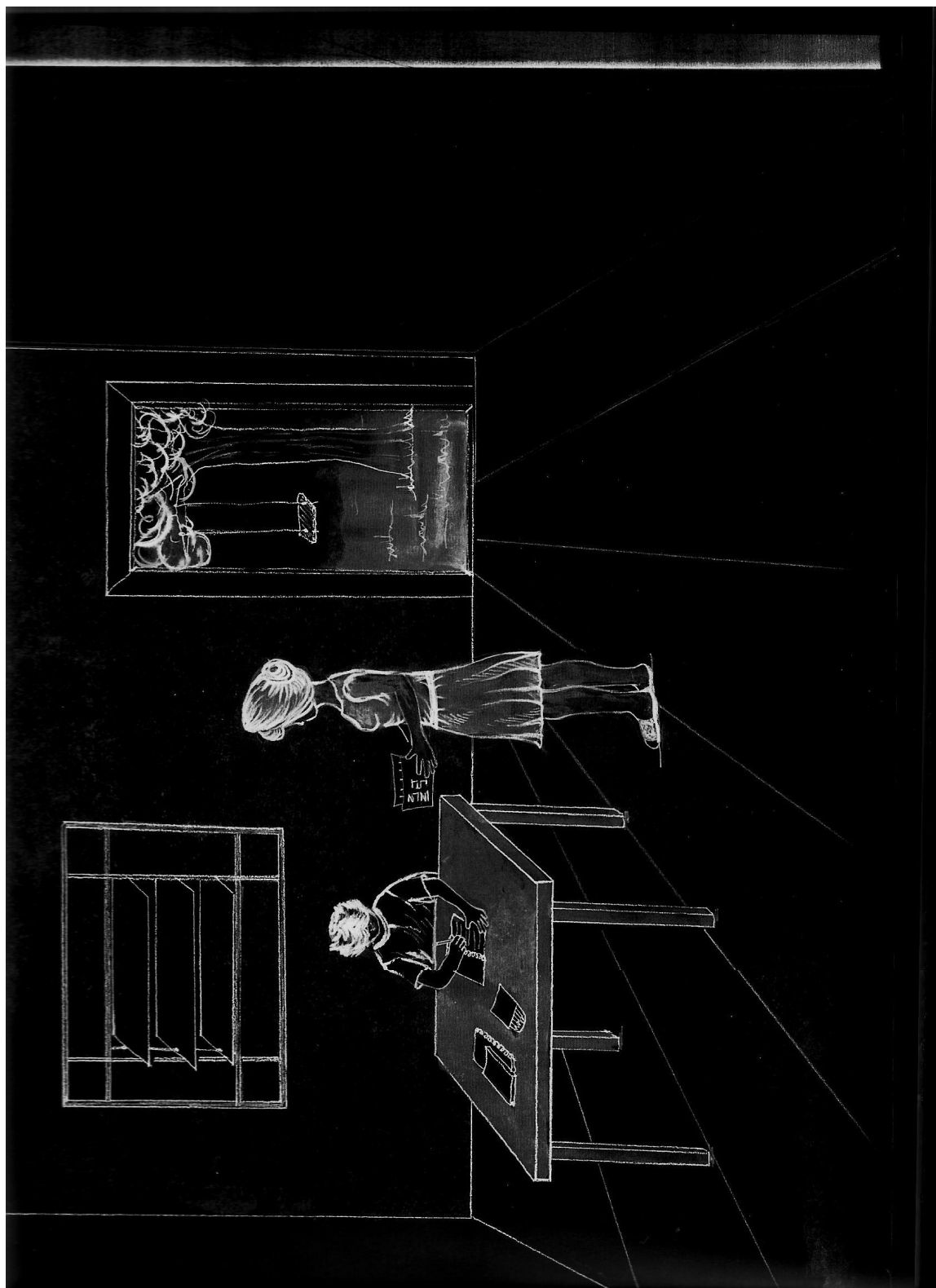


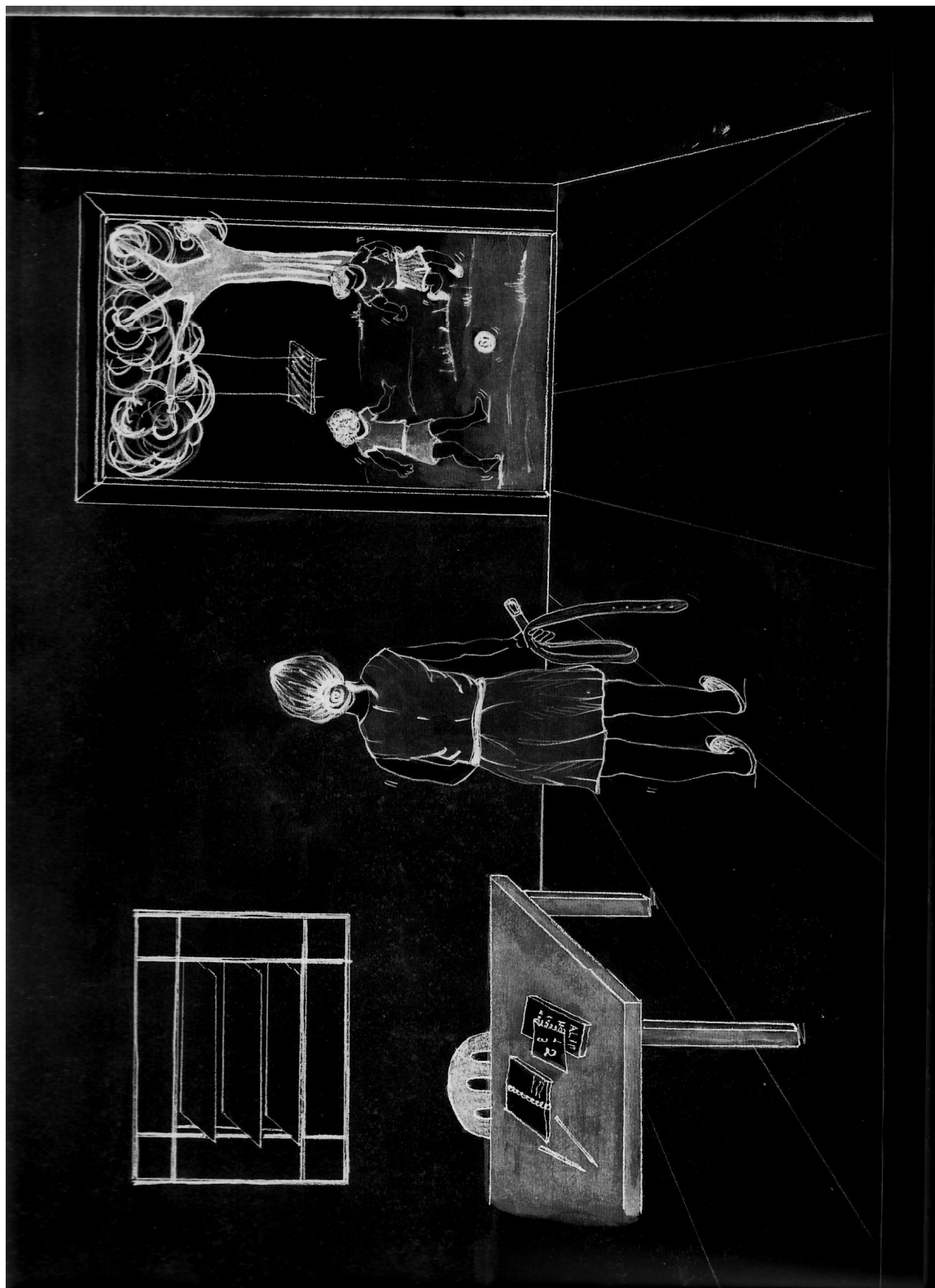




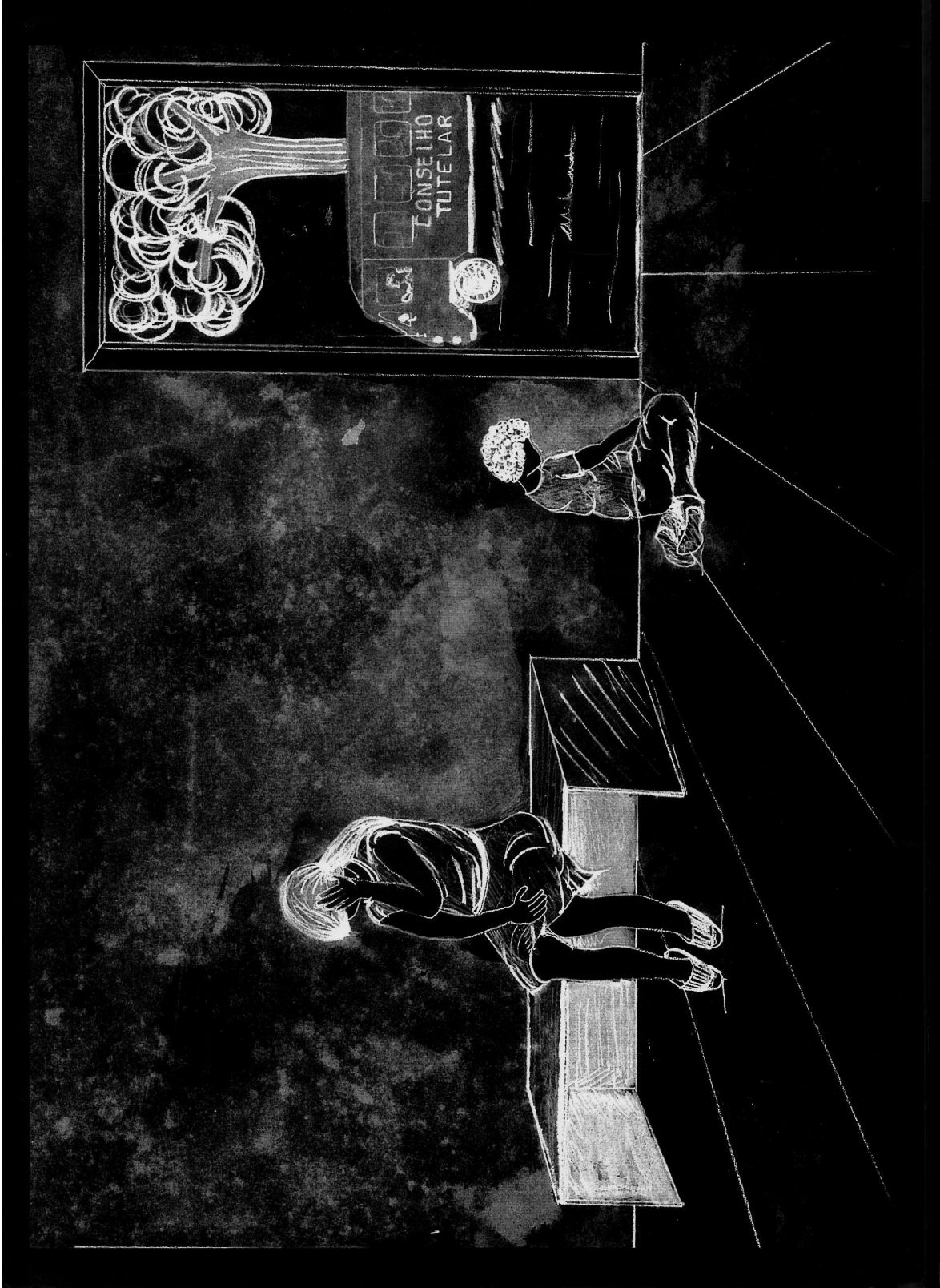


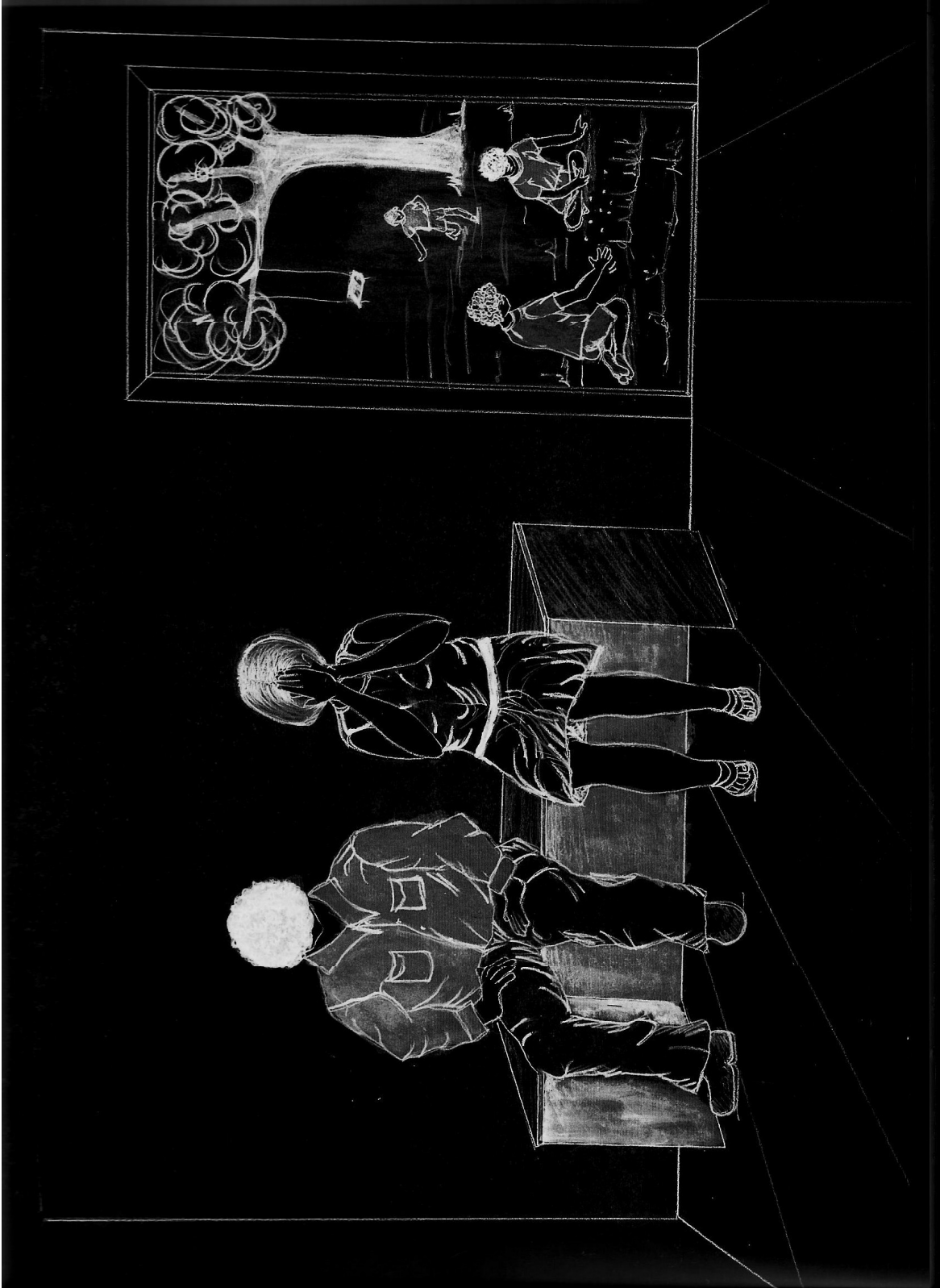
APÊNDICE H Conjunto de pranchas para mãe e filho

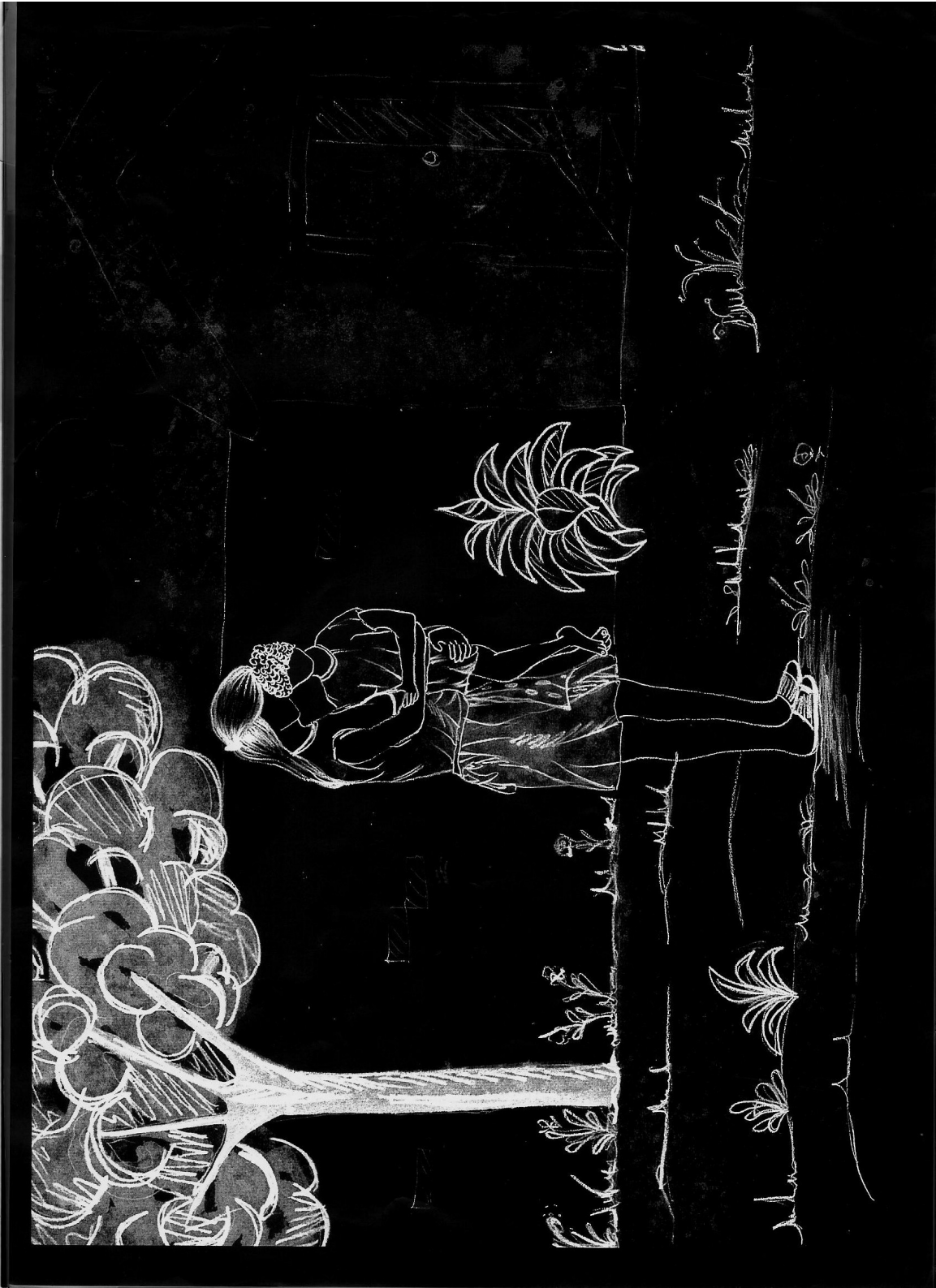












APÊNDICE I Complementação de frases para as crianças

Minha família...

Quando teimo...

Quando apanho da minha família...

(No caso de sofrer violência física só dos pais, ou do só do pai, ou só da mãe) –

Quando apanho de meus pais (meu pai, minha mãe)...

Gostaria que minha família...

(No caso de sofrer violência física só dos pais, ou do só do pai, ou só da mãe) –

Gostaria que meus pais...

Fico triste...

Fico feliz...

Criança que apanha...

Quando eu tiver filhos...

Ser criança...

ANEXOS

ANEXO A – Ficha de inscrição na Escola de Circo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
INSTITUTO DOM FERNANDO
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1 Identificação da ficha/atividade

1.1 Programa

(1) Escola de Circo (2) Aldeia Juvenil Progr | _ |

1.2 Entrevistador (a): ENTREV | _ |

1.3 Data do preenchimento: ____/____/____ DATAPR | _ | _ | _ |

1.4 Ficha número: _____ NUM | _ | _ |

Se o programa for Escola de Circo:

1.5 Turma: TURMA | _ |

(1) Astley (2) Folclocirco (3) Os equilibristas

(4) Os palhaços da pracinha (5) Garridos (6) Novatos

1.6 Dias: _____ DIAS | _ |

(1) Terça e Quinta (2) Quarta e Sexta (3) Sábado

Se o programa for Aldeia Juvenil:

1.7 Atividades que a criança/adolescente frequenta:

(1) Telecentro (2) Sala de Leitura (3) Terapia Familiar ATIV | _ |

(4) Psicodiagnóstico (5) Recreação (6) Outros: _____

(7) Duas atividades (8) Três atividades (9) Mais de três atividades

2 Identificação do entrevistado(a)

2.1 Nome: _____

2.2 Sexo _____ SEX | _ |

(1) Feminino (2) Masculino

2.3 Data de nascimento ____/____/____ DATANE | _ | _ | _ |

2.4 Carteira de identidade _____

IDENT | _ | _ | _ | | _ | _ | _ | | _ | _ | _ |

2.5 CPF _____ CPF | _ | _ | _ | | _ | _ | _ | | _ | _ | _ | | _ | _ |

2.6 _____ Grau

de parentesco em relação à criança/adolescente: PARENT | _ | _ | _ |

(1) Pai biológico (2) Mãe biológica (3) Avó (4) Avô

(5) Tio (6) Tia (7) Pai adotivo (8) Mãe adotiva

(9) Padrasto (10) Madrasta (11) Outro(s) Qual? _____

3 Identificação da criança/adolescente

3.1 Nome: _____

3.2 Sexo: _____ SEXCRI | _ |

(1) Feminino (2) Masculino

3.3 Data de nascimento ____/____/____ DATACR | _ | _ | _ |

3.4 Idade: _____ IDADEC | _ | _ |

3.5 UF de nascimento: _____ NASCRI | _ | _ |

3.6 Cidade de nascimento: _____ CIDCRI | _ | _ |

3.7 Nome do pai: _____

3.8 Nome da mãe: _____

3.9 Endereço: _____

3.10 Telefone(s) para contato: _____

5.6 Faça um desenho representando os membros consanguíneos/adotivos desta estrutura familiar (genetograma), considerando as pessoas que estão convivendo cotidianamente neste domicílio.

5.7 Como é essa criança/adolescente na família?

6 Informações escolares

6.1 Que série está cursando?

SERIE | _ |

- (1) 1ª série (2) 2ª série (3) 3ª série (4) 4ª série
(5) 5ª série (6) 6ª série (7) 7ª série (8) 8ª série
(9) 1ª ensino médio (10) 2ª ensino médio (11) 3ª ensino médio
(12) 9º ano (13) Não está estudando (14) EAJA (15) Educação infantil
(16) Ciclo I- Etapa (1); (2); (3) (17) Ciclo II- Etapa (1); (2); (3)
(18) Ciclo III- Etapa (1); (2); (3) (19) Acelera (20) Superior
(21) Profissionalizante

6.2 Turno:

TURNO | _ |

(1) matutino (2) vespertino (3) noturno

6.3 Nome da escola: _____

6.4 A criança/adolescente já repetiu alguma série?

REPSEER | _ | _ |

(1) Sim, a 1ª série (2) Sim, a 2ª série (3) Sim, a 3ª série (4) Sim, a 4ª série

(5) Sim, a 5ª série (6) Sim, a 6ª série (7) Sim, a 7ª série (8) Sim, a 8ª série

(9) Sim, o 1º ano do Ensino Médio (10) Sim, o 2º ano do Ensino Médio

(11) Sim, o 3º ano do Ensino Médio (12) Não (13) Sim, mais de uma série

6.5 Como considera o desempenho escolar da criança/adolescente? DESEESC | _ |

(1) Fraco (2) Regular (3) Bom (4) Ótimo

6.6 Como é essa criança/adolescente na escola?

.....
.....
.....

ANEXO B – Declaração de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás



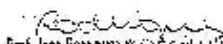
PRO-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Av. Universidade, 1059 - Santa Lúcia - 74060-000
Cidade Universitária - CEP 74060-010
Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3227-1001 - Fax: (62) 3227-1013
www.pucg.br - pucg@pucg.br

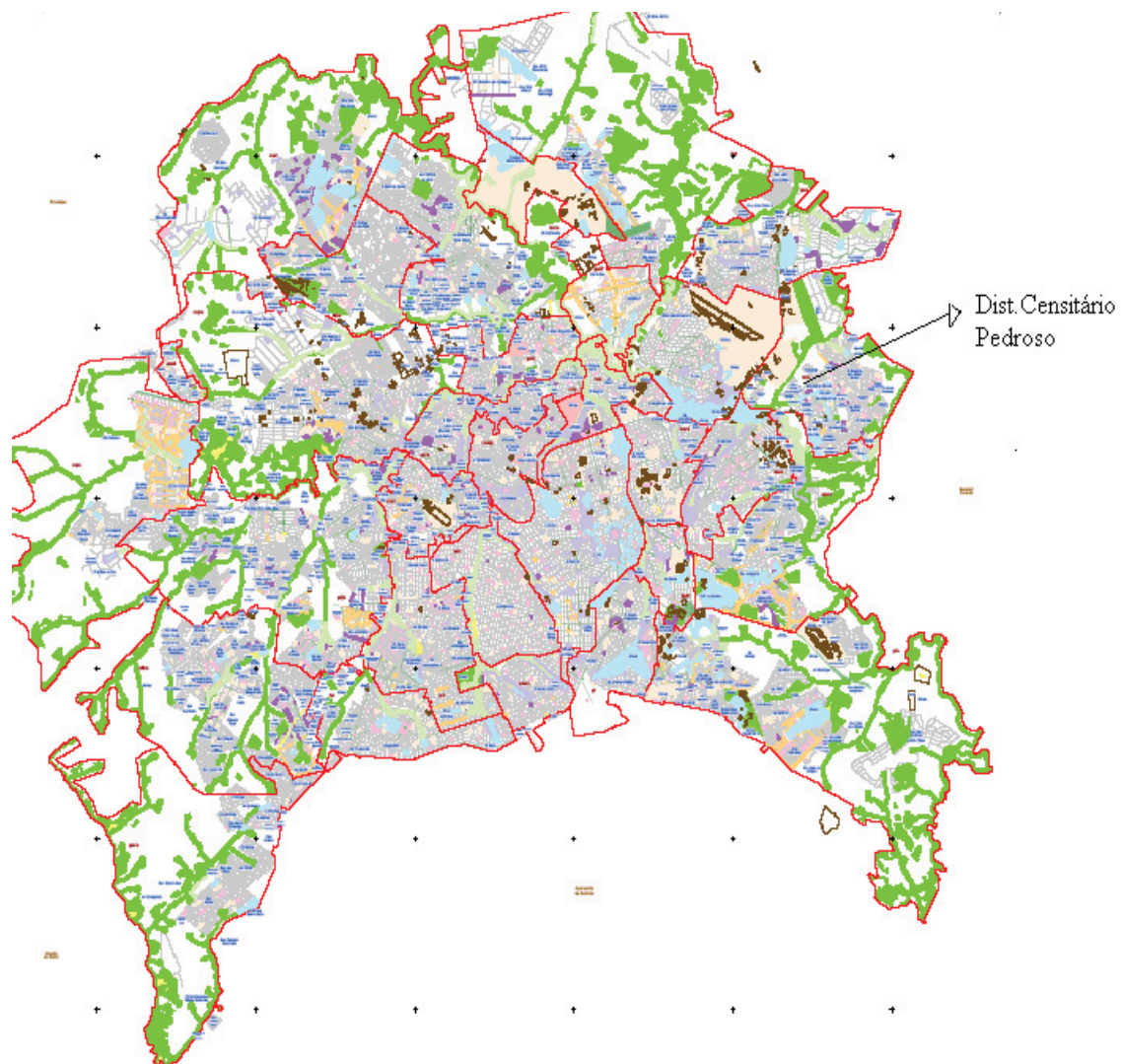
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Projeto: **EDUCAR/CRIAR SEM VIOLÊNCIA: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA FÍSICA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS**, coordenado pela Profa. **ELIZABETH CRISTINA LANDI DE LIMA E SOUZA** foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás (CEP/UCG) sob o número: **CAAE -0132.0.168.000-06** na data de: **27/11/2006**.

Situação atual do projeto em questão, conforme regimento do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás: **Aprovado e arquivado no CEP/UCG**.


Prof. José Rogério de Albuquerque
Coordenador do Comitê de Ética
2006/2007

ANEXO C – Mapa da região leste de Goiânia (GO)

Mapa 1. Região leste do município de Goiânia (GO).

Fonte: Modificado de Google Maps (2010).

